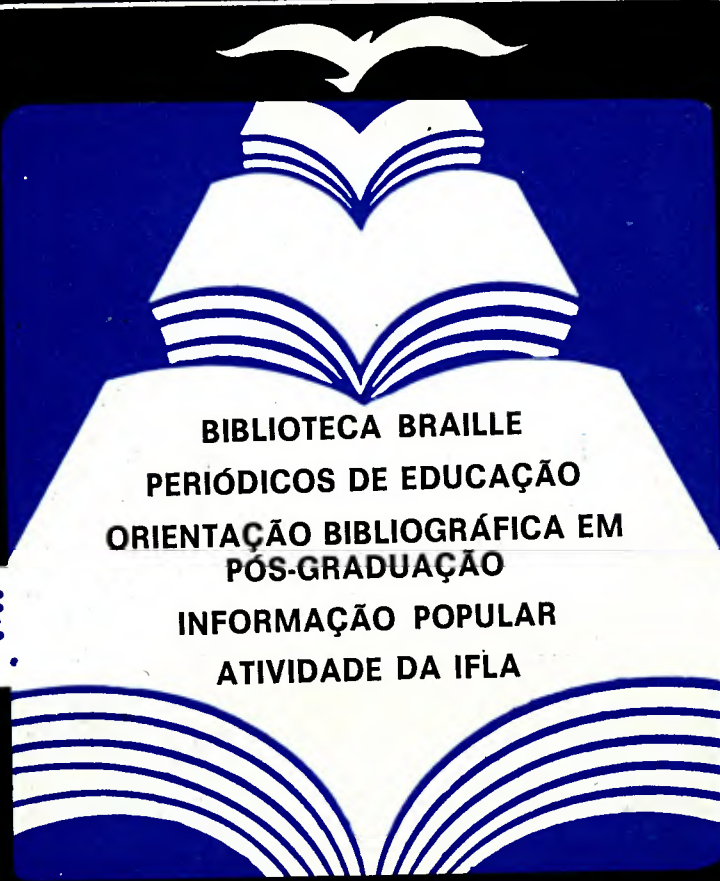


REVISTA BRASILEIRA DE
BIBLIOTECONOMIA
E DOCUMENTAÇÃO

VOLUME 19 NÚMERO 1/4
DEZEMBRO
1986



BIBLIOTECA BRAILLE
PERIÓDICOS DE EDUCAÇÃO
ORIENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA EM
PÓS-GRADUAÇÃO
INFORMAÇÃO POPULAR
ATIVIDADE DA IFLA

14.º CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO
RECIFE - PE. - 20 A 25 DE SETEMBRO DE 1987

cm 1 2 3

Digitalizado
gentilmente por:



11 12 13

Federação Brasileira de
Associações de Bibliotecários

FEBAB

Diretoria 1984/1986
May Brooking Negrão

Presidente

Carmina Nogueira de Castro Ferreira

Vice-Presidente

Maria Angélica Carneiro Martorano

Secretária Geral

Helena Gomes de Oliveira

Primeira Secretária

Humberto Sampaio Lima

Segundo Secretário

Pedro Luiz Martinelli

Primeiro Tesoureiro

Maria Arlete Pivani

Segunda Tesoureira

Anibal Rodrigues Coelho

Observador Legislativo

Francisco José de Castro Ferreira

Editor

Maria de Lourdes Cortez Romanelli

Assessora de Valoriz. e Divulg. Profissional

Associações filiadas:

Associação Paulista de Bibliotecários

Associação Profissional dos Bibliotecários de
Pernambuco

Associação Profissional de Bibliotecários do
Rio de Janeiro

Associação Riograndense de Bibliotecários

Associação Profissional dos Bibliotecários do
Estado da Bahia

Associação dos Bibliotecários Municipais de
São Paulo

Associação de Bibliotecários de Minas Gerais

Associação dos Bibliotecários do Distrito
Federal

Associação dos Bibliotecários do Ceará

Associação Campineira de Bibliotecários

Associação dos Bibliotecários São Carlenses

Associação Paraense de Bibliotecários

Associação Bibliotecária do Paraná

Associação Profissional de Bibliotecários do
Amazonas

Associação Profissional de Bibliotecários do
Estado do Maranhão

Associação Profissional de Bibliotecários da
Paraíba

Associação Catarinense de Bibliotecários

Associação dos Bibliotecários do Rio Grande
do Norte

Associação Profissional de Bibliotecários do
Mato Grosso do Sul

Associação Profissional dos Bibliotecários do
Espírito Santo

Associação de Bibliotecários do Estado do Piauí

Associação Alagoana dos Profissionais em
Biblioteconomia

Associação de Bibliotecários do Estado de
Mato Grosso

Associação dos Bibliotecários de Rondônia

Associação Profissional dos Bibliotecários de
Goiás

Associação Profissional dos Bibliotecários de
Sergipe

Associação Profissional dos Bibliotecários do
Estado de São Paulo

Revista Brasileira de
**BIBLIOTECONOMIA
E DOCUMENTAÇÃO**

Órgão oficial da
Federação Brasileira de
Associações de Bibliotecários

Editor:

Francisco José de Castro Ferreira

Redatora:

Carmina Nogueira de Castro Ferreira

Secretários:

Pedro Luiz Martinelli

Maria Angélica Carneiro Martorano

Jornalista responsável:

Maria Alice Amoroso Nunes

(11.239 MTb – DRT – SP)

Tradutora:

Ana Maria Martinelli

Conselho Editorial:

Dra. Neusa Dias de Macedo

Terezine Arantes Ferraz

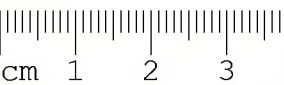
Carmina Nogueira de Castro Ferreira

Publicação feita com colaboração do
CNPq - Conselho Nacional de
Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Publicação: 4 nºs em 2

Pagamentos em cheque visado pagável
em São Paulo ou ordem de pagamento
em nome da Federação Brasileira de As-
sociações de Bibliotecários, ou ao Banco
do Brasil S/A.

Agência 9 de Julho, conta nº 70.599-3.
Estrangeiro: US\$ 30 dólares.



Digitalizado
gentilmente por:



SUMÁRIO

REVISTA BRASILEIRA DE **BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**

EDITORIAL

ARTIGOS

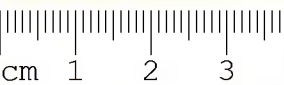
- 5 NAGAHAMA, Maria Cristina
O Deficiente Visual e a Biblioteca Braille
- 18 ALVARADO, Rubén Urbizagástegui
Publicações Periódicas Brasileiras na Área de Educação: Análise Quantitativa
- 26 BELLUZZO, Regina Célia Baptista, et alii
Desenvolvimento de um programa de orientação bibliográfica para pesquisa destinado aos alunos dos cursos de Pós-Graduação da FOB/USP
- 32 LIMA, Justino Alves
SEDIPO – Serviço de Documentação e Informação Popular. A Informação a Serviço das Organizações Populares
- 50 TARGINO, MARIA das Graças
Um Modelo para Análise do Conceito de Biblioteca
- 66 MARTORANO, Maria Angélica C.
Movimento Associativo do Bibliotecário: Estudo Comparativo entre o do Brasil e o do Reino Unido
- 76 OLIVEIRA, Maria Odaisa Espinheiro de
O Ser no Mundo do Saber

Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo

Volume 19, números 1/4, páginas 1-103

Janeiro/Dezembro 1986

ISSN 0100-0691



Digitalizado
gentilmente por:



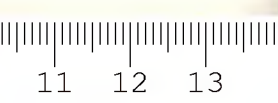
79	DOCUMENTOS	
79	Vinte e Cinco Pontos Essenciais para a Melhoria das Atividades da "IFLA" 85	18
85	Relatório da Comissão de Ética Profissional	38
93	MOVIMENTO ASSOCIATIVO	
96	NOTICIÁRIO	
100	GUIA AOS COLABORADORES	80

Toda a correspondência para a RBBD deve ser dirigida à Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários

Rua Avanhandava, 40, cj. 110
01306 - São Paulo - SP
Fone: (011) 257-9979



Digitizado gentilmente por:

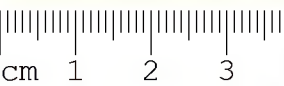


EDITORIAL

Compromisso assumido, deve ser cumprido... Esse é um dos princípios que norteiam nossa vida profissional e, mau grado todos os percalços (entre os quais os dois mais graves que se nos têm deparado são o tempo e o dinheiro), até hoje temos observado o cumprimento, quase religioso, daquilo que nos propusemos fazer desde há alguns anos.

Uma nova Diretoria assumiu a FEBAB; uma nova Editora, que já deu provas de uma performance irrepreensível, assumiu a difícil "cruz" de levar adiante a publicação, sem atrasos, da R.B.B.D. Mas nós tínhamos que "pôr em dia" a Revista e, por isso, estão saindo agora os números 1/4 do vol. 19. Sob a eficiente direção de nossa colega Dra. Neusa Dias de Macedo, sairá o vol. 20 correspondente ao ano de 1987. Temos a certeza de que ela e sua equipe não serão forçadas, como nós, a pedir desculpas pelo atraso a cada número que sai.

Para compensar, o conteúdo está interessantíssimo: um estudo sobre bibliotecas para deficientes visuais, assunto que foi tratado e debatido com profundidade no último Congresso de Bibliotecários em Lisboa; orientações para um programa de pesquisa bibliográfica para alunos de pós-graduação, cuja necessidade ninguém pode negar, já que os alunos de gra-



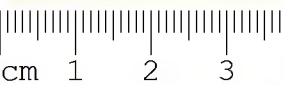
duação superior não sabem usar a biblioteca; uma tentativa de aproximação da Biblioteca às massas populares tão abandonadas pela biblioteca elitizada; filosofia aplicada à Biblioteconomia e um interessante relatório de viagem à Inglaterra que estabelece a comparação entre o movimento associativo brasileiro e o do Reino Unido.

Mais alguns documentos importantes e notícias que, embora tenham perdido a atualidade, satisfazem um dos objetivos da R.B.B.D. — conservar a memória da Biblioteconomia Brasileira.

Aos colegas que nos desculpam, nossos agradecimentos; aos que, com razão, nos criticam confessamos nossa falta humildemente e deles aceitamos todos os vitupérios.

Muito obrigada!

C.N. de C.F.



Digitalizado
gentilmente por:



O DEFICIENTE VISUAL E A BIBLIOTECA BRAILLE *

Maria Cristina Nagahama

RESUMO

Abordagem sobre a problemática que envolve o deficiente visual e o papel da biblioteca Braille como órgão auxiliador em sua integração social. Na primeira parte são estudados pontos básicos para reflexão sobre o deficiente, e na segunda parte se estabelece diretrizes básicas para a prestação de serviços da biblioteca Braille.

Palavra Chave: Deficiente visual. Biblioteca Braille.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a problemática do deficiente visual na sociedade e a postura da Biblioteca Braille frente a isso. A partir do conhecimento da situação do deficiente, procuro estudar o papel da Biblioteca como órgão auxiliar de sua integração no contexto social.

A quase inexistência de material teórico a respeito do assunto serviu como um estímulo às minhas pesquisas. Muitas perguntas iam surgindo sem que houvesse respostas: — Como o deficiente visual pode estudar, se não utiliza livros comuns

* Trabalho realizado em 1985 para a disciplina Referência, à Professora Neusa Dias de Macedo, do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da USP.



ABSTRACT

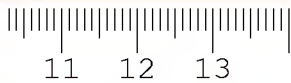
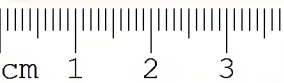
The problematic of the visually handicapped and the role of the Braille Library as an auxiliary organism of its social integration. In the first part basic points for reflexion about the blind are studied and in the second part basic directions for the functioning of the Braille library are showed.

para a leitura? — Quais são os recursos materiais de que dispõe para se informar? — Existem bibliotecas especializadas? Se existem, como é que funcionam? — Como elas se adaptam para prestar os mesmos serviços que bibliotecas comuns prestam aos seus usuários?

O caminho para encontrar as respostas foi traçado a partir do contato pessoal em instituições especializadas: Fundação para o Livro do Cego no Brasil (centro de reabilitação e imprensa Braille), Instituto de Cegos Padre Chico (educação), Seção Braille do Centro Cultural São Paulo (biblioteca) e Sociedade de Deficientes Visuais do Brasil (associação de classe). Meu objetivo era, através do contato com essas instituições, tomar conhecimento da realidade do deficiente visual de forma mais ampla possível, abrangendo aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos.

Paralelamente a essas visitas, fui também coletando material bibliográfico para o embasamento teórico. Grande parte dele foi encontrado na biblioteca tifológica da Fundação para o Livro do Cego no Brasil (F.L.C.B.). Periódicos estrangeiros especializados na área de biblioteconomia, pertencentes ao acervo da Biblioteca da ECA foram de grande valia na pesquisa. Através deles conheci o trabalho feito em países mais desenvolvidos, como Austrália, Canadá, Estados Unidos etc., cada qual adaptando seus recursos para atender o usuário cego.

O primeiro passo para a pesquisa foi conhecer o deficiente visual: formação cultural, reabilitação, trabalho, lazer;



O DEFICIENTE VISUAL E A BIBLIOTECA BRAILLE

enfim, situá-lo dentro do contexto social para estudar suas necessidades e limitações. O segundo passo foi estabelecer diretrizes básicas para a prestação de serviços da Biblioteca Braille ao seu usuário: acervo, recursos humanos, ambientação física e materiais especiais(1).

A finalidade deste trabalho não é o de simplesmente colocar o problema e dar soluções. Se fosse, seria um trabalho estéril, com começo e fim, que levaria a uma visão reduzida do assunto abordado. O valor da pesquisa está em levantar pontos para a reflexão e discussão do problema, e dar subsídios que sirvam de base a planos de ação.

2. O DEFICIENTE VISUAL

2.1 *Estatísticas. Deve-se confiar nelas cegamente?*

Segundo dados do I.B.G.E. colhidos em 1981, o total de pessoas cegas no Brasil é 175.352 (4). Não se sabe quais foram os critérios utilizados na pesquisa, qual foi a definição de cegueira levada em consideração nesse cálculo. Esse é um ponto importante porque existem pessoas classificadas oftalmologicamente como cegas que, no entanto, podem utilizar tipos impressos aumentados como recurso de leitura. Portanto, essas pessoas não precisariam aprender o método Braille nem seriam os usuários de uma biblioteca específica, para cegos.

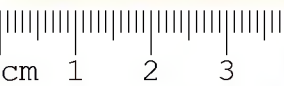
Cerca de 15% da população brasileira é deficiente visual. A região Nordeste detém o maior número de casos, o que

já era esperado, visto que esse dado reflete a extrema carência de recursos nesse local. A assistência médica é precária; de acordo com os dados, dos 76.327 cegos no Nordeste, somente 2.655 receberam assistência médica. Apesar do número menor de deficientes, o quadro da região Sudeste em relação à assistência melhora um pouco: dos 65.282 casos constatados, 4.353 obtiveram algum tipo de tratamento.

Se o quadro estatístico de assistência médica no país é triste, o de tratamento de reabilitação e de programa de habilitação profissional é aterrador: inexistem tais tipos de assistência no Brasil. Na tabela constam as categorias "outro" e "mais de um tipo" de tratamento, que trazem alguns números insignificantes. Aliás, eles não significam nada em termos quantitativos e qualitativos; seriam assistências especializadas ou apenas orientação por parte de leigos?

Pouco se tem feito em relação às atividades de prevenção da deficiência visual. De acordo com a tabela de serviços oficiais de Saúde Pública, foi realizada uma campanha contra o tracoma em alguns Estados onde a taxa dessa doença é alta. O tracoma é uma infecção nos olhos, transmissível, que leva o indivíduo à cegueira se não receber tratamento adequado.

Sem um programa de habilitação profissional, a maioria dos deficientes visuais constitui-se numa classe não economicamente ativa. Esse fato é consequência lógica de um processo social que não lhes permite serem produtivos tanto intelectual quanto profissionalmente.



Segundo a tabela de grupos etários, quanto à incidência de cegueira, as taxas são elevadas no grupo de 0 a 4 anos, decrescendo ao longo do tempo, indo aumentar a partir dos 40 a 49 anos, e atinge seu ponto mais alto aos 60 anos ou mais. Essa realidade é típica de um país subdesenvolvido, onde a maior parte dos casos poderia ser evitado com tratamento médico adequado.

Fiz um levantamento de entidades que matêm contato com a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, segundo Estados e Territórios do Brasil. Através dele pôde-se ter noção de quantas e quais tipos de entidades trabalham com o cego.

As estatísticas, precisas ou não, mostram a dura realidade do deficiente visual: sem tratamento médico e de reabilitação, sem programa de habilitação profissional, sem escolas, bibliotecas, associações de classe...

2.2 Família

O primeiro contato do deficiente visual com o mundo é a família. Através dela ele vai desenvolver seu modo de pensar, os valores sociais, sua sobrevivência. Mas nenhuma família está preparada para receber um membro deficiente: ou ela o rejeita ou o superprotege. Essas atitudes vão ocasionar-lhe sérios prejuízos quanto ao seu desenvolvimento físico, mental, emocional, diminuindo as chances de ser independente. Segundo RIBAS (16), a imagem pejorativa da deficiência na mente das famílias repercute a educação que os pais oferecem aos filhos.

O despreparo da família vem da carga ideológica que existe em nossa cultura. Idolatra-se o perfeito, e o imperfeito é marginalizado. Considerado improdutivo e dependente, o deficiente não tem lugar na sociedade. Essa o julga um deficiente mental, como se a cegueira e o retardamento mental fossem problemas ligados entre si. A tendência da nossa sociedade é maximizar a deficiência e não minimizá-la.

A deficiência em si não é problema para o cego. Problema é não conseguir emprego, escola, programas efetivos de reabilitação, não ter dinheiro para comprar uma bengala, não ter tratamento médico adequado, não ter acesso à informação escrita.

2.3 Educação especial

Existem dois caminhos na educação do cego: o ingresso em escolas especializadas ou em escolas comuns. No primeiro caso elas podem dar melhor tratamento à criança, com a canalização de seus esforços para a elaboração de um programa educativo específico. Há também o importante fator de identificação, a partir do contato com outras crianças deficientes. Por outro lado, marginalizam o grupo, pois o isolam dos demais segmentos da comunidade. Nas escolas comuns, o aluno estuda em classes convencionais, com acompanhamento paralelo e simultâneo em classes especiais. Desse modo, privilegiar-se-ia tanto a integração educacional quanto a social.

A realidade da educação especial é



O DEFICIENTE VISUAL E A BIBLIOTECA BRAILLE

que apenas 10% dos alunos que dela necessitam estão matriculados em escolas ou classes especiais; são poucas as classes especiais existentes e as que existem não têm recursos financeiros suficientes nem profissionais especializados: professores, médicos, psicólogos, instrutores de educação física, bibliotecário etc.

2.4 Reabilitação

SASSAKI diz bem que a falta de equipes de reabilitação e o despreparo da maioria das existentes são uma das maiores barreiras para a reabilitação no Brasil (15, p. 6). Dos quase duzentos mil deficientes visuais no país, a maioria não conta com serviços de reabilitação. Existem instituições de assistência profissional, educacional, médica que apóiam o cego mas não o reabilitam no sentido completo da palavra. Há somente um centro de reabilitação oficial no Estado de São Paulo, a Divisão de Reabilitação Profissional de Vergueiro, do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP.

O Estado não tem uma política de reabilitação, nem algum órgão coordenador de atividades ligadas às necessidades das pessoas deficientes. Existem cerca de 287 entidades espalhadas pelo país, entre escolas, bibliotecas, institutos, associações, secretarias, que precisam unificar-se, a fim de criar um canal de comunicação com os órgãos do poder. Recentemente surgiu o Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa Deficiente, de caráter coordenador, que está tentando viabilizar a execução de diretrizes básicas,

através da ação integrativa entre a população e o governo.

2.5 Trabalho

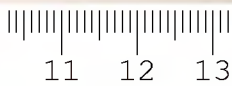
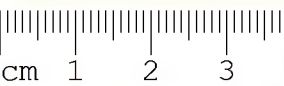
Num país, cuja mão-de-obra é abundante e barata, não se cogita a idéia de formar deficientes visuais produtivos, capazes de enfrentar o mercado de trabalho. Para a maioria dos empresários eles não vão corresponder ao ritmo de trabalho da empresa.

Em relação ao trabalho, a situação para o deficiente é essa: faltam cursos profissionalizantes, faltam pesquisas de materiais e equipamentos adequados ou adaptados à deficiência, faltam estudos de áreas em que os cegos tenham oportunidade de trabalhar, não melhor do que os não deficientes, mas de igual para igual. Face a esta triste realidade, o deficiente tem duas saídas: a mendicância ou o subemprego, frutos de uma sociedade pobre, analfabeta, desnutrida, desinformada, oprimida, que ela mesma produz e rejeita.

2.6 Lazer e cultura

Atualmente lazer, para a maioria das pessoas, significa ver televisão. Para o cego, ouvi-la. Nossa sociedade se baseia em valores visuais, portanto, não há lugar para aqueles que não enxergam.

Não há lugar na maior parte dos esportes, pois a visão é o sentido fundamental. Mas há lugar nas atividades individuais, com a ajuda de equipamentos adaptados: natação, xadrez, condicionamento físico,



atletismo. Infelizmente faltam pesquisas nesse sentido.

Na música e nas artes, o deficiente visual tem um campo mais amplo para se desenvolver. É fato comprovado que sua audição é apurada, elemento essencial para a música. O artesanato é válido como atividade de lazer ou até mesmo para comercialização.

No campo da cultura, existem as Bibliotecas Braille. Ou não?

3 A BIBLIOTECA BRAILLE

3.1 *Quantas existem ou inexistem no Brasil?*

As Bibliotecas Braille são raras, contam no total de 35 (mal) espalhadas pelo Brasil. Funcionam como podem em salinhas adaptadas e dispõem de acervos pobres, sem muitos recursos.

Para atender a demanda dessas bibliotecas, existem somente duas impressoras Braille: a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, em São Paulo, e o Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro. Como, obviamente, não conseguem atender a todas, as próprias bibliotecas são forçadas a desdobrar-se em múltiplos serviços, mesmo sem infra-estrutura para isso.

3.2 *Objetivo e definição de Biblioteca Braille*

A Biblioteca Braille, como qualquer outro tipo de biblioteca, deve ser um centro de informação e lazer que visa atender

às necessidades informacionais da comunidade. Neste caso específico, à comunidade deficiente visual. Devido ao seu tipo de usuário, a biblioteca deve atuar para a integração do deficiente na comunidade em que vive e oferecer oportunidade de desenvolvimento intelectual e social.

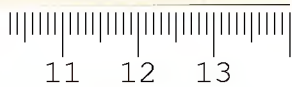
3.3 *Papel do bibliotecário*

O bibliotecário, ligado à função educativa e à ação sócio-cultural, deve atuar de acordo com os elementos diretamente responsáveis pela reabilitação, treinamento, lazer, instrução e formação cultural das pessoas deficientes nas instituições especializadas. Quanto à forma de atuação, deve haver sempre a preocupação de conhecer e atender aos interesses e expectativas dos deficientes, com o cuidado de não interpretá-los conforme critérios de pessoas "normais". O paternalismo, inerente a tantas pessoas, não deve existir no atendimento ao cego.

3.4 *Acervo*

O acervo deve ser selecionado cuidadosamente para não crescer de forma descontrolada, ocasionando problemas de espaço e de acúmulo de livros ultrapassados. Deve ser uma coleção essencialmente necessária, contendo as duplicatas necessárias para empréstimo.

A consulta ao usuário é fundamental na seleção do material para a biblioteca. É através dele que o acervo vai ser formado. Por isso, antes de se pensar em acer-



O DEFICIENTE VISUAL E A BIBLIOTECA BRAILLE

vo, é necessário primeiramente conhecer o mercado-alvo a partir de estudos de usuário que determinem seu nível econômico, cultural, faixa etária etc. A análise desses dados é que vai determinar a quantidade e a qualidade do acervo.

O tipo de material básico que deve estar à disposição do usuário cego é o que segue:

- romances, livros de ficção, incluindo os best-sellers (em Braille ou em fitas cassetes);
- obras de referência (em Braille e em tinta);
- mapas em relevo;
- periódicos (gravados);
- livros didáticos (em Braille, em tinta, e gravados em fitas);
- partituras musicais (em sistema Braille de notação musical);
- fonoteca (fitas de músicas clássicas e populares);
- materiais e equipamentos especiais (que pela importância merecem um item à parte).

3.5 *Materiais e equipamentos especiais*

A biblioteca Braille deve possuir um acervo de materiais especiais que proporcione ao deficiente momentos de lazer e de instrução; jogos de damas e de xadrez, baralho, sorobã para cálculos matemáticos, reglete, punção e apagador (aparelhos de escrita manual Braille) e máquinas de datilografia especiais com adaptação para o Braille.

Já se utilizaram sofisticados aparelhos para uso de deficientes visuais nas biblio-

tecas da Europa e dos Estados Unidos. Calculadoras e computadores que reproduzem a fala humana, aparelhos táteis de leitura de impressos a tinta, etc., são alguns desses equipamentos que estão sendo desenvolvidos em larga escala no Exterior. Se um dia eles vierem ao Brasil, provavelmente custarão muito caro e não haverá técnicos para reparos.

Enquanto não se pode contar com essas maravilhas eletrônicas, a biblioteca deve acompanhar o desenvolvimento da ciência e tecnologia nesse campo, para não ficar defasada com a realidade.

3.6 *Serviços*

Os serviços da biblioteca devem estar intimamente ligados à realidade e necessidade do usuário cego. Deve fornecer-lhe completo acesso à informação, não só no acesso físico, mas também no acesso bibliográfico. O material disponível pode ser impresso em Braille ou gravado em fitas cassetes.

O serviço-base da Biblioteca Braille é a produção do material informacional, ou seja, a transcrição de livros comuns em tinta para o sistema Braille de escrita, e a gravação de livros em fitas. Esse trabalho é feito pelos funcionários, mas pode contar também com a ajuda de um corpo de voluntários.

Outro serviço importante é o de Referência. O bibliotecário deve descrever o espaço físico interno da Biblioteca Braille (circuito) para facilitar a percepção sinestésica do usuário, anteriormente ao início da pesquisa. Programas de



orientação a usuário em fitas cassetes podem substituir as visitas orientadas os cursos e as guias de biblioteca. Elas devem estar à disposição na sala de Referência ou junto ao balcão de informação. Uma grande vantagem é que eles apresentam fácil e rápida atualização, permitindo correções ou nova gravação. A voz na fita instrui o usuário passo a passo, substituindo a própria visita: "vire à direita, aqui é a sala de audições de fitas, temos 10 aparelhos de som instalados em cabines especiais..." Além das fitas, a complementação de informações sobre o acervo e os serviços da biblioteca pode ser feita por meio de folhetos explicativos em Braille. Tudo dependerá da sensibilidade e criatividade do bibliotecário que atuar nesse tipo de biblioteca.

O Serviço de Referência pode ser proporcionado por contato telefônico. O bibliotecário de Referência deve ter o material bibliográfico cuidadosamente planejado para fornecer, de forma rápida e precisa, a informação que o usuário procura. A ele cabe também criar um banco de dados referente a todos os assuntos que digam respeito à pessoa deficiente; enfim, planejar um D.S.I. (Disseminação Seletiva da Informação) para usuários selecionados e Serviços Gerais de Alerta para tornar a biblioteca mais dinâmica.

Promover atividades culturais é um importante serviço da Biblioteca Braille. Brinquedotecas para as crianças podem ser organizadas com materiais especiais para o estímulo do tato e audição. Outras alternativas como a hora do conto,

conjuntos musicais, coral, cursos de trabalhos manuais, exposições táteis etc. devem ser colocadas em prática. De uma forma geral, as atividades culturais devem ter como objetivo principal incentivar grupos de deficientes visuais na integração entre si e também com os não deficientes, no desenvolvimento de atividades artísticas, musicais, cênicas e outras.

3.7 Recursos humanos

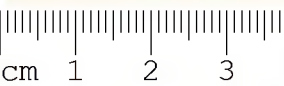
Para consecução de todos os serviços da Biblioteca Braille, é necessário contar com uma boa equipe de bibliotecários, funcionários e voluntários, treinados individualmente por profissionais da área. Todo pessoal deverá estar sensibilizado e informado sobre a problemática das pessoas cegas para dar-lhes melhor atendimento, bem como tomando conhecimento de todos recursos tecnológicos modernos.

3.8 Ambientação física

A Biblioteca Braille deve ser projetada conjuntamente com o arquiteto, o bibliotecário e a comunidade deficiente visual. Somente com a atuação desses elementos é que pode resultar um projeto viável e condizente à realidade.

A localização do mobiliário deve ser fixa e sem extremidades de pontas salientes. O centro do ambiente deve ser desocupado para permitir a livre circulação dos usuários,

O setor de Referência, pela sua importância, deve situar-se em sala especial. Isso



O DEFICIENTE VISUAL E A BIBLIOTECA BRAILLE

não implica em isolamento, pois alguns pontos de atendimento, distribuídos em todas as salas existentes, indicarão o acesso à sala de Referência.

4 CONCLUSÕES

Para finalizar cheguei a algumas conclusões que, como afirmei anteriormente, não pretendem ter caráter definitivo. São, na realidade, pontos de partida para outros trabalhos sobre o assunto em questão.

1 Dados estatísticos completos devem ser obtidos por censo rigoroso, para saber quantos e quais deficientes visuais devem ser atendidos. Como projetar bibliotecas se não há disponibilidade de fontes estatísticas? Urge que se execute um "survey" que comece pelo Município, seja seguido pelo Estado e concluído pelo Governo Federal.

2 Aliada à necessidade de se criar centros de reabilitação, instituições educativas, associações de classe, a prevenção da deficiência visual deve ser praticada, individual e coletivamente, como uma medida de saúde.

3 Não há modelo padrão para a estru-

turação de biblioteca Braille. Faz-se necessário traçar diretrizes para sua organização e funcionamento, cabendo a cada comunidade formar o modelo mais condizente à realidade específica;

4 A biblioteca Braille não deve ser uma instituição fechada em si mesma, que apenas produz e fornece material ao usuário passivo. Ela deve ser um instrumento ativo de informação à comunidade, integrando-a na problemática dos deficientes visuais.

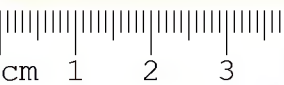
5 Para que a biblioteca promova completo acesso a informação ao cego, ela precisa conhecê-lo, primeiramente, através de estudos de usuários contínuos.

6 A atuação de bibliotecários especializados é fundamental para o bom funcionamento da Biblioteca Braille. Devem estar conscientes de que o problema maior não é prover informações para o cego e sim criar condições para que ele se interesse por elas. Os bibliotecários devem estar conscientes de que a primeira barreira a ser eliminada está na mente das pessoas, deficientes ou não, e trabalhar nesse sentido, desenvolvendo as potencialidades do cego e reduzindo suas limitações.



QUADRO DE TIPOS DE ENTIDADES, SEGUNDO REGIÕES DO BRASIL

Regiões	Associações e Institutos	Secretarias	Escolas	Bibliotecas	Total
Norte	3	7	—	1	11
Nordeste	18	8	3	6	35
Centro-Oeste	6	1	2	1	10
Sudeste	84	13	60	21	178
Sul	25	6	16	6	53
Total	136	35	81	35	287



O DEFICIENTE VISUAL E A BIBLIOTECA BRAILLE

Pessoas deficientes que receberam assistência, por tipo de assistência, segundo as Grandes Regiões e tipo de deficiência ou incapacidade - 1981

GRANDES REGIÕES E TIPO DE DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE	PESSOAS DEFICIENTES QUE RECEBERAM ASSISTÊNCIA					
	Total	Tipo de assistência				
		Médica	Tratamento de reabilitação	Programa de habilitação profissional	Outro	Mais de um tipo
URAUL (1) (2)	233 532	101 304	20 120	422	0 749	12 050
Capoeira	10 207	0 140	-	-	330	806
Surdos	11 040	0 720	1 441	-	54	425
Surdo-mudo	5 710	3 220	1 190	313	005	170
Retardamento ou doença mental	00 721	05 090	7 511	109	2 045	3 930
Falta de algum membro ou parte dele	7 707	0 003	007	-	-	737
Paralisia total ou dos dois membros	11 250	0 507	1 300	-	340	1 022
Paralisia de um lado (um braço e/ou uma perna) (2)	25 377	10 045	5 542	-	100	2 472
Outro tipo de incapacidade ou paralisia	46 010	37 027	5 424	-	1 030	1 023
Mais de um tipo de deficiência ou incapacidade	10 020	15 030	045	-	-	1 153
NORTE (3)	4 052	3 000	070	-	55	340
Capoeira	455	455	-	-	-	-
Surdos	003	450	244	-	-	-
Surdo-mudo	-	-	-	-	-	-
Retardamento ou doença mental	1 002	1 700	-	-	-	113
Falta de algum membro ou parte dele	114	114	-	-	-	-
Paralisia total ou dos dois membros	204	100	115	-	-	-
Paralisia de um lado (um braço e/ou uma perna)	730	500	-	-	-	277
Outro tipo de incapacidade ou paralisia	020	450	115	-	55	-
Mais de um tipo de deficiência ou incapacidade	55	55	-	-	-	-
NODESTE	37 000	30 031	3 072	-	001	1 441
Capoeira	2 055	2 310	-	-	330	-
Surdos	2 500	1 094	075	-	-	-
Surdo-mudo	1 430	1 335	104	-	-	-
Retardamento ou doença mental	10 350	10 740	074	-	110	075
Falta de algum membro ou parte dele	1 120	1 120	-	-	-	-
Paralisia total ou dos dois membros	1 570	1 010	220	-	340	-
Paralisia de um lado (um braço e/ou uma perna)	2 554	1 111	1 043	-	-	-
Outro tipo de incapacidade ou paralisia	3 037	2 003	452	-	112	210
Mais de um tipo de deficiência ou incapacidade	3 090	2 430	104	-	-	550
SUDESTE (2)	120 520	103 233	10 000	313	2 005	2 002
Capoeira	4 353	3 021	-	-	-	432
Surdos	0 010	5 272	313	-	-	425
Surdo-mudo	2 072	1 105	740	313	420	-
Retardamento ou doença mental	52 024	43 000	5 250	-	1 400	2 207
Falta de algum membro ou parte dele	3 733	2 110	070	-	-	737
Paralisia total ou dos dois membros	6 274	4 471	040	-	-	055
Paralisia de um lado (um braço e/ou uma perna) (2)	15 052	10 350	2 005	-	100	1 590
Outro tipo de incapacidade ou paralisia	30 034	24 777	3 003	-	071	1 103
Mais de um tipo de deficiência ou incapacidade	7 070	7 231	432	-	-	313
SUL	47 001	02 000	2 051	100	200	1 700
Capoeira	2 437	2 001	-	-	-	370
Surdos	1 300	1 101	100	-	-	-
Surdo-mudo	074	400	100	-	370	-
Retardamento ou doença mental	20 470	10 007	055	100	327	400
Falta de algum membro ou parte dele	2 592	2 403	109	-	-	-
Paralisia total ou dos dois membros	2 050	2 050	-	-	-	-
Paralisia de um lado (um braço e/ou uma perna)	5 502	4 270	015	-	-	400
Outro tipo de incapacidade ou paralisia	0 100	7 310	545	-	-	320
Mais de um tipo de deficiência ou incapacidade	4 333	4 115	109	-	-	100
CENTRO-OESTE	10 001	10 420	2 102	-	202	1 100
Capoeira	307	307	-	-	54	-
Surdos	066	012	-	-	-	-
Surdo-mudo	025	220	220	-	-	170
Retardamento ou doença mental	5 140	3 793	724	-	220	395
Falta de algum membro ou parte dele	220	220	-	-	-	-
Paralisia total ou dos dois membros	1 065	792	100	-	-	107
Paralisia de um lado (um braço e/ou uma perna)	1 453	007	039	-	-	107
Outro tipo de incapacidade ou paralisia	2 020	2 214	500	-	-	100
Mais de um tipo de deficiência ou incapacidade	1 300	1 103	-	-	-	175

FORTE - INGE, Divisão Técnica, Departamento de Estatísticas de População e Censos
 (1) Exclusivo no âmbito de zona rural da Região Norte; (2) Exclusivo 210 pessoas com declaração do tipo de assistência; (3) Exclusivo no âmbito de zona rural



María Cristina Nagahama

Pessoas deficientes, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões e tipo de deficiência ou incapacidade - 1981

GRANDES REGIÕES E TIPO DE DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE	PESSOAS DEFICIENTES										
	Total	Grupos de idade									
		0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos e mais
BRASIL (1) (2)	(2)3 176 200	71 010	100 066	906 132	182 460	100 003	132 007	206 066	236 200	231 006	(2) 091 224
Capanga (2)	175 262	2 029	8 424	8 024	8 712	4 750	3 045	8 717	17 407	22 281	95 114
Serões	101 001	3 906	2 045	63 823	10 000	5 220	3 700	12 722	15 100	27 100	95 700
Serde meior	20 540	7 428	12 210	11 703	8 000	8 110	4 000	8 015	2 734	2 067	18 052
Retardamento ou doença mental	900 250	16 271	55 740	60 000	60 000	24 411	66 832	60 200	76 554	60 105	48 900
Falta de algum membro ou parte dele	141 250	3 000	8 076	4 050	7 122	11 000	8 054	22 035	22 452	10 700	22 832
Paralisia total ou dos dois membros	167 504	5 100	13 171	7 007	8 577	10 476	4 000	10 206	11 825	12 747	21 475
Paralisia de um lado (sem braço e/ou uma perna)	200 200	8 000	12 532	17 427	25 430	20 030	13 000	22 000	30 522	26 505	60 825
Outro tipo de incapacidade ou paralisia	317 260	10 116	21 001	28 376	24 000	24 134	17 500	46 240*	53 480	60 322	90 322
Mais de um tipo de deficiência ou incapacidade	120 712	4 774	11 263	10 956	2 000	8 743	7 000	14 370	17 095	7 001	44 106
NORTE (4)	86 226	1 709	3 002	8 101	4 000	4 262	3 122	3 002	4 424	8 170	8 046
Capanga	5 276	113	114	114	113	100	573	56	967	2 232	
Serões	5 647	114	230	230	466	514	110	222	631	732	2 215
Serde meior	2 500	204	100	000	000	307	401	55	115	204	
Retardamento ou doença mental	14 100	456	1 250	2 212	2 763	1 012	631	1 000	962	682	957
Falta de algum membro ou parte dele	2 621	276	1 250	115	115	300	110	344	866	115	400
Paralisia total ou dos dois membros	2 232	110	900	110	484	110	55	176	100	514	220
Paralisia de um lado (sem braço e/ou uma perna)	5 340	300	900	517	207	456	170	676	670	820	1 745
Outro tipo de incapacidade ou paralisia	5 900	383	276	620	400	110	204	1 020	810	874	206
Mais de um tipo de deficiência ou incapacidade	2 832	243	343	263	326	236	115	114	276	395	700
ORIENTE	642 031	27 010	83 585	62 370	62 841	61 260	31 830	60 010	82 012	82 010	177 547
Capanga	76 327	1 794	2 010	3 200	4 120	1 700	1 220	2 012	3 204	11 000	60 340
Serões	60 011	1 123	2 466	5 723	3 542	1 224	1 000	5 000	8 000	8 376	34 320
Serde meior	28 000	3 957	2 377	2 544	2 472	1 276	800	1 099	2 227	1 221	4 015
Retardamento ou doença mental	182 543	3 712	10 812	27 327	24 076	76 476	17 157	20 176	10 561	14 200	20 412
Falta de algum membro ou parte dele	30 004	1 124	1 266	2 034	2 264	3 400	2 010	4 001	2 017	4 017	8 006
Paralisia total ou dos dois membros	34 841	2 466	2 070	3 067	3 000	2 103	1 225	3 022	2 210	2 012	8 000
Paralisia de um lado (sem braço e/ou uma perna)	82 022	4 787	4 836	8 843	8 024	5 820	3 821	6 466	11 050	10 100	22 521
Outro tipo de incapacidade ou paralisia	90 820	8 243	8 721	8 000	8 200	3 376	3 112	12 204	10 174	11 420	22 200
Mais de um tipo de deficiência ou incapacidade	76 446	2 110	4 260	4 155	800	1 077	1 354	2 552	2 250	2 000	14 182
SUDESTE	877 900	35 163	64 708	82 747	60 476	76 077	82 000	113 083	112 000	115 177	224 552
Capanga	96 262	856	2 032	1 464	1 010	1 395	1 177	2 052	8 224	7 227	20 015
Serões	78 224	420	3 270	4 012	4 100	2 240	2 272	4 505	8 405	12 414	25 281
Serde meior	22 000	1 826	7 626	2 711	2 959	2 414	2 011	2 510	2 260	1 832	4 257
Retardamento ou doença mental	311 001	8 040	20 241	46 066	41 757	54 082	22 274	46 066	27 100	24 011	10 170
Falta de algum membro ou parte dele	60 064	1 053	2 540	1 277	2 000	5 194	5 541	10 204	12 300	8 022	11 787
Paralisia total ou dos dois membros	48 263	1 512	3 076	2 476	4 501	8 243	3 062	3 066	5 530	2 020	10 066
Paralisia de um lado (sem braço e/ou uma perna)	112 076	2 132	8 000	7 430	8 017	10 051	8 020	11 100	12 822	10 066	20 010
Outro tipo de incapacidade ou paralisia	107 000	8 166	8 076	12 210	11 000	6 001	24 076	25 011	76 466	52 066	52 066
Mais de um tipo de deficiência ou incapacidade	52 071	2 222	4 022	2 210	2 022	2 141	2 752	5 540	4 725	4 066	76 287
SUL	230 310	13 060	25 376	76 023	34 322	32 020	32 517	47 210	34 000	32 012	87 000
Capanga	21 005	376	900	1 031	594	1 464	762	1 705	1 847	2 261	8 182
Serões	18 001	466	1 182	1 021	1 000	595	700	762	427	2 121	1 066
Serde meior	10 834	871	874	2 070	3 127	1 720	700	2 754	1 722	775	964
Retardamento ou doença mental	106 002	4 505	7 476	14 350	15 841	12 904	10 114	10 205	8 131	8 217	8 010
Falta de algum membro ou parte dele	21 576	875	1 083	1 350	1 176	2 544	1 125	8 162	5 418	2 248	5 300
Paralisia total ou dos dois membros	12 020	210	705	754	1 181	1 252	276	2 228	1 776	1 540	2 410
Paralisia de um lado (sem braço e/ou uma perna)	42 120	1 083	2 000	1 100	4 151	2 200	2 102	2 036	2 844	8 555	12 956
Outro tipo de incapacidade ou paralisia	87 027	2 241	3 550	5 141	2 702	8 077	2 785	7 414	8 710	7 005	11 400
Mais de um tipo de deficiência ou incapacidade	22 214	100	2 101	1 077	1 511	1 710	1 574	2 045	2 405	1 007	7 151
CENTRO-OESTE (2)	(2) 121 771	8 520	12 510	11 012	11 176	8 782	8 700	15 995	14 200	11 146	(2) 24 411
Capanga (2)	7 282	290	000	000	100	517	554	877	000	2 511	
Serões	15 250	220	870	1 100	787	766	200	1 005	1 071	2 555	8 054
Serde meior	10 000	100	1 050	1 000	1 000	1 220	002	1 200	1 252	52	532
Retardamento ou doença mental	31 146	1 001	2 952	1 120	4 202	4 200	3 261	5 722	4 115	2 295	2 051
Falta de algum membro ou parte dele	7 552	727	404	176	276	404	400	874	500	1 002	2 001
Paralisia total ou dos dois membros	7 402	602	1 070	1 020	320	564	161	900	1 100	167	1 787
Paralisia de um lado (sem braço e/ou uma perna)	15 140	542	2 221	1 712	1 140	002	727	1 400	1 001	1 782	2 407
Outro tipo de incapacidade ou paralisia	20 215	1 010	1 900	2 751	1 155	500	1 400	2 710	2 057	2 500	2 236
Mais de um tipo de deficiência ou incapacidade	10 121	332	517	1 001	1 020	900	805	1 140	1 461	230	1 001

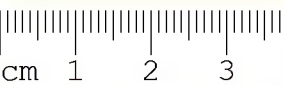
FORTE - IGE (Instituto Brasileiro de Estatística) Departamento de Estatística da População e Sociais
 (1) Inclusão no dado de zona rural de Região Norte (2) Inclusão 52 pessoas de declaração de deficiência ou incapacidade (3) Inclusão 52 pessoas com declaração de deficiência ou incapacidade (4) Inclusão no dado de zona rural



O DEFICIENTE VISUAL E A BIBLIOTECA BRAILLE

5 BIBLIOGRAFIA

- 1 A.L.A. Commitment. Diretrizes básicas para o estabelecimento dos serviços de referência e informação. Trad. Inês Maria M. Imperatriz Rev. Neusa Dias de Macedo, *R. Bras. Bibliotec. e Doc.*, 17(3/4): 71-09, jul./dez. 1984.
- 2 110 Sugestões para Convivência com Deficientes. São Paulo, 1981.
- 3 CONSELHO ESTADUAL PARA ASSUNTOS DA PESSOA DEFICIENTE. *Diretrizes políticas*. São Paulo, 1985.
- 4 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil 1983*. Rio de Janeiro, 1983 p. 196-209-210-220-221.
- 5 JAHODA, Gerald. Suggested goals for public library service to physically handicapped persons. *RQ*, 20(2): 149-54, 1980.
- 6 LIBRARY SERVICE FOR THE HANDICAPPED: a national consultative seminar. *Papers*. National Library of Australia, 1979. (Development of Resource Sharing Networks: Network Study n. 9)
- 7 LUCAS, Linda. Library service to institutionalized and desable adults. *RQ*. (18):3:251-6, 1979.
- 8 MACEDO, Neusa Dias de. Em busca de diretrizes para o serviço de referência e informação para bibliotecas brasileiras. *R. Bras. Bibliotec. e Doc.*, 17(3/4):61-70. jul./dez. 1984.
- 9 MACEDO, Neusa Dias de. Um perfil do bibliotecário, *R. Bras. Bibliotec. e Doc.*, 16(2):108-9, jan./jun. 1983.
- 10 MILANESI, Luiz Augusto. *Biblioteca pública: ordenar para desordenar*. São Paulo, ECA-USP, 1985. (Tese de doutoramento)
- 11 MOVIMENTO PELOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES. São Paulo, 1981.
- 12 EUA. National Services for the Blind and the Physically Handicapped. *Planning barriers free libraries: a guide for renovation and construction of libraries serving blind and phylically handicapped readers*. Washington, Library of Congress, 1981.
- 13 NEWMANN, Kathleen M. & WEEKS, Gerald D. Reference Service: a model for telereference. *RQ*, 20(4):394-402, 1981.
- 14 OBERHOFER, Cecília Alves. Disponibilidade de serviços de referência: uma análise crítica. *Rev. bras. Bibliotec. e Doc.*, 16(1/2), 7-23, jan./jun. 1983.
- 15 SASSAKI, Romeu K. *Pessoas deficientes e TV: análise de uma reportagem*. São Paulo, 1981.
- 16 RIBAS, João B.C. *O que são pessoas deficientes*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- 17 WORKING PARTY ON LIBRARY SERVICES FOR THE HANDICAPPED. *Report of the working party on library services for the handicapped*. Canberra, National Library of Australia, 1979.



PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS BRASILEIRAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO: ANÁLISE QUANTITATIVA

Rubén Urbizagástegui Alvarado

Assessor Técnico SIBE/INEP

1 INTRODUÇÃO

No último semestre do ano 1981, a Coordenadoria do Sistema de Informações Bibliográficas em Educação, Cultura e Desportos do MEC (SIBE), levou a cabo um estudo bibliométrico (1) dos periódicos nacionais produtores de artigos sobre educação. Este estudo compreendeu o período 1978-80 e teve por objetivo identificar um núcleo de periódicos com alta taxa de produtividade, para que a sua indexação, resumo e posterior

difusão através da Bibliografia Brasileira de Educação (BBE) garantisse uma bibliografia com alta representatividade na área.

Nesse estudo foram encontrados 173 periódicos, cuja distribuição, segundo os Estados onde são editados, a periodicidade com que são oferecidos a seus usuários, a produtividade média dos mesmos e as entidades geradoras, são motivos da presente comunicação.

A população e a produtividade destes periódicos segundo a Distribuição Bradford, são mostrados na TABELA 1.



PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS BRASILEIRAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO:
ANÁLISE QUANTITATIVA

TABELA 1: DIVISÃO EM ZONAS DA POPULAÇÃO DE PERIÓDICOS

Zonas	Artigos	% Art.	ΣArt.	Σ % Art.	Periódicos	% Periód.	Σ Periód.	Σ % Periód.
1	368	34	368	34	12	7	12	7
2	352	33	720	67	29	17	41	24
3	359	33	1079	100	132	76	173	100

1079 100

173 100

41 periódicos (24%) produziram 720 artigos (67%), correspondendo a 132 periódicos (76%) apenas 33% da produção (359 artigos) dos periódicos analisados.

2 OBJETIVOS

2.1 Estabelecer o fluxo de trabalho na compilação da Bibliografia Brasileira de Educação (BBE)

2.2 Servir de orientação na fase de coleta dos documentos

2.3 Visualizar o crescimento de uma possível Base de Dados no assunto.

3 DISPERSÃO GEOGRÁFICA

Como se pode observar na Tabela 1; 61 periódicos (35,2%) foram editados no Estado do Rio de Janeiro; 52 periódicos (30%) no Estado de São Paulo; 13 periódicos (7,5%) em Brasília; 11 periódicos (6,3%) em Minas Gerais; 9 periódicos (5,2%) em Rio Grande do Sul; 8 periódicos (4,6%) em Pernambuco; 4 periódicos (2,3%) na Bahia; 3 periódicos (1,7%) no Paraná; 2 periódicos (1,1%) nos Estados do Ceará, Santa Catarina e Goiás; 1 periódico (0,5%) nos Estados do Espírito Santo, Mato Grosso, Maranhão, Paraíba, Pará e Piauí.

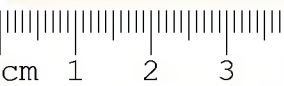


TABELA 2: PERIÓDICOS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO SEGUNDO OS ESTADOS ONDE SÃO EDITADOS

ESTADOS	N. PERIÓDICOS	Σ PERIÓDICOS	%	Σ %
Rio de Janeiro	61	61	35,26	35,26
São Paulo	52	113	30,05	65,31
Brasília	13	126	7,51	72,82
Minas Gerais	11	137	6,35	79,17
Rio Grande do Sul	9	146	5,20	84,37
Pernambuco	8	154	4,62	88,99
Bahia	4	158	2,31	91,30
Paraná	3	161	1,73	93,03
Ceará	2	163	1,15	94,18
Santa Catarina	2	165	1,15	95,33
Goiás	2	167	1,15	96,48
Espírito Santo	1	168	0,57	97,05
Mato Grosso	1	169	0,57	97,62
Maranhão	1	170	0,57	98,19
Paraíba	1	171	0,57	98,76
Pará	1	172	0,57	99,33
Piauí	1	173	0,57	99,90
	173		99,90	

De um total de 173 títulos, observou-se que 113 títulos de periódicos (65,3%) estão concentrados nos Estados de Rio de Janeiro e São Paulo.

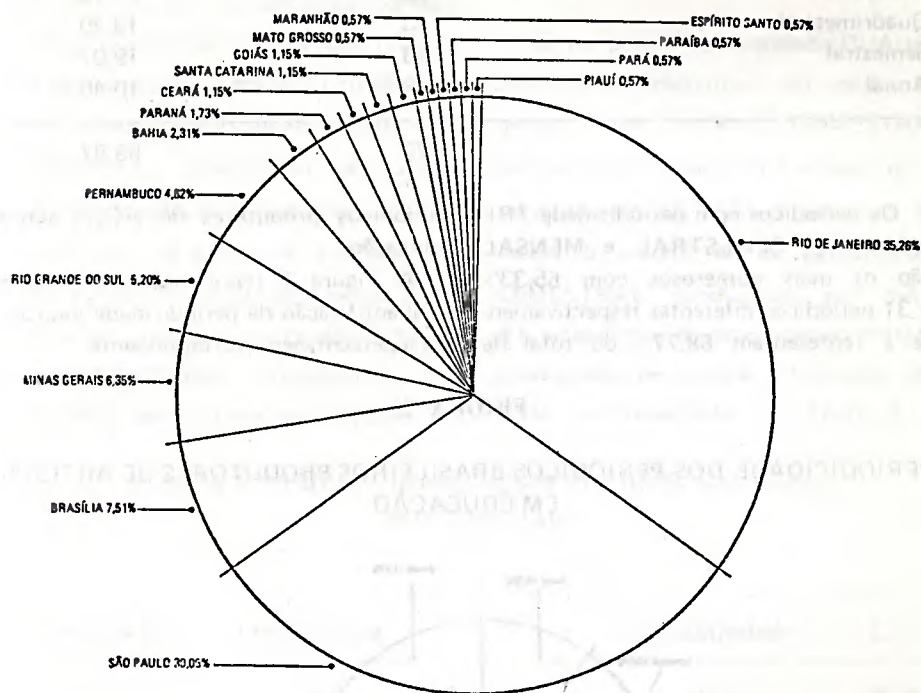
A Figura 1 representa graficamente a quantificação da dispersão, indicando a porcentagem por Estados.



PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS BRASILEIRAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO:
ANÁLISE QUANTITATIVA

FIGURA 1

DISPERSÃO GEOGRÁFICA DOS PERIÓDICOS BRASILEIROS PRODUTORES DE
ARTIGOS DE EDUCAÇÃO



4 PERIODICIDADE

55 periódicos (31,7%) são de periodicidade trimestral; 33 periódicos (19%) são de periodicidade semestral; 31 periódicos (17,9%) são de periodicidade men-

sal; 23 periódicos (13,2%) são de periodicidade quadrimestral; 18 periódicos (10,4%) são de periodicidade anual e 13 periódicos (7,5%) são de periodicidade bimestral. Isto pode ser observado na Tabela 3.



TABELA 3: PERIÓDICOS SEGUNDO A PERIODICIDADE

Periodicidade	Quantidade	%
Mensal	31	17,91
Bimestral	13	7,51
Trimestral	55	31,79
Quadrimestral	23	13,29
Semestral	33	19,07
Anual	18	10,40
	173	99,97

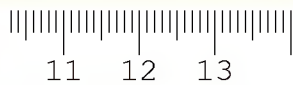
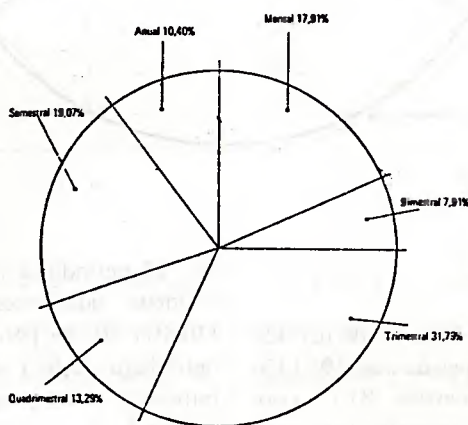
Os periódicos com periodicidade TRIMESTRAL, SEMESTRAL e MENSAL são os mais numerosos com 55,33% e 31 periódicos diferentes respectivamente e representam 68,77% do total de

periódicos produtores de artigos sobre educação.

A Figura 2 representa graficamente a quantificação da periodicidade indicando a percentagem correspondente.

FIGURA 2

PERIODICIDADE DOS PERIÓDICOS BRASILEIROS PRODUTORES DE ARTIGOS EM EDUCAÇÃO



PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS BRASILEIRAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO:
ANÁLISE QUANTITATIVA

5 PRODUTIVIDADE

Os periódicos de periodicidade TRIMESTRAL produziram 371 artigos (34,3%); os de periodicidade QUADRIMESTRAL produziram 230 artigos (21,3%); os de periodicidade SEMESTRAL produziram 158 artigos (14,6%), os de periodicidade MENSAL produziram 155 artigos (14,4%); os de periodicidade BIMESTRAL produziram 90 artigos (8,3%) e aqueles de periodicidade ANUAL produziram 75 artigos (7%). 601 artigos (56%) foram produzidos pelos periódicos de periodicidade TRIMESTRAL e QUADRIMESTRAL, notando-se uma tendência dos editores em adotarem pe-

riódicos com estas freqüências para canalizar a produção nacional de artigos de educação, como pode ser observado na TABELA 4.

6 PRODUTIVIDADE MÉDIA

Os periódicos de freqüência QUADRIMESTRAL produziram em média 6,9 artigos; os de freqüência TRIMESTRAL produziram em média 6,7 artigos; os de periodicidade MENSAL produziram em média 5 artigos; os de periodicidade SEMESTRAL produziram em média 4,5 artigos e os de periodicidade ANUAL produziram em média 4,1 artigos. Isto pode ser observado na TABELA 5.

TABELA 4: PRODUTIVIDADE DOS PERIÓDICOS SEGUNDO A PERIODICIDADE

Periodicidade	Produtividade	%	Σ Produtividade	Σ %
Trimestral	371	34,38	371	34,38
Quadrimestral	230	21,31	601	55,69
Semestral	158	14,64	759	70,33
Mensal	155	14,36	914	84,69
Bimestral	90	8,34	1004	93,03
Anual	75	6,95	1079	99,98
	1079	99,98		

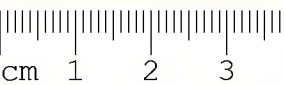


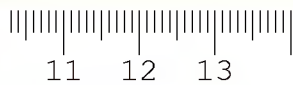
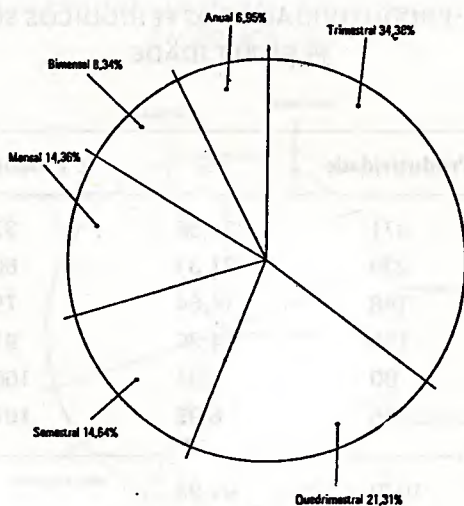
TABELA 5: PRODUTIVIDADE MÉDIA DOS PERIÓDICOS SEGUNDO A PERIODICIDADE

Periodicidade	Produtividade	N. Periódicos	Produtividade Média por Periódico
Mensal	155	31	5,0
Bimestral	90	13	6,9
Trimestral	371	55	6,7
Quadrimestral	230	23	10,0
Semestral	158	33	4,5
Anual	75	18	4,1
	1079	173	

A figura 3 representa graficamente a quantidade de brasileiros na área indicando a percentagem correspondente da produtividade dos periódicos.

FIGURA 3

PRODUTIVIDADE x PERIODICIDADE DOS PERIÓDICOS BRASILEIROS PRODUTORES DE ARTIGOS EM EDUCAÇÃO



PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS BRASILEIRAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO: ANÁLISE QUANTITATIVA

7 CONCLUSÕES

Da análise das TABELAS apresentadas acima pode-se concluir que:

7.1 Nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo se concentram 65% dos periódicos Nacionais produtores de artigos sobre educação. 26% nos Estados do Distrito Federal, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará, Santa Catarina, Goiás, Espírito Santo, Mato Grosso, Maranhão, Paraíba, Pará e Piauí.

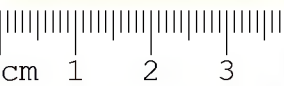
7.2 A periodicidade com que estas publicações se apresentam mais frequentemente é TRIMESTRAL, SEMESTRAL e MENSAL; mas os mais produtivos são Trimestrais e Quadrimestrais.

7.3 Em termos de produtividade média os periódicos QUADRIMESTRAL, BIMESTRAL e TRIMESTRAL, são os de produção mais elevada.

8 BIBLIOGRAFIA

NERI, Lúdia Alvarenga & URBIZAGÁS-TEGUI ALVARADO, Rubén. *Lista básica de publicações periódicos brasileiros na área de Educação*; um estudo bibliométrico para a nova fase da Bibliografia Brasileira de Educação-BBE. Brasília, 1982. 21 f. datilografadas.

NOCETTI, Milton A. Análise bibliométrica dos perfis das publicações periódicas e seriadas brasileiras correntes em ciências agrícolas e afins. *R. Bibliotecon. Brasileira*, 5(1):567-75. Jan./Jun. 1977.



DESENVOLVIMENTO DE UM PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA PARA PESQUISA DESTINADO AOS ALUNOS DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FOB-USP

Regina Célia Baptista Belluzzo*
Maria Fidela de Lima Navarro**
Aquira Ishikiriama***

RESUMO

O desenvolvimento de um estudo preliminar de orientação bibliográfica testado com alunos de pós-graduação da FOB-USP é apresentado. Os conteúdos técnicos e práticos compreenderam desde os planos básicos de pesquisa em nível nacional, plano básico de pesquisa para a FOB-USP até o processo de comunicação científica. A avaliação do programa mostrou resultado satisfatório, sendo seu conteúdo incluído no elenco das disciplinas de pós-graduação da FOB-USP.

Palavra-Chave: Educação odontológica; Pós-graduação; Bibliotecas universitárias.

ABSTRACT

The development of a preliminary study for training in research matters

INTRODUÇÃO

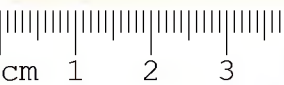
A realização de pesquisa na universidade é fator importante para o desenvolvimento científico e tecnológico, devendo existir mecanismos institucionais que estimulem o seu fortalecimento. A motivação do pesquisador está pautada em condições tais como o nível da Universidade como um todo ou a própria tradição de comprometimento com essa função.

Entretanto, para que sejam realizadas pesquisas universitárias é necessário

* Bibliotecária Chefe da FOB-USP e Mestranda da ECA/USP.

** Coordenadora do Curso de Dentística Restauradora (Doutorado) da FOB-USP.

*** Chefe do Departamento de Dentística da FOB-USP.



DESENVOLVIMENTO DE UM PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA PARA PESQUISA DESTINADO AOS ALUNOS DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FOB-USP

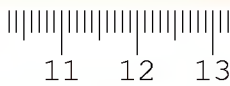
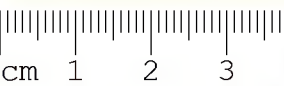
post graduate students of FOB-USP, is presented. The program included theoretical and practical activities since basic research plans at national level, basic research plan for FOS-USP until process of scientific communication. Evaluation of the program showed satisfactory results, and its content was included among the ones of the post graduation courses FOB-USP.

Key Word: Dental education, post graduate; University libraries.

não apenas o conhecimento da metodologia científica a ser desenvolvida, mas também das formas de acesso aos recursos informacionais e financeiros necessários à sua execução. Desse modo, com a finalidade de obter um desempenho satisfatório, principalmente de alunos de pós-graduação, é preciso que sejam oferecidos cursos de orientação bibliográfica nas Bibliotecas Universitárias que venham ao encontro dos interesses desses pesquisadores.

Na Faculdade de Odontologia de Bauru, da Universidade de São Paulo, desde há algum tempo que se constatou a necessidade de instruir os usuários da Biblioteca visando a um melhor desenvolvimento das tarefas docentes, discentes e de pesquisa. Assim, desde 1970, cursos de orientação bibliográfica vêm sendo ministrados aos alunos de graduação e pós-graduação, existindo grande interesse pela disciplina, principalmente entre os alunos de pós-graduação, provavelmente devido às exigências de pesquisas bibliográficas e leituras constantes e, sobretudo, ao cumprimento do requisito de apresentação de dissertação ou tese para conclusão de créditos e obtenção de títulos.

Apesar desses cursos serem regularmente ministrados para os alunos de Mestrado da FOB-USP, notou-se a inexistência da produção científica de origem e no Seminário de Avaliação do Ensino de Pós-Graduação em Dentística (Mestrado—levado a efeito na FOB-USP foram apontadas como principais causas: o fato de que o curso de Mestrado havia ofere-



cido condições apenas de iniciação à pesquisa, faltando ênfase a noções fundamentais sobre a elaboração de protocolos de pesquisa, o desconhecimento das diretrizes da política nacional (P.N.D. P.B.D.C.T.) bem como das agências financiadoras e fomentadoras de pesquisa para a área de Odontologia no Brasil. Deste modo, foi gerada a seguinte recomendação: "que os alunos dos Cursos de Pós-Graduação em Odontologia, a par do treinamento cognitivo e psicomotor especializado, deverão receber instrumentalização para a efetiva atuação como docente e, igualmente, a cerca dos procedimentos para a confecção de protocolos de pesquisa e sua execução. Além disso, deverão ser orientados também quanto à elaboração de trabalhos de divulgação para a publicação em revistas especializadas".

Diante de tais circunstâncias, optou-se por uma instrução voltada para os cursos de pós-graduação, no sentido de informar melhor sobre os planos básicos de pesquisa em nível nacional, em especial, a política das agências financiadoras e para a sub-área de Odontologia e todo o contexto que envolve a comunicação científica, concluindo os principais veículos de disseminação da informação produzida como resultado das pesquisas. Assim, um programa de orientação bibliográfica abordando esses tópicos foi desenvolvido junto ao Curso de Dentística (Doutorado) da FOB-USP, como um estudo preliminar.

DESENVOLVIMENTO

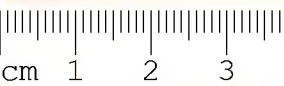
Fizeram parte do estudo quatro alunos do Curso de Doutorado (Dentística), dos quais três haviam cursado Mestrado na FOB-USP e um na Faculdade de Odontologia de Pernambuco, sendo que este último não recebeu a mesma orientação bibliográfica oferecida anteriormente aos outros Mestres participantes.

Para tanto, foi elaborado um programa com conteúdo teórico/prático como segue:

PROGRAMA

Aulas teóricas e práticas

1. Os planos básicos de pesquisa em nível nacional.
 - 1.1. Principais órgãos financiadores.
 - 1.2. Recomendações para a sub-área de Odontologia.
2. Plano básico de pesquisa para a FOB-USP.
 - 2.1. Tipos de pesquisa na Unidade.
 - 2.2. Quadro hierárquico das atividades de pesquisa: campo, área, linha, programa e projeto.
 - 2.3. Elaboração de Protocolos de Pesquisa.
 - 2.3.1. Cadastramento no "Serviço de Apoio à Pesquisa Odontológica" (S.A.P.O./Biblioteca).
3. Captação de recursos de Pesquisa.
 - 3.1. Bolsas e/ou Auxílios.
 - 3.2. Relatórios de Acompanhamento.



DESENVOLVIMENTO DE UM PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA PARA PESQUISA DESTINADO AOS ALUNOS DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FOB-USP

Aulas práticas

1. O processo da comunicação científica.
- 1.1. Os veículos de disseminação da informação gerada pelas pesquisas.
- 1.2. Apresentação formal do texto: elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.
- 1.3. Elaboração e redação do texto para divulgação.

O programa proposto foi desenvolvido no 1º semestre de 1983 perfazendo um total de 36 horas, distribuídas em quatro semanas alternadamente.

Para melhor elucidação do desenvolvimento da instrução proposta, seguem os comentários sobre as unidades de trabalho, abordando conjuntamente as atividades discentes e de avaliação e o material didático utilizado.

I – AULAS TEÓRICAS E PRÁTICAS

Unidade 1 – Os planos básicos de pesquisa em nível nacional

Inicialmente, orientou-se uma discussão a respeito da pesquisa científica – o que é, como é feita, tipos de pesquisa – de acordo com a área de interesse específico enfatizando os planos básicos de pesquisa em nível nacional (P.N.D., P.B.D.C.T., P.A.D.C.T.), os principais órgãos financiadores de pesquisa no Brasil, bem como as recomendações para a sub-área de Odontologia quanto às suas linhas de atuação: promoção da investiga-

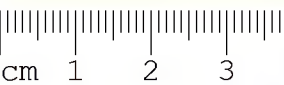
ção sócio-epidemiológica, clínico-patológica, modelos alternativos de serviços e pesquisa tecnológica para o desenvolvimento da indústria nacional.

Estes tópicos foram desenvolvidos de maneira prática, através do manuseio de fontes de referência pertinentes (documentos primários e secundários existentes na biblioteca).

Como atividade de avaliação foi programada a execução de um catálogo, contendo informações gerais sobre as principais entidades que atendem solicitações de auxílios para eventuais projetos de pesquisa em Ciência e Tecnologia (Odontologia) em nível nacional. Assim, a partir de levantamento efetuado em obras de referência (cadastros e diretórios) foram encontradas 15 entidades e publicado o "Catálogo de Entidades Financiadoras ou Fomentadoras de Pesquisa (Odontologia)" no intuito de divulgar os principais órgãos que colaboram para o avanço científico da área odontológica.

Unidade 2 – Plano básico de pesquisa para a FOB-USP

O conteúdo desta unidade está relacionado com a classificação estabelecida para os tipos de pesquisas realizadas no âmbito da FOB-USP (teóricas, aplicadas e teórico-aplicadas), considerando-se, por outro lado, que também existe diversificação das atividades e trabalhos de investigação dentro de uma hierarquia de universos de interesse mencionaram-se aqui os conceitos propostos para



essa hierarquia (campo de pesquisa, área de pesquisa, linha de pesquisa, programa de pesquisa, projeto de pesquisa).

No item "elaboração de protocolos de pesquisa" foi enfatizada a importância do planejamento das atividades visando ao esclarecimento de um problema de solução ainda desconhecida ou discutida pela comunidade científica, propondo-se uma forma de abordagem, relacionando os objetivos que pretende atingir. Em decorrência disso, existe a necessidade de apresentação do "Projeto de Pesquisa" e o seu cadastramento junto ao Serviço de Apoio à Pesquisa Odontológica na Biblioteca.

Com a orientação dos respectivos professores orientadores foram realizados os "Projetos de Pesquisa", elaborados os respectivos "Protocolos de Pesquisa", bem como preenchidas as "Fichas de Cadastro do Protocolo de Pesquisa", conforme modelos utilizados na FOB-USP e descritos no "Manual de Instruções para o Pesquisador da Faculdade de Odontologia de Bauru", obra editada pela Instituição.

Unidade 3 – Captação de recursos para pesquisa

Trata-se da apresentação formal das principais agências financiadoras de pesquisa (CNPq, CAPES, FINEP, FAPESP, etc.) no tocante ao oferecimento de bolsas e/ou auxílios (País/exterior), oferecendo-se as principais orientações sobre os prazos para atendimento, condições

para a concessão dos recursos e o preenchimento dos formulários de cada órgão, obedecendo às instruções existentes nos manuais de orientação correspondentes.

Complementando a instrução desta unidade, salientou-se as normas de elaboração e apresentação dos chamados "Relatórios de Acompanhamento e Final" das pesquisas desenvolvidas e a sua importância para a avaliação de projetos executados.

Este item foi desenvolvido como base:

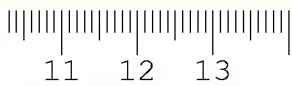
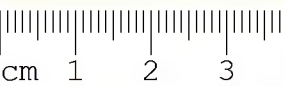
- abordagem aos formulários e manuais de orientação das agências financiadoras, estabelecendo-se as diferenças entre as suas áreas de atuação;
- análise de texto de normas de documentação (ABNT);
- texto de MORLES² sobre a elaboração e avaliação de projetos de pesquisa;
- exame de relatórios para uma análise científica.

II – AULAS PRÁTICAS

Unidade 1 – O processo da comunicação científica

Neste tópico, os principais canais de informação no processo da comunicação na ciência (formais e informais) foram abordados, destacando-se os veículos de disseminação da informação gerada pelos pesquisadores, tendo como base o esquema apresentado por LANCASTER¹.

Foi solicitado um "Estudo preliminar de fontes de informação", como revisão



DESENVOLVIMENTO DE UM PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA PARA PESQUISA DESTINADO AOS ALUNOS DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FOB-USP

da orientação oferecida no Mestrado, essencial para o desenvolvimento de pesquisa bibliográfica com vistas à elaboração prática de um texto para divulgação de pesquisa realizada. Mais precisamente, os alunos foram orientados para escrever um artigo científico para submeter a uma revista nacional considerada como veículo de divulgação expressivo na área odontológica, adotando-se as normas de documentação vigente e as "Instruções para os autores" do período escolhido.

A bibliografia recomendada aos alunos constou de 13 itens — especialmente textos que fazem parte do acervo da Biblioteca da FOB-USP, incluindo todos os assuntos abordados no programa.

CONCLUSÃO

De acordo com a observação do ministrador, da avaliação do programa feito

pelos alunos é pela Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Dentística (Doutorado), pode-se notar que, de modo geral, a experiência foi válida, sendo inclusive proposta a inclusão da disciplina com o título "Orientação Bibliográfica II" no currículo dos Cursos de Pós-Graduação na FOB-USP, a partir de 1986, com a obtenção de três créditos, com a carga horária de 36 horas distribuídas em quatro semanas, obedecendo-se ao programa inicialmente proposto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 LANCASTER, F.W. — *Statistical indicators of scientific and communication: a progress report*. 1975 [Mimeografado].
- 2 MORLES, V. — Guia para elaboração e avaliação de projetos de pesquisa. *Rev. Pedagogia*, 1:51-9, 1971.



SEDIPO – SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO POPULAR; A INFORMAÇÃO A SERVIÇO DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES

Justino Alves Lima*

RESUMO

Trata-se do SEDIPO, Serviço de Documentação e Informação Popular, ligado a CNBB NE II, Recife, com sua prática de recuperar, documentar e guardar as informações que são disseminadas às organizações populares. Menciona os serviços prestados e os sistemas utilizados no processamento da informação.

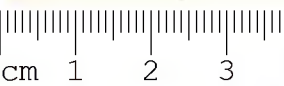
Palavra Chave: Serviço de Documentação e Informação Popular

INTRODUÇÃO

“Em uma sociedade de classes, a Documentação é um produto social que normalmente se encontra separado da prática popular, seja porque o povo não tem acesso à documentação que contém a informação básica sobre a realidade econômica, social, política e cultural, seja porque o povo não traduz sua própria prática em documentos” (1)

A fase da repressão estabelecida pelo regime militar a partir de 1964 impôs à comunidade como um todo o cerceamento a disseminação da informação, mesmo a tradicionalmente cedida pela

* Aluno do Curso de Mestrado em Biblioteconomia da UFPE. Presidente da Associação Profissional dos Bibliotecários de Sergipe. Bibliotecário do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.



SEDIPO – SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO POPULAR; A INFORMAÇÃO A SERVIÇO DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES

instituição Biblioteca. A partir de 1974 este cerceamento à prática da informação começa a encontrar resistência com a formação dos centros de informação e documentação popular. Com o surgimento dos novos movimentos sociais, procurando a cada instante buscar sua identidade, surgiram os movimentos populares, procurando por informação. Como forma de apoio a estes movimentos populares, surgem os centros de documentação e informação popular, buscando uma linguagem que registrasse as lutas do povo por melhores condições de vida.

Na Região Metropolitana do Recife encontramos 297 (duzentos e noventa e sete) entidades populares dos bairros, são as Associações, Conselhos e Grupos de Moradores. Estas Entidades têm em Recife uma verdadeira central de documentação e informação popular: O SEDIPO, Serviço de Documentação e Informação Popular, O SEDIPO, originalmente ligado à CNBB Nordeste II, tem estabelecido contato com todos os movimentos populares da região metropolitana do Recife e, servindo-lhes, prestando informações. As informações cedidas pelo SEDIPO servem para realimentar as discussões e questões pelas quais passam e vivem estes movimentos populares. O SEDIPO então é o que denominamos de via alternativa como "Serviços ao Público" que ainda não encontrou na instituição Biblioteca o veículo disseminador da documentação e informação popular.

1 HISTÓRICO

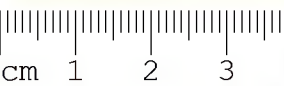
O SEDIPO – Serviço de Documentação e Informação Popular, está ligado à CNBB NE-II, com sede em Recife/Pernambuco, atuando como atividade específica de documentação e informação, a serviço das organizações populares da região.

O Serviço de Documentação e Informação Popular foi iniciado em 1975, pelo Secretariado Regional Nordeste II da CNBB, abrangendo os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Como setor atinge a área destes quatro estados, mas como serviço abrange toda a região, colocando-se à disposição das outras três regionais da CNBB, no Nordeste.

O SEDIPO surgiu numa época difícil, no ano de 1975, quando a Igreja era um lugar onde podia-se discutir; era a Igreja um canal viável. Surgiu o SEDIPO como um Centro de Documentação para publicações populares.

Surgiu ligado ao grupo da Juventude Universitária, tendo como idéia primeira o recolhimento e tratamento da informação para servir às publicações de informações mais imediatas. Seguiu nesta linha durante nove anos quando já consolidada a perspectiva de abertura, houve uma revisão da Regional do Nordeste II.

O SEDIPO passou então a assessorar as publicações e a dar mais ênfase à informação do Nordeste. Em 1984 foi criada uma nova equipe, impulsionada a partir de um curso no IDOC/Itália sobre documentação e direitos humanos. A jornalista



Vannise Araújo, responsável pelo SEDIPO, teve então contato com pessoas do terceiro mundo que se ocupavam da documentação a serviço das organizações populares e das questões do direitos humanos. Na volta de Vannise, a equipe decidiu dar outra característica ao SEDIPO, capacitar o Centro para realizar a sua tarefa, que era disseminar a informação e documentação popular auxiliando as organizações populares. O SEDIPO foi então reestruturado para a finalidade de organizar a documentação para subsidiar a atividade pastoral da CNBB e a ação dos movimentos populares que retomavam novo impulso de luta.

Estava, em março de 1984, implantando no Nordeste, o ponto de convergência e redistribuição da informação sobre a realidade nordestina e sobre as experiências de luta e organização dos movimentos populares.

O SEDIPO mantém intercâmbio com vários centros de documentação do Nordeste. Estes centros são núcleos de informação especializados sobre a luta sindical, na cidade e no campo; sobre as políticas de Governo para as populações carentes; sobre tecnologias apropriadas e projetos alternativos no meio rural; sobre a saúde e o trabalho da mulher; sobre a violência e os direitos humanos.

2 OBJETIVOS

Integrado numa área de 1.548.672 KM², dividida entre os nove estados do Nordeste (Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte,

Ceará, Maranhão e Piauí), o SEDIPO tem uma prática de documentação e informação voltada para o Movimento Popular, como centro de documentação alternativa tendo como objetivo prestar um serviço útil a atividade das organizações populares da Região Nordeste, recolhendo, selecionando, classificando e divulgando dados de informação utilizados sobre a realidade social do Nordeste.

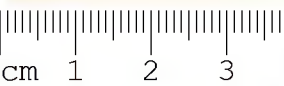
O SEDIPO objetiva atender de forma mais direta os grupos que estão diretamente envolvidos com a luta pela democracia plena, com a liberação do homem, com a transformação social, que são mais especificamente os movimentos sociais da periferia (os grandes movimentos populares), as associações de bairro, os sindicatos, os pequenos grupos de evangelização como as comunidades eclesiais de base, as associações de domésticas, de artesãos, de pescadores, de prostitutas etc.

A questão fundamental é recuperar, documentar e guardar as informações que vão servir às organizações populares, registrando a história do movimento popular, a história da luta do povo, história esta que não está registrada em livro algum.

3 SERVIÇOS

Sendo a Igreja um organismo que não está somente a serviço do seu corpo, mas sim a serviço da humanidade, o CNBB abre os serviços do SEDIPO para todas as organizações populares, todos os movimentos sociais da região Nordeste.

Os serviços do SEDIPO são utilizados



SEDIPO – SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO POPULAR; A INFORMAÇÃO A SERVIÇO DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES

diretamente por alguns grupos, mas os maiores usuários são os agentes intermediários, que não são do próprio povo (movimento), mas participam do movimento com aquele povo, são ligados à luta do povo.

No momento o SEDIPO oferece como serviços: dados sobre a realidade brasileira; dados sobre o Nordeste; recortes de jornais; cadernos de jornais; resenhas da imprensa; acervo de publicações populares; biblioteca; serviços de assessoria; publicações.

O SEDIPO possui uma Base de Dados sobre a realidade social do Brasil e sobre as políticas do Governo que atingem a vida do povo brasileiro. Tem como fontes de informação os periódicos de estudos e análises, produzidos por Centros de Documentação; as revistas de atualidade (*Isto é, Senhor*) e as publicações especializadas das organizações populares (Boletins da CPT, CPO, SIN, CUT, e outros).

Possui também uma Base de Dados sobre a realidade social do Nordeste e sobre as políticas do Governo que atingem a vida do povo na Região. Tem como fontes de informação os Relatórios de Pesquisa e Seminários realizados na Região; dados e análises da SUDENE e outros órgãos do Governo; estudos e textos produzidos por técnicos, especialistas e líderes sindicais.

Mantém um serviço de Recortes de jornais, sempre atualizados, classificado em 64 temas:

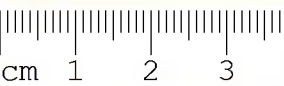
Agricultura, Agroindústria Canaveira, Agropecuária, Água, Alimentos, Assas-

sinatos, Barragem, Canaveiros, Combustível, Controle de Natalidade, Corrupção, Cultura, Custo de Vida, Defensivos Agrícolas, Direitos Humanos, Economia, Emprego – Desemprego, Empresas, Estudantes, Enchentes, Energia, Exportação – Importação, Favelados, Fome, Habitação, Hidro-elétricas, Igrejas-Cristãs, Índio, Indústria, Irrigação, Menor, Negro, Mortalidade Infantil, Migrações, Mineração, Operários, Organizações Populares, Pescadores, Plano de Emergência, Política, Política Partidária, Poluição, Presos, Presídios, Professor, Profissionais Liberais, Projeto Nordeste, Religião, Saúde, Seca, Serviços Públicos, Servidor Público, Sindicatos Rurais, Sindicatos Urbanos, Sociedade, Tecnologia Alternativa, Terra, Trabalhador Rural, Trabalhador Urbano, Transportes, Universidade, Violência e Seitas.

O serviço de Recortes de Jornais tem como fonte os periódicos *Aconteceu* (CED1); *Registro* (CEPAC); *O São Paulo* (Arq. de São Paulo); *Nas Bancas* (Rio); *Igreja do Ceará* (CE); *Notícias* (CNBB); e como jornais diários o *Diário de Pernambuco*; o *NORTE* (PB) e, a *Folha de São Paulo*.

As coleções de recortes são organizadas em cadernos de assuntos específicos, após um certo período de acompanhamento sobre determinados fatos ou assuntos em evidência (assassinatos de líderes sindicais ou campanha salarial das classes trabalhadoras da região). Estes cadernos são processados pelo método Unitermo.

Como serviço prestado, o SEDIPO atende a solicitações de grupos de asses-



soria e de organizações populares, para acompanhar o que sai na imprensa sobre eventos particulares ou para elaborar resenhas de imprensa sobre um determinado assunto a fim de subsidiar congressos, encontros e seminários de estudo dessas organizações.

O Acervo de Publicações Populares é composto por informações produzidas e/ou veiculadas através dos Boletins de Movimentos Populares do Nordeste e dos cadernos de formação e educação popular recebidos de todo o Brasil. O SEDIPO demonstra um vivo interesse por esse serviço, classificando por assunto tanto os boletins como as cartilhas populares.

Existe no SEDIPO uma mini-biblioteca que mantém um acervo especializado e atualizado sobre a região Nordeste e alguns temas relacionados com educação popular, teologia da libertação, prática pastoral, direitos humanos e participação.

Além da tarefa de documentação e informação o SEDIPO pela própria circunstância das suas atividades, passou a algumas atividades de assessoria como ilustração e diagramação de cartazes, volantes e publicações populares e treinamento sobre práticas de documentação.

O serviço de ilustração e diagramação é exclusivo para Movimentos Populares e é prestado a grupos que produzem publicações e necessitam de orientação técnica na diagramação das publicações ou na criação de cartazes. (Anexos II).

Os treinamentos oferecidos são para grupos de interessados em aprender técnicas documentárias acessíveis, a fim

de organizar um eficiente sistema de recuperação da informação.

O SEDIPO oferece estágio aos grupos que recebem treinamentos sobre práticas de documentação, com acompanhamento posterior durante a fase de implantação do sistema de informação.

Para fortalecer sua tarefa, no Nordeste, como um serviço no campo da informação útil aos interessados das classes populares e da sua organização para a mudança, conta com publicações como: "Serviço Documental sobre o Nordeste", que arrola dados atualizados sobre a região: questões atinentes ao urbano e rural, denúncias, reivindicações e experiências da organização popular, políticas do Governo e Ação da Igreja na Região; os "Dossiês de Atualidade", que são levantamentos detalhados de notícias e análises provenientes de jornais, revistas e boletins especializados; as "Cartilhas sobre Documentação" constituídas por uma série de cadernos ilustrados e escritos em linguagem acessível, visando subsidiar aos iniciantes na organização da documentação; o Boletim "Rede Nordeste", um periódico que atua como instrumento de intercâmbio entre os núcleos de documentação do Nordeste, visando à formação de uma eficiente rede de comunicação alternativa na região e as Publicações em "Linguagem Popular", que versam sobre as questões pertinentes ao dia a dia dos movimentos populares; são os relatos, documentos e comentários das lutas pelos direitos dos cidadãos encampadas pelas organizações populares.



4 SISTEMAS UTILIZADOS NO TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

No ato do processamento e da recuperação da informação, dois sistemas são utilizados pelo SEDIPO: o UNITERMO e o OASIS, ambos eficazes e de baixo custo.

O UNITERMO é o sistema utilizado para processar o material documentário de dois setores especializados: as Publicações Populares e os Cadernos de Recortes de Jornais. Está ligado à questão da informação popular por ser mais simples para se trabalhar, facilitando a busca do usuário.

É um sistema de documentar e recuperar a informação que se adapta bem à nossa realidade, por não exigir grande investimento financeiro, tornando-se assim um sistema de documentação que pode ser implantado sem nenhum problema por sindicatos, associações, organizações populares de uma forma geral.

Desenvolve-se em três etapas: A Entrada de informação, o Processamento da Informação e a Saída da Informação (Ver anexos I).

Na tarefa da Seleção dos Documentos (etapa da entrada da informação) é necessário verificar se a informação interessa aos objetivos do serviço. Alguns critérios orientam a seleção:

- a) objetivos da documentação que se quer processar;
- b) delimitação do alcance da documentação, definindo a área temática e a área geográfica que o serviço deseja explorar;
- c) necessidades dos usuários;

d) valor do documento através de seus elementos formais e do seu conteúdo.

O Processamento da Informação, pelo método UNITERMO, tem uma técnica muito simples: procede-se à leitura atenta do documento tentando identificar os itens de interesse para análise; dá-se a cada item um número, chamado chave-numérica*; define-se palavras-chave de cada assunto ou item de informação; anota-se nas fichas de descritores, das chaves numéricas do documento analisado; armazena-se os documentos, por ordem crescente da chave numérica, em estantes, caixas ou pastas.

Todo esse processo é chamado indexação ou seja, a preparação de Índices dos dados de informação que são armazenados na memória do SEDIPO.

O Processamento da Informação visa agilizar e eficientizar a Recuperação da Informação. No método UNITERMO, as fichas de Descritores e a chave-numérica são os meios para recuperar a informação.

No processo da Saída da Informação, o usuário, escreve, telefona ou vai diretamente ao SEDIPO, geralmente fazendo uma pergunta; a pergunta é introduzida com os termos do dicionário de Palavras-Chave; recorre-se ao arquivo das Fichas de Descritores e retira-se as Fichas

* O SEDIPO dá um número para cada item de informação. Um documento pode receber um ou mais números que são anotados na sua capa, tendo ao lado a indicação da página onde se encontra o item analisado.



das Palavras-Chave correspondente ao pedido; cruzam-se as fichas, verificando-se os números que se repetem, anotando-se e finalmente localizando os documentos correspondentes ao pedido, no local onde ficam armazenados.

No tocante ao material utilizado dois tipos são fundamentais: as Fichas de Descritores e o Dicionário de Palavras-Chave.

Nas fichas de Descritores o assunto é descrito pelas suas características, bem como são anotados todos os números referentes aos ítems analisados que possuem a mesma característica.

Chama-se Ficha Unitermo de Descritores porque relaciona, um por um, os termos descritores específicos, referentes a um mesmo tema. Como exemplo, no tema "Trabalhadores Rurais" a informação pode ser desdobrada em: canavieiros, bóias-frias, movimento sindical, dissídios, greve e conflitos.

A recuperação da informação através do UNITERMO é feita no cruzamento de dados encontrados em diferentes itens de informação. Se um usuário solicita informação sobre "Greve dos Trabalhadores Rurais de Nossa Senhora da Glória, Sergipe", serão colocados juntas as fichas "Greve", "Trabalhadores Rurais", "Nossa Senhora da Glória" e "Sergipe", de modo que coincidam as colunas e apontem as chaves-numéricas em comum nas quatro fichas.

Para que o sistema UNITERMO funcione bem é necessário a existência de um dicionário de Palavras-Chave. Os objetivos do centro, as necessidades dos usuários e a área temática documentada

vão orientar as palavras a serem escolhidas pela equipe, para compor o dicionário.

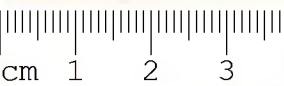
As Fichas de Descritores formam Dicionário de Palavras-Chave, também chamado Vocabulário ou Lista de Termos que correspondem ao Índice dos conceitos sobre os quais o centro já registrou alguma informação.

Uma só palavra-chave pode ter duas fichas no dicionário: uma corresponde ao descritor como fonte de informação; a outra corresponde ao descritor como assunto.

OASIS — Sistema utilizado para processar documentos de análises, livros e revistas de atualidade. É um sistema manual de recuperação da informação baseado no princípio da coordenação de conceitos por meio de palavras-chave. É um "sistema completo", uma rede integrada de subsistemas, que alcança um alto nível de eficiência, o que o faz ser comparado a um "computador manual".

O OASIS (Sistema de Informação com Acesso Direto— incorpora técnicas de arquivo e arranjos de Índice. Estabelece-se a ordem alfabética, geográfica ou conceitual hierárquica. A indexação ocorre no momento da descrição analítico-sintética de cada documento.

Cada ítem de informação do documento é tratado como feixe completo de conceitos, ou características, mutuamente relacionados. A indexação consiste na decomposição desse feixe em seus elementos. Temos como índices, no SEDIPO, o de assunto, o de pessoas, o de instituições, o de periodicidade, o geográfico, o de datas e um índice especial (órgãos



do Governo).

Assim, a indexação é a arrumação de todas as características na análise dos documentos. É um sistema de múltiplo acesso; com muitas entradas possíveis para a informação, tendo como essência a capacidade de definir uma parte da informação em termos de um feixe de suas características e a capacidade de definir uma pesquisa em termos de um feixe inteiro de conceitos.

Na indexação, as palavras-chave se caracterizam em Fonte e Assunto e Primárias e Secundárias.

A primeira distinção é a dos conceitos descrevendo dados da Fonte e os conceitos descrevendo dados ou conteúdos do Assunto. Cada ficha com característica, deve especificar se os conceitos que ela representa referem-se a uma Fonte ou a um Assunto. Alguns conceitos terão duas fichas diferentes, pois tanto são Fonte quanto Assunto.

A segunda distinção é a das palavras-chave Primárias, registradas nas fichas de coincidência ótica (Ver anexos I) e a das palavras-chaves Secundárias registradas em fichas UNITERMO. A distinção fica por conta do uso, já que as palavras-chave Primárias ocorrem freqüentemente no sistema com mais volume de informação, enquanto que as palavras-chave Secundárias, registram um menor volume de informação.

As fichas de Coincidência Ótica são mais eficientes nas referências cruzadas, sendo portanto aconselhável colocar os conceitos que ocorrem com maior freqüência numa ficha perfurada.

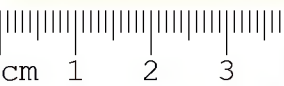
O OASIS é um índice conjugado de fichas unitárias comuns para descrição analítico-sintética de documentos e a combinação de ficha UNITERMO com a perfurada, de Coincidência Ótica. O apoio material é composto pelas fichas Intermediária, de Coincidência Ótica e UNITERMO.

A Ficha Intermediária contém a descrição analítico-sintética dos itens de informação. É planejada para registrar dados sobre o ítem informação: dados bibliográficos (autor, publicação, editor, data, língua, páginas, formato), dados da fonte (de quem é a opinião do documento, governo, igreja, movimento social etc.), título e um resumo (descritivo ou informativo). É através da Ficha Intermediária que o usuário pode escolher os documentos que efetivamente interessam à sua pesquisa.

A Ficha de Coincidência Ótica é um tipo de ficha com característica, perfurada, e com capacidade de referenciar 5.000, 7.000 ou 10.000 itens de informação. Cada ficha representa uma característica e as posições são perfuradas. Ao empilhar-se as fichas, descobre-se pelos furos que coincidem na pilha, o conjunto de itens de informação que possui aquele conjunto particular de características.

A Ficha Unitermo registra as características. Tais Fichas consistem nas listas de números de referência para os itens que possuem a característica que elas representam. Ajuda a pesquisa, principalmente para fins de referência cruzada.

A ficha com característica Unitermo é armazenada de forma solta em caixas,



em gavetas de arquivo, arrumadas em ordem alfabética, em suas respectivas categorias (pessoas, instituições, locais, títulos de revistas, palavras-chave, etc.).

CONCLUSÃO

O princípio maior da Biblioteca é disseminar a informação, o que ao longo dos anos foi feito de forma superficial sem atingir o grande público: o povo. Surgem como alternativa para suprir a lacuna criada pela Biblioteca, os Centros de Informação e Documentação Popular. Dentre os Centros existentes, destaca-se o SEDIPO — Serviço de Documentação e Informação Popular, ligado a CNBB Nordeste II. Com uma proposta alternativa, a cessão de informação tem-se concretizado como Centro distribuidor da informação de forma eficiente, quer pela rapidez da recuperação, quer pela abrangência dos temas existentes, e acima de tudo pelo seu objetivo: servir às organizações populares.

Diante do quadro do surgimento dos Centros alternativos de transferência da informação, vimos a Instituição Biblioteca passar ao largo por vários anos. A proposta da implantação de Bibliotecas Populares é, então, um embrião da informação e documentação popular na Biblioteconomia. A eficiência e a eficácia dos serviços existentes de informação e documentação popular direciona, para uma linha de aproveitamento dessas experiências nas Bibliotecas.

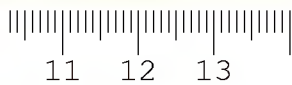
É hora de começar a implementar as Bibliotecas com informação e documen-

tação popular. É possível dentro de uma Biblioteca Pública e de uma Biblioteca Central Universitária constituir-se um setor direcionado para o serviço da recuperação e disseminação da informação e documentação popular. Depende, sim, da perspicácia e iniciativa de Bibliotecários que estejam gerindo estas Instituições consideradas "Democráticas". A criação de um setor a serviço da informação e documentação popular nas Bibliotecas irá modificar, em parte, o conceito de Biblioteca como Instituição à disposição das classes dominantes. O SEDIPO na sua trajetória de recuperar e disseminar a informação e documentação popular, a serviço das organizações populares, é um exemplo a ser seguido.

FONTES

Entrevistas realizadas com:

- 1 Vannise Araújo — Jornalista, chefe da equipe do SEDIPO
- 2 Ana Bosch — Diagramadora
- 3 Fernando da Silva — Auxiliar de Documentação
- 4 Conceição Nunes — Auxiliar de Documentação
- 5 Cristina Moreira — Bibliotecária
- 6 Salete — Usuária (Universitária)
- 7 Telma (Usuária (Universitária)



SEDIPO – SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO POPULAR; A INFORMAÇÃO A SERVIÇO DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

DEFINIÇÃO e Conteúdo da Documentação Popular. Lima, CELADFC, 1981. 12p. (mimeo).

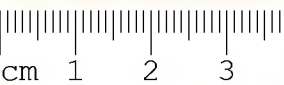
MÉTODO Unitermo: um jeito simples e prático para começar ou reorganizar um pequeno centro de documentação Recife, SEDIPO, s.d. 29p

SERVIÇO de Documentação e Informação Popular; relatório de atividades. Recife, SEDIPO, 1984 (mimeo).

_____; _____. Recife, SEDIPO, 1985. (mimeo).

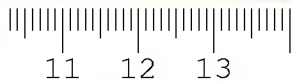
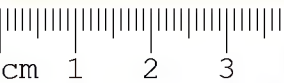
O SISTEMA OASIS. s.n.t. 50p. (mimeo).

UNITERMO na Prática da Gente. Recife, SEDIPO, 1985, 61p.



ANEXOS I

FLUXOGRAMAS



SEDIPO – SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO POPULAR; A INFORMAÇÃO A SERVIÇO DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES

JORNALIS

1. LEITURA DO JORNAL



2. MARCAÇÃO DOS TEMAS QUE INTERESSAM



3. RECORTE E COLAGEM



4. DISTRIBUIÇÃO DOS TEMAS EM ORDEM



5. ARQUIVAMENTO POR TEMA

O aliment.	O a. latina	O chela	O seca	O ciência	O fome	O violência	O saúde	O cinema	O bispos	O Ass. Legis.	O agricult.	O água	O canavieiros	O cêse med.	O armas
------------	-------------	---------	--------	-----------	--------	-------------	---------	----------	----------	---------------	-------------	--------	---------------	-------------	---------

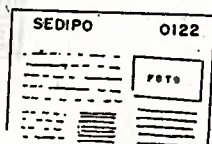


SISTEMA UNITERMO

1. MATERIAL DOCUMENTÁRIO



2. REGISTRO DO DOCUMENTO



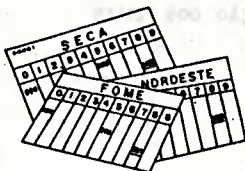
3. LEITURA DOS ARTIGOS



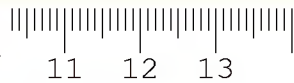
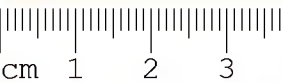
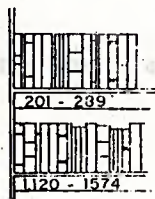
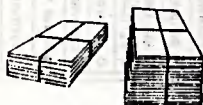
4. IDENTIFICAÇÃO DAS PALAVRAS-CHAVE



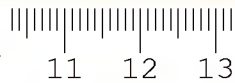
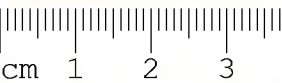
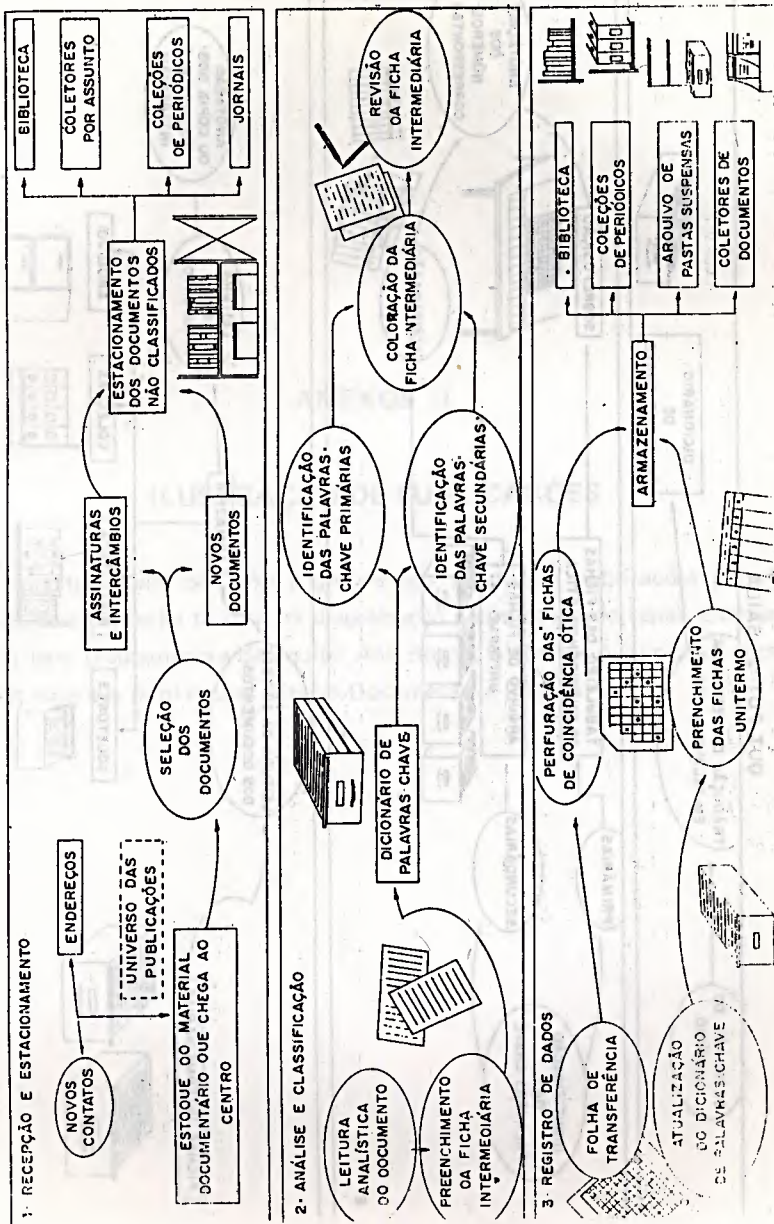
5. ANOTAÇÃO DA CHAVE NUMÉRICA NA FICHA UNITERMO

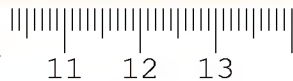
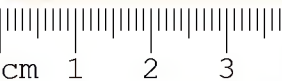
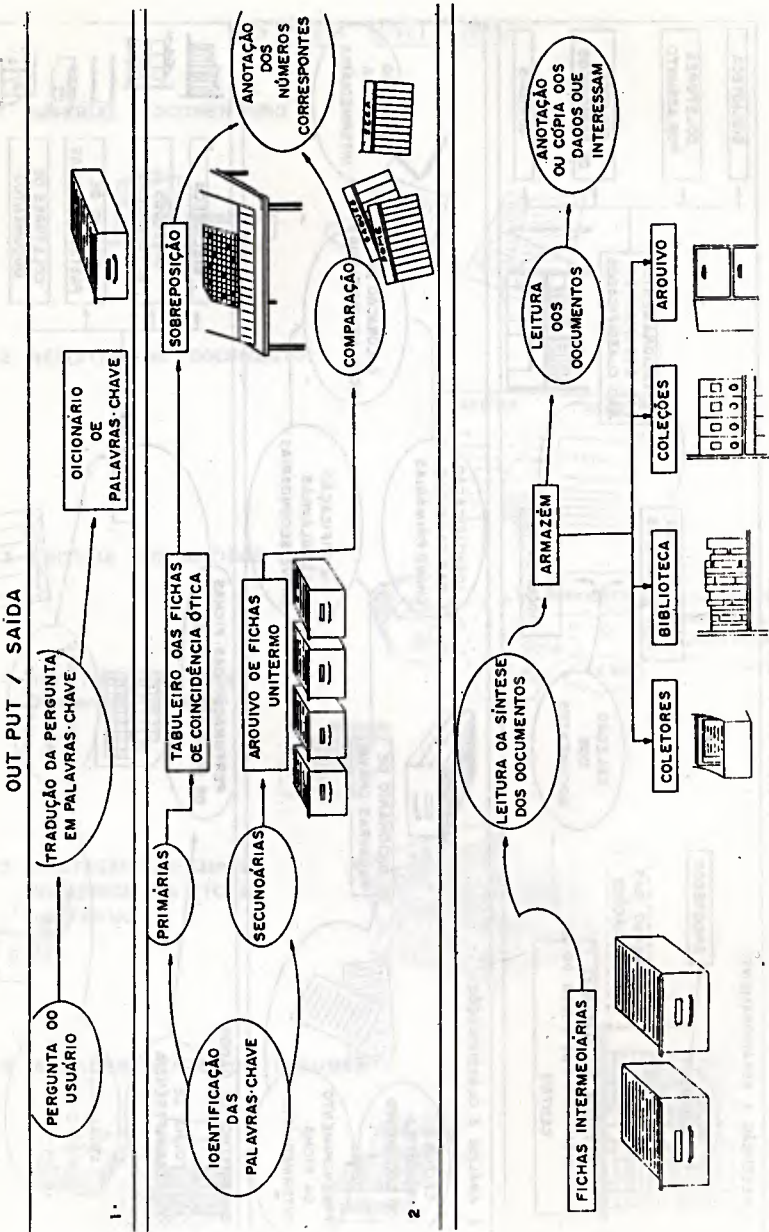


6. ARMAZENAMENTO DO DOCUMENTO



IN PUT / ENTRADA



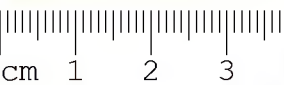


ANEXOS II

ILUSTRAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

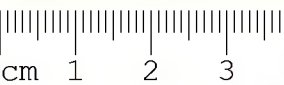
Serviço prestado pelo SEDIPO a grupos que produzem publicações populares e necessitam de orientação técnica na diagramação e confecção de capas. Este serviço é executado pela diagramadora da equipe Ana Bosch. Além das publicações populares, Ana Bosch ilustra as publicações Serviço Documental e Dossiês.





ANO 3 - Nº 11
10 dezembro 84

de OLHO na vida e na Bíblia



UM MODELO PARA ANÁLISE DO CONCEITO DE BIBLIOTECA*

Maria das Graças Targino**

RESUMO

Pesquisa realizada para verificar o conceito de biblioteca entre escolares, no sentido de avaliar a influência de variáveis do ambiente escolar, quanto ao tipo de escola freqüentada (pública ou privada) e à existência ou não de biblioteca no educandário. Serviram como informantes 200 crianças de ambos os sexos, com idade variando entre dez a treze anos, matriculados na quinta série do ensino público e privado, na cidade de João Pessoa (PB). Os sujeitos foram selecionados de modo a constituírem quatro grupos de 50 elementos cada um: sujeitos de escolas públicas com bibliotecas, sujeitos de escolas particulares com biblioteca, sujeitos de escolas públicas sem biblioteca, sujeitos de escolas particulares sem biblioteca. Aos escolares selecionados foi aplicada, em suas pró-

"Biblioteca serve para quando nós somos expulsos de classe ou quando tem aula vaga..."

(Criança de 11 anos, participante da pesquisa).

"Lá na biblioteca vai gente de qualquer classe, mas a mais preferível é a classe média".

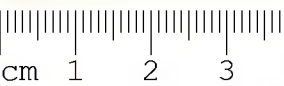
(Criança de 12 anos, participante da pesquisa).

"Para mim dizer para que serve uma biblioteca é muito difícil para mim porque eu sou criança".

(Criança de 10 anos, participante da pesquisa).

* Baseado em dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Mestrado em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba.

** Mestre em Biblioteconomia e Professora Adjunta da Universidade Federal do Piauí.



prias salas de aula, um questionário sucinto que além de questões de identificação, pedia que escrevessem o que era biblioteca e para que servia. Os resultados mostraram que as diferenças entre os grupos estatisticamente insignificantes e, que, de modo geral, os conceitos foram elementares, muito aquém dos propostos pelo referencial teórico, consubstanciado na apresentação de paradigma. Isto pode significar que, tanto nas escolas públicas como particulares, independente destas possuírem ou não biblioteca, a criança pode não estar tendo ambiente propício à formação e/ou aprimoramento do conceito da mencionada instituição. Foram apresentadas sugestões visando ao desenvolvimento da biblioteca como instituição social.

Palavra-Chave: Bibliotecas — Conceitos Bibliotecas e Usuários

ABSTRACT

To verify the concept of library among school children, the influence of some variables (School environment, type of school public or private, the existence or not of a school library) was analyzed. After presenting theoretical notions on the concept of concept and its learning a model was established to evaluate the degree of awareness to the concept stated by the children. A questionnaire was used and the respondents were 200 children from both sexes, ten to thirteen years old, in fifth year in public

INTRODUÇÃO

Sentindo a necessidade de se conhecer a valorização da biblioteca através da opinião dos usuários, e com o objetivo básico de detectar seus conceitos em relação a esta instituição, foi realizada a presente pesquisa. Isto porque, a análise de toda e qualquer profissão pressupõe o conhecimento do que a comunidade pensa sobre a instituição, à qual o profissional está vinculado, como condição fundamental para uma reformulação, se necessário, dos conceitos que constam da literatura técnica predominante e para maior dinamização das atividades profissionais.

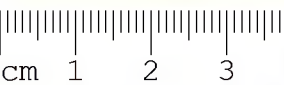
Para tanto, considerando-se a relevância da atuação do bibliotecário, a nível de criança, e a receptividade desta aos programas educacionais, foram selecionados, dentre os membros da comunidade, escolares da 5a. série. Face ao significativo contraste entre os estabelecimentos de ensino da rede pública e privada, bem como, à possível interferência da biblioteca escolar na formação do conceito desta instituição, foram consideradas tais variáveis do ambiente escolar. Como decorrência, de forma sucinta, os objetivos deste trabalho podem ser enunciados:

Objetivo Geral

Verificar o conceito de biblioteca mantido por escolares da 5a. série.

Objetivos Específicos

Constatar o efeito da variável — ti-



and private school in the city of João Pessoa (state of Paraíba, Brazil). Samples of 50 persons each were selected from public schools with libraries, private schools with libraries, public schools without libraries and private schools without libraries. Questions were included to identify the respondents, and they were asked to state what is a library and for what it is used. The results present no significant differences among the four groups. The concepts expressed were rudimentary, beneath those proposed in theory. This shows that, in both types of schools, with or without libraries, the children seem not to have adequate environment to develop positive concepts about libraries. Suggestions were presented to help develop better concepts on libraries as social institutions.

po de escola freqüentada (pública e/ou privada) — na conceituação da biblioteca, mantida por alunos da 5a. série.

Verificar, nas mesmas condições descritas anteriormente, a influência da variável — freqüentar escola com ou sem biblioteca.

2 CONCEITO DO CONCEITO

Para a consecução de tais objetivos, procedeu-se à revisão de literatura, abordando-se, dentro da psicologia da aprendizagem, conceito do conceito e sua aprendizagem, comprovando-se então, toda a complexidade que envolve o tema, a qual está vinculada a fatores diversos. Entre eles, a ampla variedade de fenômenos que podem ser tidos como conceitos e também o fato de a procura de atributos comuns a esta variedade ser desencorajadora, uma vez que o número de atributos é pequeno, sua aplicabilidade a toda gama de entidades abrangidas é quase sempre incerta, como também o é, a compreensão que oferecem a respeito da natureza essencial dos conceitos.

Acrescido a tudo isto, é importante ressaltar que as entidades diferem muito entre si, assumindo as diferenças uma relevância bem maior que as semelhanças.

É também necessário enfatizar que a controvérsia que envolve o conceito do conceito, se deve, em parte, às diferentes condições experimentais de que se utilizam os estudiosos da área, bem como, à variedade de teorias concernentes ao assunto, agrupadas em behavioristas e



cognitivistas.

Diante dessa diversidade, optou-se pelo referencial teórico defendido pelo behaviorista GAGNÉ (1973), para quem, conceito é uma modalidade de aprendizagem, e, como tal, sujeito a todas as nuances que caracterizam o processo de aprendizagem em si. Para ele, a aprendizagem de conceitos se refere à capacidade de dar uma resposta comum a uma classe de estímulos que podem diferir uns dos outros, de maneira mais profunda, quanto à aparência física. Trata-se de responder aos estímulos como um todo, agrupando-os em uma classe e/ou de reconhecer novos objetos como pertencentes a esta categoria. Assim, se um indivíduo aprendeu a diferir uma biblioteca de uma livraria, ao se defrontar com uma biblioteca para crianças. Presidiários, cegos etc., não vacilará em agrupar estas variações na classe "biblioteca".

3 CONCEITO DE BIBLIOTECA

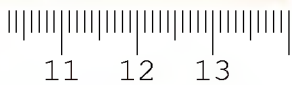
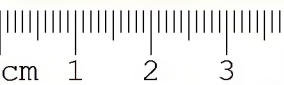
Então, ao se analisar o conceito de biblioteca, é preciso a compreensão de que este se constitui em um processo de aprendizagem, e, como os demais, engloba três elementos. São eles: *a situação estimuladora*, concernente à soma dos fatores que estimulam os órgãos dos sentidos e denominada de estímulo, quando focaliza um único elemento; *a resposta*, ou seja, a ação resultante da estimulação e da atividade nervosa subsequente; *o aprendiz*. No que tange ao aprendiz, este, na condição de ser humano, possui toda uma carga de individualidade, res-

ponsável então, pelo caráter singular e único que envolve todo e qualquer processo de aprendizagem, mesmo diante de estímulos idênticos.

Cada conceito possui características próprias, dimensões próprias ou propriedades particulares em relação apropriada. As dimensões que agem como elemento controlador do comportamento, são denominadas de dimensões relevantes, enquanto que, as desnecessárias em um dado conceito, se contituem em dimensões irrelevantes ou propriedades não-críticas.

Contudo, este caráter de relevância e/ou irrelevância vai sendo estabelecido gradativamente e em consonância com o processo de desenvolvimento do indivíduo, relevando, pois, sua experiência de vida, tanto no aspecto educacional, como profissional.

Assim é que, se há perceptível diferença entre as conceituações emitidas por um leigo e um bibliotecário face ao estímulo biblioteca, mesmo entre os especialistas da área, podem ocorrer divergências quanto ao destaque atribuído a uma ou outra dimensão. Decerto, as dimensões apontadas como relevantes por um bibliotecário do começo do século diferem as selecionadas pelo profissional recém-graduado, da mesma forma que não são similares as dimensões relevantes, em se tratando de bibliotecários de nações extremamente diferentes, sócio-cultural e economicamente. Porém, as variações não se dão apenas face aos fatores espaciais e temporais. Elas podem resultar de elementos outros, tais como, a amplitu-



de que o profissional pretender dar a sua atuação, filosofia de trabalho, formação acadêmica, experiência de trabalho etc.

Por outro lado, além das limitações geradas pelo próprio aprendiz, a complexidade e variedade de elementos que a biblioteca pode ter, concorrem para que a conceituação da biblioteca seja uma tarefa difícil. Esta dificuldade persiste, segundo ANGLIN (1982), mesmo considerando-se este conceito como uma perspectiva probabilística de uma representação abstrata ou uma descrição resumida que tende a destacar as dimensões de frequência mais central, ou mais comum em cada elemento da classe.

Aliado a tudo isto, há uma outra dificuldade, relacionada com o aspecto dinâmico que caracteriza a biblioteca como instituição social, e, como tal, uma instituição em contínua e incessante evolução. Mesmo assim, há um mínimo de identidade e de constância que permite dispor na mesma categoria "biblioteca", tanto os achados dos arqueólogos na Babilônia, como a Biblioteca do Senado Federal, em Brasília, ou uma simples biblioteca escolar situada no distante sertão piauiense.

De fato, cada pessoa, por um processo de aprendizagem essencialmente individual chega ao seu próprio conceito de biblioteca, o que, no entanto, não inviabiliza a que se chegue a um comportamento consensual e se delineiem dimensões relevantes para uma concepção atual da biblioteca, conforme proposta de TARGINO (1983).

Desta forma, considerando, fundamentalmente, que há vários níveis na aprendizagem de um conceito e que, como consequência, a indicação de um número maior ou menor de características relevantes dependerá do nível de cada informante, a mencionada autora apresentou, como esforço-tentativa, um paradigma englobando dimensões do conceito biblioteca. Tais dimensões deveriam ser identificadas para que o mesmo permita a generalização necessária, que abranja todas as bibliotecas, sem perda de especificidade.

Esta operacionalização, foi feita, delimitando-se seis grandes dimensões ou características críticas, para as quais se especificaram subdimensões ou subcaracterísticas. A distribuição ficou assim representada:

- 1 Instalação
 - 1.1 Iluminação
 - 1.2 Manutenção
 - 1.3 Sinalização
- 2 Recursos
 - 2.1 Humanos
 - 2.2 Materiais
 - 2.3 Financeiros
- 3 Coleção
 - 3.1 Apresentação
 - 3.1.1 Livros
 - 3.1.2 Obras de referência
 - 3.1.3 Publicações periódicas
 - 3.1.4 Folhetos
 - 3.1.5 Materiais audiovisuais
 - 3.1.6 Outros materiais



UM MODELO PARA ANÁLISE DO CONCEITO DE BIBLIOTECA

- 3.2 Conteúdo
- 3.2.1 Assuntos diversos
- 3.2.2 Assuntos específicos
- 3.2.3 Livros infanto-juvenis

- 4 Características Funcionais
- 4.1 Preservação
- 4.2 Disseminação
- 4.2.1 Informação
- 4.2.2 Educação
- 4.2.3 Recreação
- 4.2.4 Atividades de extensão
- 4.2.5 Serviços ao público

- 5 Finalidades
- 5.1 Pessoais
- 5.2 Sociais

- 6 Tipos
- 6.1 Bibliotecas públicas
- 6.2 Bibliotecas infanto-juvenis¹
- 6.3 Bibliotecas ambulantes²
- 6.4 Bibliotecas escolares
- 6.5 Bibliotecas universitárias
- 6.6 Bibliotecas especializadas
- 6.7 Bibliotecas especiais
- 6.8 Bibliotecas particulares.

4 MATERIAL E MÉTODOS

Serviram como informantes 200 crianças de ambos os sexos, com idade varian-

(1) Neste trabalho as expressões *bibliotecas infantis* e *bibliotecas infanto-juvenis* estão sendo usadas como sinônimos.

(2) *Bibliotecas ambulantes* está sendo usada como expressão sinônima para carros-bibliotecas e bibliotecas itinerantes.

do entre 10 a 13 anos, matriculadas na quinta série de escolas públicas e privadas, com e sem biblioteca, na cidade de João Pessoa-PB.

Os 10 únicos estabelecimentos de ensino com biblioteca e com 5a. série do Município — quatro públicos e seis particulares — foram arrolados e numerados, para efeito de sorteio aleatório, visando à composição da amostra (FISHER & YATES, 1971). Sortearam-se 40% dessas instituições, sendo 50% das escolas públicas e 33% das escolas particulares, ou seja, duas escolas públicas com biblioteca (Grupo PU-C) e duas escolas particulares com biblioteca (Grupo PA-C).

A seguir, como a pesquisa previa também a influência da variável frequentar escola com ou sem biblioteca — e para não gerar discrepâncias de resultados em face das diferenças advindas do fator localização, foram selecionadas dentre as escolas públicas e particulares com 5a. série e sem biblioteca, mais de duas escolas de cada categoria, locadas nos mesmos bairros das quatro anteriormente sorteadas, ou, pelo menos, nos bairros circunvizinhos. As duas escolas públicas sem biblioteca passaram a integrar o Grupo — PU-S, enquanto as duas escolas particulares sem biblioteca compuseram o Grupo PA-S.

Após a seleção das oito escolas, procedeu-se ao sorteio em cada um dos educandários, de uma das suas turmas da 5a. série, independente do número de alunos matriculados, turno, sexo predominante ou de outros elementos.



Em uma realidade escolar, onde as turmas são numericamente heterogêneas, a fim de garantir a homogeneidade quantitativa dos grupos, tornando mais amplas as possibilidades de tratamento estatístico, adotou-se o critério de excluir aleatoriamente (NEISWANGER, 1956) os sujeitos nos grupos, cujo número de componentes ultrapasse 50. A seleção acidental de 50 pesquisadores em cada um dos quatro grupos, resultou de este número corresponder ao menor grupo constituído, antes do sorteio aleatório.

Aos escolares selecionados, foi aplicado, em suas próprias salas de aula, pela pesquisadora, após contatos prévios, mantidos com diretores e professores, questionário sucinto, composto de duas partes. A parte inicial A — continha nove questões para identificação dos sujeitos. A segunda parte B — pretendia extrair dos pesquisadores o conceito e as funções da biblioteca como instituição, através de duas únicas perguntas a serem respondidas subjetivamente e sem limitação quanto ao número de palavras e/ou linhas. Ei-las: "O que é biblioteca?", "Para que serve biblioteca?".

5 RESULTADOS

De fato, a tabulação dos itens da parte B do instrumento de coleta foi que propiciou a possibilidade de se categorizarem as dimensões do conceito de biblioteca expresso pelos informantes, ao mesmo tempo em que permitiu o estudo da distribuição dos pontos pelos grupos de sujeitos.

Ressalte-se que a cada dimensão citada correspondeu um ponto, considerando-se o modelo apresentado por TARGINO (1983). Exemplificando: para um dos escolares entrevistados: "... biblioteca é um lugar onde guarda os livros." Esta criança recebeu três pontos, desde que se referiu a três dimensões, quais sejam: lugar (Instalação) guarda (Características Funcionais — preservação) livros (Coleção-apresentação física).

No que concerne à emissão de conceitos de biblioteca, conforme demonstra a Tabela 1, a análise dos resultados globais conduziu à comprovação de que, dentre as seis grandes categorias, houve proximidade de concentração entre as classes *Coleção e Características Funcionais*, com, respectivamente, os percentuais de 31,68% e 31,48%. Também foi expressiva a diferença constatada entre *Finalidades Básicas* (14,98%) e *Instalação* (14,17%), observando-se que as tendências menos marcantes de preferência foram *Tipos de Bibliotecas* (4,85%) e *Recursos* (2,84%).

Quanto às dimensões que alcançaram os percentuais de mais destaque, verificou-se *educação* (19,23%), *livros* (18,12%), *finalidades básicas sociais* (14,88%), *Instalação* (14,17%), *assuntos diversos* (7,49%) e *recreação* (6,18%). O Índice de incidência para os demais itens foi relativamente baixo, observando-se quatro dimensões — *finalidades básicas pessoais, bibliotecas ambulantes, bibliotecas universitárias e bibliotecas especializadas* — receberam uma única menção. Seis tópicos foram omitidos por todos os grupos: *iluminação, manutenção, sinalização, recursos finan-*



UM MODELO PARA ANÁLISE DO CONCEITO DE BIBLIOTECA

ceiros, folhetos e bibliotecas especiais.

Para uma análise mais profunda do desempenho dos grupos, face à natureza dos elementos, optou-se pela estatística não paramétrica (FERRARI, 1982).

Uma vez que o nível de mensuração era ordinal e as amostras eram independentes, utilizou-se para comparação o Teste U de Mann - Witney (SIEGEL, 1956). Estabeleceu-se, como hipótese nula, a igualdade entre os grupos comparados dois a dois ($H_0 : G_1 = G_2$). Defi-

niu-se como hipótese alternativa a de que os grupos comparados entre si seriam diferentes. Como a hipótese alternativa não estabeleceu, neste caso, a direção da diferença, usou-se uma região de rejeição bidirecional. Dadas as condições de coleta de dados e instrumento empregado, aceitou-se, como margem de erro para o presente estudo, o nível de significância 0,05.

Os resultados obtidos aparecem expressos na Tabela 2, a seguir.

Grupos	U	Z	P	Resultado
1-2	100	0,00	1,00	aceita H0
1-3	100	0,00	1,00	aceita H0
1-4	100	0,00	1,00	aceita H0
1-5	100	0,00	1,00	aceita H0
1-6	100	0,00	1,00	aceita H0
1-7	100	0,00	1,00	aceita H0
1-8	100	0,00	1,00	aceita H0
1-9	100	0,00	1,00	aceita H0
1-10	100	0,00	1,00	aceita H0
1-11	100	0,00	1,00	aceita H0
1-12	100	0,00	1,00	aceita H0
1-13	100	0,00	1,00	aceita H0
1-14	100	0,00	1,00	aceita H0
1-15	100	0,00	1,00	aceita H0
1-16	100	0,00	1,00	aceita H0
1-17	100	0,00	1,00	aceita H0
1-18	100	0,00	1,00	aceita H0
1-19	100	0,00	1,00	aceita H0
1-20	100	0,00	1,00	aceita H0
1-21	100	0,00	1,00	aceita H0
1-22	100	0,00	1,00	aceita H0
1-23	100	0,00	1,00	aceita H0
1-24	100	0,00	1,00	aceita H0
1-25	100	0,00	1,00	aceita H0
1-26	100	0,00	1,00	aceita H0
1-27	100	0,00	1,00	aceita H0
1-28	100	0,00	1,00	aceita H0
1-29	100	0,00	1,00	aceita H0
1-30	100	0,00	1,00	aceita H0
1-31	100	0,00	1,00	aceita H0
1-32	100	0,00	1,00	aceita H0
1-33	100	0,00	1,00	aceita H0
1-34	100	0,00	1,00	aceita H0
1-35	100	0,00	1,00	aceita H0
1-36	100	0,00	1,00	aceita H0
1-37	100	0,00	1,00	aceita H0
1-38	100	0,00	1,00	aceita H0
1-39	100	0,00	1,00	aceita H0
1-40	100	0,00	1,00	aceita H0
1-41	100	0,00	1,00	aceita H0
1-42	100	0,00	1,00	aceita H0
1-43	100	0,00	1,00	aceita H0
1-44	100	0,00	1,00	aceita H0
1-45	100	0,00	1,00	aceita H0
1-46	100	0,00	1,00	aceita H0
1-47	100	0,00	1,00	aceita H0
1-48	100	0,00	1,00	aceita H0
1-49	100	0,00	1,00	aceita H0
1-50	100	0,00	1,00	aceita H0



Digitalizado gentilmente por:



Maria das Graças Targino

TABELA 1

DIMENSÕES DO CONCEITO DE BIBLIOTECA: FREQUÊNCIA E PERCENTUAIS (N = 60)¹

GRUPO DIMENSÕES	ESCOLAS PÚBLICAS				ESCOLAS PARTICULARES				TOTAL	
	Com Biblioteca – PU-C		Sem Biblioteca – PU-S		Com Biblioteca – PA-C		Sem Biblioteca – PA-S		N.	%
	F.	%	F.	%	F.	%	F.	%		
1 INSTALAÇÃO	32	13,17	34	14,29	42	18,41	32	12,76	140	14,17
1.1 Iluminação	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1.2 Manutenção	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1.3 Sinalização	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
2 RECURSOS	4	1,64	8	2,52	10	3,90	8	3,19	28	2,94
2.1 Recursos Humanos	2	0,82	4	1,68	4	1,56	2	0,80	12	1,22
2.2 Recursos Financeiros	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
3 COLEÇÃO	70	28,83	69	28,99	88	34,37	86	34,26	313	31,88
3.1 Apresentação física	49	20,16	53	22,27	59	23,04	58	22,30	217	21,97
3.1.1 Livros	41	18,87	46	19,33	48	18,76	44	17,53	179	18,12
3.1.2 Obras de referência	1	0,41	—	—	6	2,34	9	3,58	18	1,82
3.1.3 Publicações periódicas	2	0,82	6	2,52	3	1,17	3	1,19	14	1,42
3.1.4 Folhetos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
3.1.5 Materiais audiovisuais	2	0,82	1	0,42	2	0,78	—	—	6	0,61
3.1.8 Outros materiais	3	1,23	—	—	2	—	—	—	3	0,30
3.2 Conteúdo	21	8,88	18	8,72	29	11,32	30	11,96	96	9,71
3.2.1 Assuntos diversos	14	6,80	16	8,30	18	7,03	27	10,76	74	7,46
3.2.2 Assuntos específicos	1	0,41	1	0,42	8	3,13	1	0,40	11	1,11
3.2.3 Livros infanto-juvenis	8	2,47	—	—	3	1,17	2	0,80	11	1,11
4 CARACTERÍSTICAS FUNÇIONAIS	80	32,92	79	33,18	61	23,83	91	36,26	311	31,48
4.1 Preservação	4	1,65	8	3,36	4	1,56	8	3,58	26	2,53
4.2 Disseminação	76	31,27	71	29,83	57	22,27	82	32,68	286	28,95
4.2.1 Informação	2	0,82	—	—	1	0,39	—	—	3	0,30
4.2.2 Educação	48	18,75	47	18,76	46	17,97	49	18,53	190	19,23
4.2.3 Recreação	18	8,58	18	8,72	9	3,52	20	7,97	61	6,18
4.2.4 Atividades de extensão	4	1,65	—	—	1	0,39	—	—	6	0,61
4.2.5 Serviços ao público	8	2,47	8	3,36	—	—	13	6,18	27	2,73
6 FINALIDADES BÁSICAS	44	18,10	42	17,65	37	14,48	26	9,96	148	14,98
6.1 Pessoais	—	—	—	—	1	0,39	—	—	1	0,10
6.2 Sociais	44	18,10	42	17,65	36	14,07	26	9,96	147	14,88
6 TIPOS	13	5,34	8	3,36	18	7,03	9	3,58	48	4,85
6.1 Bibliotecas públicas	1	0,41	1	0,42	8	2,34	3	1,19	11	1,11
6.2 Bibliotecas infanto-juvenis	1	0,41	—	—	1	0,39	1	0,40	3	0,30
6.3 Bibliotecas ambulantes	—	—	1	0,42	—	—	—	—	1	0,10
6.4 Bibliotecas escolares	8	3,29	8	2,52	8	3,13	3	1,19	26	2,53
6.5 Bibliotecas Universitárias	—	—	—	—	—	—	1	0,40	1	0,10
6.6 Bibliotecas especializadas	1	0,41	—	—	—	—	—	—	1	0,10
6.7 Bibliotecas especiais	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
6.8 Bibliotecas particulares	2	0,82	—	—	3	1,17	1	0,40	6	0,61
TOTAL	243	100,00	238	100,00	256	100,00	251	100,00	988	100,00

(1) Cada sujeito podia indicar mais de uma dimensão.

FONTE: TARGINO, M. das G. *A biblioteca na concepção de escolares: influência de variáveis do ambiente escolar*. João Pessoa, 1983. 187p.

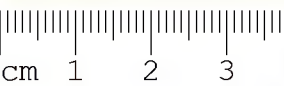
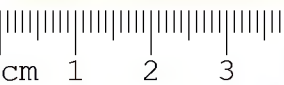


TABELA 2
COMPARAÇÃO ENTRE GRUPOS

COMPARAÇÃO	$N_1 = N_2$	R_1	R_2	U	U'	Z	P	DECISÃO ($H_0 : G_1 = G_2$; $H_a : G_1 \neq G_2$)
PU-C vs PU-S	50	2.452	2.598	1.323	1.177	0,50	0,62	H_0 não rejeitada
PA-C vs PA-S	50	2.477,5	2.572,5	1.297,5	1.202,5	0,33	0,74	H_0 não rejeitada
PU-C vs PAC	50	2.614,5	2.435,5	1.160,5	1.339,5	0,62	0,54	H_0 não rejeitada
PU-S vs PA-S	50	2.660	2.390	1.115	1.358	0,93	0,36	H_0 não rejeitada
PU vs PA	100	10.511	9.589	4.539	5.461	1,13	0,26	H_0 não rejeitada

FONTE: TARGINO, M. das G. *A biblioteca na concepção de escolares: influência de variáveis do ambiente escolar*. João Pessoa, 1983. 187 p.



A comparação entre as escolas públicas com biblioteca e as escolas públicas que não dispõem deste recurso educacional, levou à rejeição da hipótese de nulidade, pois ao valor de $z = 0,50$ correspondeu uma probabilidade de 0,62, portanto, maior que o nível de significância aceito neste trabalho. Embora o "Grupo de Sujeitos de Escolas Públicas com Biblioteca PU-C", tivesse tido um desempenho ligeiramente superior ($R_1 = 2.452$)¹ do "Grupo de Sujeitos de Escolas Públicas sem Biblioteca - PU-S" ($R_2 = 2.598$), a diferença entre eles não foi significativa.

No confronto dos conceitos emitidos pelos alunos vinculados às escolas particulares, verificou-se que o "Grupo de Sujeitos de Escolas Particulares com Biblioteca - PA-C" conseguiu melhor desempenho ($R_1 = 2.477,5$) do que o "Grupo de Sujeitos de Escolas Particulares sem Biblioteca - PA-S" ($R_2 = 2.572,5$). Entretanto, a diferença entre eles não foi expressiva ($z = 0,33$; $p = 0,74$).

Em se tratando dos "Grupos de Sujeitos de Escolas Públicas com Biblioteca - PU-C" e de sujeitos de Escolas Particulares com Biblioteca PA-C", observou-se um desempenho um pouco mais representativo por parte do Grupo PA-C ($R_2 = 2.435,5$) do que do Grupo PU-C ($R_1 = 2.614,5$).

Desta forma, a hipótese de nulidade não foi rejeitada, haja vista que ao valor de $z = 0,62$ equivaliu uma probabilidade

de 0,54, como nos casos anteriores, maior que o nível de significância (0,05) estabelecido para esta pesquisa.

A comparação entre o "Grupo de Sujeitos de Escolas Públicas sem Biblioteca - PU-S" e o "Grupo de Sujeitos de Escolas Particulares sem Biblioteca - PA-S" evidenciou a melhor atuação do PA-S ($R_2 = 2.390$), em contraposição ao PU-S ($R_1 = 2.660$). No entanto, a distinção entre estes grupos não foi significativa, correspondendo ao valor de $z = 0,93$, uma probabilidade de 0,36.

O confronto entre escolas públicas e particulares conduziu à constatação de que as últimas têm alcançado melhor desempenho ($R_2 = 9.589$) do que os estabelecimentos de ensino público ($R_1 = 10.511$). No entanto, a hipótese de nulidade também não foi rejeitada: $z = 1,13$; $p = 0,26 > 0,05$.

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao que parece, no caso específico da aprendizagem do conceito de biblioteca, as dificuldades estão relacionadas basicamente com a deficiência do processo educacional e com a dissociação do trabalho conjunto professor/bibliotecário, este último, desconhecido por *todas* as 200 crianças entrevistadas.

A maioria dos sujeitos apresentou dificuldade em conceituar biblioteca, apesar de, presumidamente, sua faixa etária lhes propiciar fazê-lo, tanto pelo domínio adquirido da leitura, como pela possibilidade de desenvolver os hábitos de leitura e de frequência às bibliotecas.

(1) Convém lembrar que quanto maior o valor de R, pior o desempenho do Grupo.



Mesmo quando estavam próximos ao estímulo, contrariando SELTZ e colaboradores (1975), o número de desvios conceituais foi significativo. A identificação da biblioteca com outras entidades, feitos e ciências foi comum, tais como: livraria, arquivo, bibliografia, clube de leitura etc.

Também foram detectados casos de memorização, substituindo o conhecimento efetivo do conceito, através do emprego de frases estereotipadas. Entre elas: "... biblioteca é um amigo do homem ..." ou, segundo outro entrevistado, "...uma fonte de saber ..."

Retomando o exposto anteriormente, na identificação da biblioteca, com variações apenas quanto à ordem de prioridade, para todos os quatro grupos, as seis propriedades críticas mais citadas foram: *educação, livros, finalidades básicas sociais, instalação, assuntos diversos e recreação.*

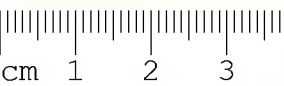
A relevância da *educação* parece decorrer da caracterização dos sujeitos, na condição de escolares e do fato de a coleta ter sido feita nas escolas. Também são prováveis fatores, a escassez e precariedade das bibliotecas infantis brasileiras, desde que, só em idade escolar as crianças têm seus primeiros contatos com a biblioteca, vinculando-se, então, a deveres e obrigações, o que pode conduzir a um distanciamento gradativo da instituição, e quiçá, da própria leitura.

Os *livros* constituíram a segunda dimensão mais citada pelos informantes desta pesquisa. Como justificativas, parecem estar: a hegemonia do livro durante

longo tempo; a limitação dos acervos das atuais bibliotecas, onde o livro continua sendo o material mais comum; o fato de que o conceito de biblioteca tem como precursos o de livros, haja vista o próprio ensino da língua portuguesa (biblioteca — coleção de livros) e a etimologia do termo (biblion-livro, theke-caixa, depósito).

Finalidades básicas sociais foi a propriedade crítica que alcançou, no presente estudo, o terceiro lugar, observando-se maior incidência entre as crianças de escolas públicas (35,75%) do que entre as de escolas particulares (24,03%). Talvez isto decorra do fato de serem os integrantes do primeiro grupo, em geral, economicamente mais carentes que os do outro grupo. Esta carência pode ser responsável pelo amadurecimento psicológico mais acentuado, no domínio do social, do compartilhar, do ser assistido, desde que eles são afetados, mais de perto e precocemente, pela realidade sócio-econômica e cultural, a partir do próprio contexto da escola pública. De qualquer forma, embora inúmeras tenham sido as colocações externando uma preocupação social, nenhum dos sujeitos insinuou sequer a existência da biblioteca popular, nos moldes previstos por FREIRE (1982), FLUSSER (1980 e 1982) e LIMA (1982).

Instalação foi a dimensão que ocupou o quarto lugar na ordem de preferência dos entrevistados. Porém, o que indica uma postura conceitual bem tradicional, tal dimensão esteve quase sempre vinculada à perspectiva de um local, onde predominaram elementos, como: silêncio,



respeito, disciplina, educação, etc. Na realidade, muitas das bibliotecas brasileiras, por sua própria instalação e normas de funcionamento não motivam a frequência, especialmente de crianças e jovens. O excesso de vigilância e de proibições concorrem para que a criança não extrapole os vários níveis na formação do conceito de biblioteca, desde que impelida a ir cada vez menos à referida instituição, não identifica novas propriedades críticas, permanecendo seu repertório conceitual limitado e estático.

A seguir, a dimensão que se sobressaiu foi *assuntos diversos*. Em se tratando de uma pesquisa envolvendo escolares da 5a. série, de 10 a 13 anos, não se poderia esperar que estes tivessem contato com acervos restritos a um ou mais assuntos específicos. Isto porque, como exposto por WITTER (1980), a aprendizagem se dá de que uma forma espiralada, sob a influência de variáveis diversas, entre as quais estão a idade e o nível de escolaridade (PEQUENO, 1981). Logo, o percentual de respostas que abordou a diversificação da seleção quanto ao teor das obras foi significativo, como decorrência da própria caracterização do sujeito, prevalecendo respostas semelhantes a esta: *"Biblioteca é um lugar onde estão livros de todos os assuntos e para todas as idades..."*

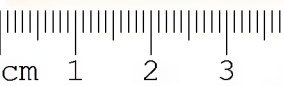
A *recreação* foi uma outra característica crítica mencionada pelos sujeitos, ocupando o sexto lugar na ordem de preferência. Tal colocação, relativamente baixa, parece comprovar a afirmação de COSTA (1981), concernente à negli-

gência da função recreativa em geral, e da oferta de leitura de lazer, em particular, tanto nas programações da biblioteca pública, como nas atividades da escola, da família e dos meios de comunicação de massa. Decerto, programas de apoio à educação informal, contribuíram para elevar o número de usuários efetivos.

No que diz respeito ao tratamento estatístico adotado para a comparação intergrupos, este permitiu evidenciar que, no presente estudo, não foram encontradas diferenças significantes em relação ao aprimoramento do nível do conceito de biblioteca nos quatros grupos.

Entretanto, embora a variável tipo de escola freqüentada (pública ou particular) não se tenha mostrado suficiente relevante, os dados obtidos mostraram tendência para uma superioridade dos "Grupos de Sujeitos de Escolas Particulares com e sem Biblioteca - PA-C e PA-S" sobre "Grupos de Sujeitos de Escolas Públicas com e sem Biblioteca - PU-C e PU-S", respectivamente. Da mesma forma, a variável existência ou não da biblioteca nas escolas não foi suficientemente forte para gerar distinções estatisticamente significativas. Não obstante, registraram-se indícios de um melhor desempenho dos "Grupos de Sujeitos de Escolas Particulares e Escolas Públicas com Biblioteca - PA-C e PU-C" em relação aos "Grupos de Sujeitos de Escolas Particulares e Escolas Públicas sem biblioteca - PA-S e PU-S".

A comprovação, em termos gerais, da predominância de conceitos elementares da biblioteca, independente do tipo de



escola freqüentada e/ou da existência da biblioteca no educandário, parece indicar que mesmo a criança de escola particular (provavelmente pertencente a uma classe social favorecida) não tem encontrado ambiente propício à evolução do conceito da instituição em tela. Este fato reforça a opinião de GOMES (1982a) quanto ao estreito relacionamento existente entre biblioteca e cultura. Também evidencia o valor de se verificar não só a influência da biblioteca sobre a sociedade, mas também, desta, sobre o desenvolvimento da biblioteca (JOHNSON & HARRIS, 1976, *apud* GOMES, 1982b).

7 CONCLUSÕES

Em síntese, os dados obtidos, analisados e discutidos, guardadas as limitações de generalização que devem ser tomadas em estudos desta natureza, permitiram concluir que:

1) o nível do conceito de biblioteca, mantido por escolares da 5a. série, mostrou-se pouco desenvolvido, face ao esperado;

2) o tipo de escola (pública ou particular), freqüentada pela criança, embora se faça sentir na formação deste conceito, não alcançou força suficiente para determinar diferenças significantes;

3) existir ou não biblioteca na escola também tende a influir na formação do conceito de biblioteca, porém sem chegar a estabelecer diferenças significantes.

8 RECOMENDAÇÕES

1) Intensificação do trabalho conjunto professor/bibliotecário em programas educativos sobre como usar a biblioteca;

2) Implementação de bibliotecas infantis;

3) Diversificação das coleções e programações das bibliotecas escolares;

4) Estudos para verificar se a ênfase dada pelas bibliotecas escolares à educação formal, tem refletido na conversão do ato de ler e de freqüentar biblioteca em hábito permanente;

5) Programas de esclarecimento ao público, em torno da popularização das bibliotecas;

6) Identificação dos motivos que conduzem ao desconhecimento da profissão de bibliotecário;

7) Manutenção de estruturas organizacionais mais acessíveis aos usuários.

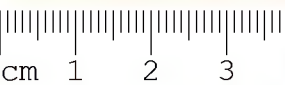
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGLIN, J.M. Modeling conceptual structure. *Canadian Journal of Psychology*, Montreal, 36(3):554-8, sept. 1982.

COSTA, Maria Neusa de Moraes. *Fatores determinantes do desempenho das bibliotecas públicas do Estado da Paraíba*. João Pessoa, 1981. 121p. (Dissertação de Mestrado).

FERRARI, Alfonso Trujillo. *Metodologia da pesquisa científica*. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1982. 312p.

FISHER, Ronald A. & YATES, Frank. *Tablas estadísticas para pesquisa em biologia, me-*



- dicina e agricultura*. São Paulo, Polígono, 1971. 150p.
- FLAVELL, J.H. O desenvolvimento de conceitos. In: MUSSEN, P.H. *Carmichael psicologia da criança*. São Paulo, E.P.U., 1976. cap. 6, p. 173-84.
- FLUSSIER, Victor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. *Revista da Escola de Biblioteconomia da U.F.M.G.*, Belo Horizonte, 9(2):131-8, set. 1980.
- . O bibliotecário — animador: considerações sobre sua formação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da U.F.M.G.*, Belo Horizonte, 11(2):230-6, set. 1982.
- FREIRE, Paulo, *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo, Autores Associados, 1982. 96p.
- GAGNÉ, Robert Mills. *Como se realiza a aprendizagem*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1973. 270p.
- . *Princípios essenciais da aprendizagem para o ensino*. Porto Alegre, Globo, 1980. 175p.
- GOMES, Sônia de Conti. Biblioteca e sociedade: uma abordagem sociológica. *Revista da Escola de Biblioteconomia da U.F.M.G.*, Belo Horizonte, 11(1):14-21, mar. 1982. a.
- . Criação e desenvolvimento de bibliotecas e variáveis sócio-culturais. *Revista da Escola de Biblioteconomia da U.F.M.G.*, Belo Horizonte, 11(2):146-57, set. 1982 b.
- LIMA, Etelvina. Biblioteca em programas de alfabetização e educação de adultos. *Revista da Escola de Biblioteconomia da U.F.M.G.*, Belo Horizonte, 11(2):133-45, set. 1982.
- NEISWANGER, William Addison. *Elementary statistical methods; as applied to business and economic data*. New York, Macmillan, 1956. 749p.
- PEQUENO, Gerônimo Vilar. *Estudo comparativo dos conceitos: adultos, educação de adultos e educação permanente*. João Pessoa, 1981, 145p. (Dissertação de Mestrado).
- SELLTIZ, Claire; JAHODA; DEUSTSCH; COOK. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo, E.P.U., 1975, 687p.
- SIEGEL, Sidney. *Nonparametric statistics for the behavioral sciences*. New York, McGraw-Hill Book, 1956. 312p.
- TARGINO, Maria das Graças. *A biblioteca na concepção de escolares: influência de variáveis do ambiente escolar*. João Pessoa, 1983. 187p. (Dissertação de Mestrado).
- . *O conceito de biblioteca do prisma das várias concepções psicológicas de aprendizagem do conceito*. Inédito.
- THOMPSON, James. *A history of the principles of librarianship*. London, Clive Bingley, 1977. 236p.
- . *Library power; a new philosophy of librarianship*. London, Clive Bingley, 1974. 111p.
- TOURRETTE, Catherine. L'intérêt pour la lecture chez les infants de 6 à 12 ans... *Bulletin de Psychologie*, Paris, 35(355): 8-10, 1982.
- URQUHART, Donald. The users viewpoint. In: SEMINÁRIO DE PLANEJAMENTO DE REDES NACIONAIS DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO, Brasília, 1979. *Trabalhos apresentados*. Brasília, CAPES/CNPq, 1979. p. 75-86.



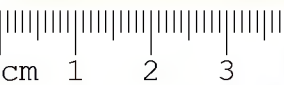
UM MODELO PARA ANÁLISE DO CONCEITO DE BIBLIOTECA

WASSERMAN, Paul, *The new librarianship: a challenge for change*. New York, Bowker, 1972. 287p.

Quarterly. Philadelphia, 16(3):1-11, July 1980.

WIEGAND, Wayne A. Taste, cultures and librarians: a position paper, *Drexel Library*

WITTER, Geraldina Porto. *O pré-escolar: um enfoque comportamental*. São Paulo, Pioneira, 1980. 71p.



MOVIMENTO ASSOCIATIVO DO BIBLIOTECÁRIO: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O DO BRASIL E O DO REINO UNIDO

RELATÓRIO DE VIAGEM DA SECRETÁRIA GERAL DA FEBAB À INGLATERRA – ESTÁGIO NA LIBRARY ASSOCIATION LAB

MARIA ANGÉLICA C. MARTORANO
Secretária Geral da FEBAB

1 INTRODUÇÃO

A permanência na Inglaterra de 5 a 21 de setembro de 1985, teve por objetivo facilitar o desenvolvimento de atividades comuns pela LA e FEBAB, encorajando desenvolvimento de projetos cooperativos e promovendo oportunidades para os profissionais bibliotecários dos dois países estreitarem suas relações, bem como incrementar e aperfeiçoar as relações profissionais dos mesmos.

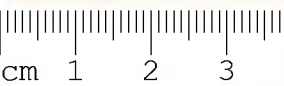
2 DESENVOLVIMENTO

De 6 a 8 realizou-se em Manchester o 16º Encontro Anual de Bibliotecários Jurídicos promovido pela British and Irish Association of Law Librarians; de 9 a 13 visita à sede da Library Association, LA, tendo havido a 9 uma reu-

nião com os Chefes dos Departamentos da LA, a 10 visita à Divisão de Serviços de Biblioteca e Informação, a 11 visita à Editora da LA Ltda e à Divisão de Serviços de Mão de Obra e Educação, a 12 houve uma reunião da Comissão de Serviços de Biblioteca e Informação, a 13 visita à Divisão de Serviços da Administração e Finanças e Membros Associados; de 16 a 19 houve o Congresso Anual da LA, o "Information 85" em Bournemouth; dia 20 volta a Londres para visita à Biblioteca e ao Departamento de Publicações da LA.

3 AVALIAÇÃO

Enquanto que no Brasil há 26 Associações de Bibliotecários congregadas pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, FEBAB, no Reino Unido há tão somente a Library Association,

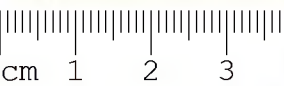


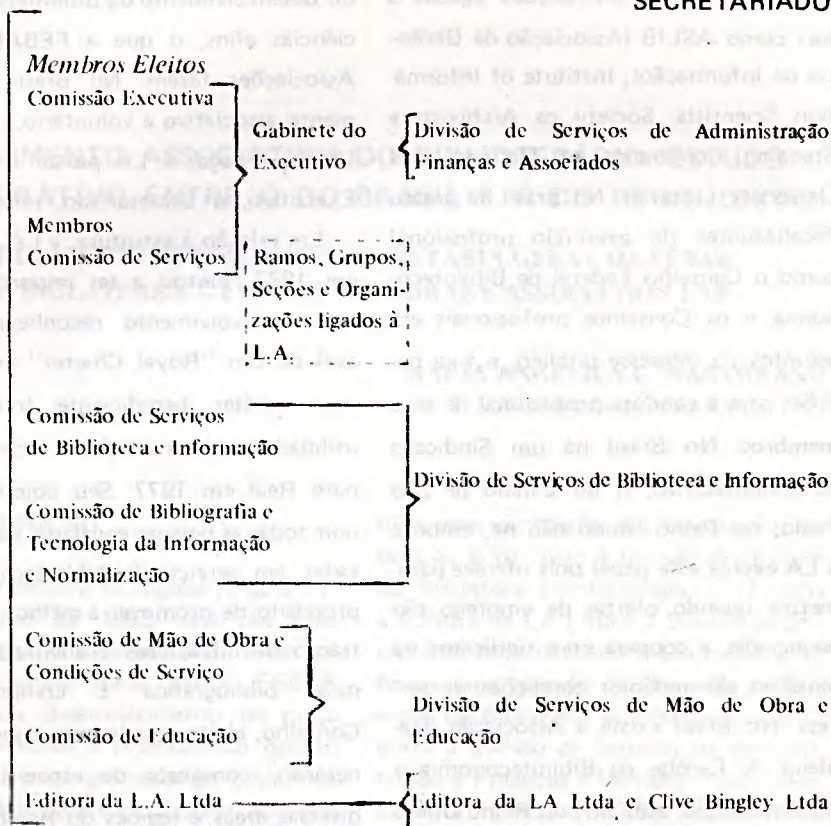
MOVIMENTO ASSOCIATIVO DO BIBLIOTECÁRIO:
ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O DO BRASIL E O DO REINO UNIDO

LA, embora haja instituições ligadas à área como ASLIB (Associação de Gerência da Informação), Institute of Information Scientists, Society of Archivists e Standing Conference of National and University Libraries. No Brasil há órgãos fiscalizadores do exercício profissional como o Conselho Federal de Biblioteconomia e os Conselhos profissionais em assuntos de interesse público, e fixa padrões para a conduta profissional de seus membros. No Brasil há um Sindicato de Bibliotecários, o do Estado de São Paulo; no Reino Unido não há, embora a LA exerça esse papel pois oferece parâmetros quando ofertas de emprego são anunciadas e coopera com sindicatos na tentativa de melhorar condições de serviço. No Brasil existe a Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação, ABEED, no Reino Unido a LA desempenha essa tarefa, pois aprova cursos de dezessete escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Grã-Bretanha e lança linha de ação nas várias funções da Biblioteconomia, a LA premia as qualificações profissionais, promove encontros, congressos, conferências, seminários, exposições para melhor capacitar seus membros e mantê-los informados

do desenvolvimento da Biblioteconomia e ciências afins, o que a FEBAB e suas Associações fazem. No Brasil o movimento associativo é voluntário; no Reino Unido é pago; a LA possui um Corpo Executivo, o Secretariado, remunerado.

Em relação à estrutura, a LA, fundada em 1877, passou a ter importância de seu desenvolvimento reconhecida pelo aval de um "Royal Charter" em 1898, com caráter beneficente (no Brasil: utilidade pública) em 1964 e com Patronato Real em 1977. Seu objetivo é de unir todas as pessoas engajadas ou interessadas em serviço de biblioteca com o propósito de promover a melhor administração de bibliotecas e encorajar a pesquisa bibliográfica. É composta do Conselho, eleito anualmente e sem remuneração, composto de especialistas de diversas áreas e regiões do Reino Unido, mantenedores da política da profissão e supervisores de sua implementação conforme as recomendações de comissões; e também do Corpo Executivo, composto de Chefe Executivo responsável pelo trabalho do Secretariado, por sua vez dividido em Divisões e Departamentos. O Conselho e o Secretariado formam o seguinte organograma:

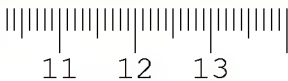




A L.A. é responsável pelo Fórum Nacional em normas bibliográficas e pela Comissão de coordenação de acesso-online do Reino Unido. É membro fundador da IFLA, membro da FID e participa do programa da UNESCO através da Comissão Nacional Britânica do PGI (Programa Geral de Informação), membro fundador da Commonwealth Library Association (COMLA).

O gabinete do Chefe do Executivo é responsável por assuntos de gerência,

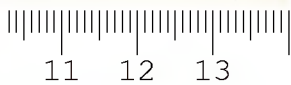
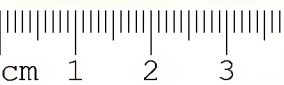
e assuntos legais e parlamentares. Isto porque a LA mantém ligação formal e informal com os Ministérios e Departamentos ligados à Biblioteconomia e Informação concernentes às Casas do Parlamento; eis porque do Chefe não ser Bibliotecário, e sim político, desde 1984 o Chefe é um ex-político do Parlamento, George Cunningham, que tem como assistente Rob Palmer. Esse Gabinete é também responsável pelo Editor: Jane Jenkins, responsável pelos anúncios



MOVIMENTO ASSOCIATIVO DO BIBLIOTECÁRIO: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O DO BRASIL E O DO REINO UNIDO

em geral e de mercado de trabalho, David Will, e pelo Bibliotecário Alan Macgregor. A Editora fornece aos associados a publicação mensal gratuita "Library Association Record", publicação que se auto-financia pelos anúncios pagos, e o "Vacancies Supplement" que também se auto-financia pelos anúncios de oferta de emprego, também pagos. A Biblioteca, mantida agora financeiramente pela British Library, com 6 bibliotecários, sendo Deputy Librarian Andrea Polden, e 6 funcionários, presta serviço à comunidade bibliotecária do Reino Unido, formando uma Seção de Serviços Públicos da Divisão de Referência da British Library, podendo ser utilizada pelos membros da LA e funcionários da Bristich Library, preferencialmente, mas também por outras pessoas, possuindo serviços de fotocópias. Os principais assuntos cobertos são: Biblioteconomia, por períodos históricos ou área geográfica; Documentação e Ciência da Informação, com ênfase da parte prática e literatura seletiva da parte teórica; Bibliografia: literatura seletiva da bibliografia histórica, obras de arte e exemplos de bibliografias enumerativas e de assunto; Leitura: literatura seletiva de hábito de leitura, alfabetização de adultos e literatura infantil; Meios de produção e distribuição da informação : literatura seletiva sobre autoria, publicação, impressão, venda, e textos básicos sobre censura e direitos autorais; Tecnologia da informação: automação, telecomunicações, reprografia, acervo e distribuição da informação. Inclui materiais como livros e folhetos: acerca de 60.000 volumes (com

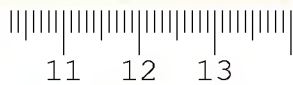
um crescimento de 2.000 volumes ao ano por compra, com exceção de relatórios que são doados); Periódicos : 1.000 títulos correntes, sendo que possui todos os que são resumidos na publicação "Library Information Science Abstracts", LISA; relatórios de pesquisa: 6.000, sendo que os dos Estados Unidos são em microfichas; teses e dissertações; materiais audio-visuais : cerca de 300 entre video cassetes, filmes e slides; e catálogos de equipamentos de bibliotecas do Reino Unido. Utiliza para catalogação o AACR-2 e para classificação Dewey, 19ª edição, e a partir de 1976 há uma parte do acervo classificada pela Classificação do CRG. Como serviços, possui a Sala de Leitura com aparelhagem para leitura de microfichas e microfilmes, de livre acesso; apenas uma pequena parte do acervo é de uso restrito; contem coleção de referência de bibliografias, dicionários, diretórios, enciclopédias, normas, publicações oficiais; possui também jornais em inglês dos últimos dez anos, e são indexados artigos de 100 periódicos. Possui também Serviços de auxílio ao usuário, como preparo de listas de leitura de qualquer assunto da área, editoração, arquivamento e fontes de informação. Possui como publicações: CARBLIS (Current Awareness Bulletin for Librarians and Information Scientists), publicação mensal, com objetivo de ressaltar desenvolvimento corrente em serviços e técnicas de biblioteca e informação, e publicar os recursos e serviços da Biblioteca, incluindo Seções informativas de fontes, notas de outras seções da Divisão de Referência e da



própria British Library como um todo, e contem listas de periódicos, notas sobre os novos livros e periódicos adquiridos e resumos das teses; publica também a FLA Theses, com resumos de todas as teses recebidas pelos Membros honorários da Library Association desde 1964; e ainda LA Library Reading List, com seleção de referências à literatura em tópicos de interesse corrente profissional.

A Divisão de Serviços de Administração, Finanças e Associados possui três Departamentos : o de Administração, Contabilidade e Finanças e o de Associados, Divisão essa dirigida pelo Secretário G.S. Mann. Além da rotina de recepção, telefone, telex, datilografia e reprografia, o Departamento Administrativo é responsável pela rotina diária na sede, pelo pessoal, segurança contra incêndio, manutenção de máquinas e almoxarifado, pela Sala de Espera disponível durante o dia para membros e o pessoal para encontros sociais, onde há uma cozinha para reuniões profissionais e sociais, que fornece o almoço no dia 12; possui ainda um mostruário de publicações e produtos comercializados pelo Fundo Assistencial da Associação como cartões de Natal. Esse departamento é dirigido por Mrs. J.E. De Vos, possuindo apenas mais uma funcionária, mas com grande uso de automação e desburocratização; o controle do ponto é efetuado pelo próprio funcionário, bem como não há controle sobre a retirada de material do almoxarifado por funcionários que apenas deixam preenchidos formulários de retira-

da de material. Lá é feito o controle dos salários de pessoal do Secretariado, sendo que os aumentos são efetuados a 1º de janeiro, 1º de abril e 1º de outubro. Trabalham sete horas por dia e recebem horas extras; não há licença para gestante, mas recebimento de pecúnia por três meses; quanto a férias, no primeiro ano são vinte dias; no segundo e até cinco anos um mês; após cinco anos dois meses, aumentando um mês a cada cinco anos. O Departamento de Contabilidade e Finanças também tem como elemento importante o computador no preparo de orçamentos e conferência de receita e despesa de relatórios financeiros passados com o mais recente em segundos, sendo dirigido por Mr Willy Burns, que conta com Ms F. Ryan, Accounts Controller, Ms Barbara Greadback, Cashier, e mais dois funcionários para o controle de orçamento e das despesas, sendo uma digitadora. Como a Associação é uma sociedade de serviços e publicações da profissão, seus serviços incluem finanças e gerência, tendo que se preocupar com gastos feitos pelos membros, pois nada é feito às expensas do Secretariado; são realizadas pela LA as despesas com passagens, estadas, cursos feito pelo Secretariado bem como gastos com pessoas por ele recebidas, o que não acontece no movimento associativo do Brasil, pois os membros além de não receberem remuneração, convocados, obrigatoriamente, para participar de Assembléias, ainda gastam com passagem, estada e outros gastos. O Departamento de Associados é dirigido por Mr Don

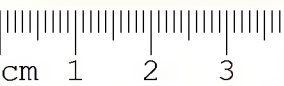


MOVIMENTO ASSOCIATIVO DO BIBLIOTECÁRIO:
ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O DO BRASIL E O DO REINO UNIDO

Robertson e possui apenas uma funcionária e controlam os pagamentos de anuidade e mudanças de endereços de 24.000 associados sendo que ainda no ano de 1985 até a data: 13 de setembro, haviam sido incorporados cerca de 10.000 sócios; é grandemente utilizado o computador, e pode a impressora acoplada ao computador imprimir a qualquer momento a lista de associados, em ordem alfabética, por local, com a situação de cada associado. Publica a "Record" idealizada por esse Departamento com colaboração e financiamento dos Ramos, Grupos, Seções e Organizações a ela ligados. A tabela de anuidade varia conforme o salário do profissional, cerca de 10% do salário anual, e as vantagens oferecidas estão contidas no folheto de divulgação "The Library Association: Why you should join" como: oportunidade de encontrar bibliotecários de áreas variadas desde a pública a setores privados, o periódico mensal "The Association Record" e o "Vacancies Supplement"; taxas reduzidas com eventos e cursos, uso da biblioteca, conselhos em relação ao desenvolvimento pessoal e salários; oportunidade de receber o título ALA, Associate Library Association ou FLA, Fellow Library Association; preços substancialmente reduzidos para livros e periódicos da Associação; e uso da Sede para encontros de trabalho e encontros informais.

A divisão de Serviços de Biblioteca e Informação cuida do desenvolvimento da pesquisa e técnica concernente a bibliotecas e serviços de informação como

catalogação, classificação, estatísticas de bibliotecas, com a responsabilidade de áreas como: estações de cabo e satélite, publicação eletrônica e entrega de documentos, automação, acesso on-line, micro-computadores em biblioteca, video-texto; e mantém relações com a TELECOM Britânica e seus serviços, particularmente o PRESTEL, e relacionamento similar existe na Comissão Brasileira de Documentação Tecnológica da FEBAB. É ligado ainda ao pessoal de bibliotecas e serviços de informação da Instituição de Normalização Britânica, o que acontece com a FEBAB que tem participação nas reuniões do INMETRO. Está dividida em dois Departamentos: o de Pesquisa e Desenvolvimento dirigido por Mrs Ann Hobart, Development Secretary; do trabalho chamou-me a atenção as orientações para bibliotecas de deficientes e de presos; possui ainda o Departamento de Bibliografia e Informação que trata dos serviços on-line; aspectos legais, que deram origem a "Guidelines: data protection and the library and information community", departamento dirigido por Verina Horsnell tendo como assistente Peter Miller. A Divisão é dirigida por Mr. Russel Bowden, Deputy Executive e é secretariado por Ms Brenda Smith. O Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento é o que administra o programa de pesquisa da Associação e, através de um Fundo de Financiamento, tem incentivado a pesquisa e manutenção de pesquisas em bibliotecas, sendo que a Associação, para incentivar o desenvolvimento do conhecimento profissional, oferta me-

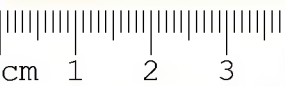


dalhas para trabalhos de pesquisa, de levantamento bibliográficos e mesmo de administração de bibliotecas, como: The Besterman Medal, The Carnegie Medal, The Kate Greenaway Medal, The Mc Colvin Medal, The Robiinson Medal e The Weatley Medal. O Departamento de Bibliografia e Informação recomenda novas iniciativas ao Conselho do LA em tudo que se relaciona à Tecnologia da Informação.

A Divisão de Mão de Obra e Educação é dirigida por Mr Ross Shimmon e dividida em 2 departamentos: o de Mão de Obra e condições de serviço, que tem como membros Mr David Ruse, Manpower Secretary e Ms Iricia Reid; e o de Educação que tem como membros Ms Kate Wood, Education Secretary, Mrs Cathy Principle, Assistant e Mrs Jackie Quarmly, Continuing Education Officer, uma das Divisões mais organizadas, pois no estágio todas as minhas perguntas estavam respondidas em publicações. A Associação através do Departamento de Educação está relacionada com a educação e treinamento do pessoal em bibliotecas e serviços da informação, profissionais ou não; mantém contato com dezessete Escolas de Biblioteconomia, dando monitoria ao conteúdo dos cursos oferecidos; provê um serviço de consultoria àqueles que desejam entrar na profissão e para membros que desejam atualizar seus conhecimentos; organiza um programa extensivo de Educação Continuada e uma Subcomissão Permanente traça orientações para treinamento de pessoal de bibliotecas em todos os níveis, Bibliotecários ou

não. A Associação não é um sindicato, mas, como parte de sua responsabilidade para com seus membros, mantém interesse e envolvimento nisso, aconselhando sobre salários e condições de serviços de bibliotecários, através do Departamento de Mão de Obra e Condições de serviço, mantendo convênio com entidades como: The National and Local Government Officers Association (NALGO), The Associations of University Teachers (AUT), The National Association of Teachers in Further and Higher Education (NA-TFHE) e Institution of Professional Civil Servants (IPCS), informando essas entidades sobre as necessidades dos bibliotecários, com dados estatísticos, no sentido de alcançar melhores salários e condições de serviços; através da publicações "Trade Union News" fornece informações sobre assuntos de sindicalismo relacionados à Biblioteca; publica folhetos anuais com informações atualizadas sobre salários dos bibliotecários funcionários públicos, de universidades, de qualificação especializada, e de serviços civis e de saúde, com recomendações de níveis de salários adequados para setores comerciais e industriais, publica anúncios de empregos através da publicação "The Library Association Record Vacancies Supplement." Enfim, a Associação faz representações junto a autoridades, membros do parlamento, sindicatos e conselhos locais sobre o papel e situação do serviço de biblioteca.

O setor de Editoração e Vendas tem como Management Director Mr. Charles Ellis, como Deputy Editor Mrs Chris



MOVIMENTO ASSOCIATIVO DO BIBLIOTECÁRIO: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O DO BRASIL E O DO REINO UNIDO

Brockirst, e as atividades de publicação da Associação estão agrupadas em duas companhias que dominam o mercado da Biblioteconomia e Ciência da Informação no Reino Unido; são a Libarry Association Publishin Limited que dá descontos a seus associados, publica uma série imensa de livros e publica cinco periódicos: Bristish Humanities Index, Current Technology Index, Library and Information Science Abstracts, Current Research e Journal of Librarianship. A outra é a Clive Bingley Ltd. que complementa a lista de publicações da primeira, dedicando-se a estudantes e profissionais iniciantes de livros de texto e monografias a eles dirigidas. Tive oportunidade de conhecer a Seção onde são feitos os resumo na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação que elabora a publicação Library Information Science Abstracts, LISA, onde trabalham quatro resumidores; onde constatei que fazem um estudo para estabelecer o preço da assinatura através de um gráfico, segundo custo de vida e inflação, onde pode ser notado o aumento do preço ano a ano. Mr Ellis esclareceu-me que a venda de publicações dá um alto lucro a Associação e que para não pagar impostos no final do ano doam o lucro à The Library Association Benevolent Fund, que por ter número no Registered Charity não paga impostos e nem conseqüentemente a LA. Tal fundo tem como objetivo dar ajuda financeira a membros, aposentados e dependentes carentes. Tem ajuda financeira de "Trustees" e presta auxílio à pobreza, doença aos membros e dependentes de biblio-

teciários. Os próprios membros contribuem anualmente ao Fundo ou de vez em quando. Está também nessa Divisão o Departamento de Publicações, onde Ms Jenkins ensinou técnicas de editoração para confecção de boletins e dos relatórios, com venda de espaço para anúncios, levando essas publicações a se auto financiarem, fornecendo à FEBAB farto material.

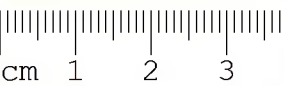
São Ramos, Grupos e Seções da LA: Association of Assistant Librarians; Audio-Víslual Group; Branch and Mobile Libraries Group; Cataloguing and Indexing Group, (nossa Comissão Brasileira de Documentação em Processos Técnicos); Colleges of Further and Higher Education Group; Community Services Group; Education Librarians Group; Government Libraries Group; Industrial Group; Information Technology Group; International and Comparative Librarianship Group; Library Education Group; Library History Group; Local Studies Group; Medical, Health and Welfare Group (similar a nossa Comissão Brasileira de Documentação Biomédica); Public Libraries Group (nossa Comissão Brasileira de Bibliotecas Públicas e Escolares-CBBPE); Publicity and Public Relations Group; Rare Books Group; Reference, Special and Information Section; School Libraries Group (nossa CBBPE); University College and Research Section; e Youth Libraries Group. Como ramos, que seriam nossas Associações possui: Berkshire, Buchinghamshire end Exfordshire; East Midlands; Easterns; London and Home Countries Northern Irland; Scot-



tish Library Association; South Western; Welsh Library Association; West Midland; e Yorkshire and Humberside, num total de 12. E está ligada a ARLIS, Cut Librarians's Society; Association of British Theological and Philosophical Libraries; International Association of Music Libraries ramo do Reino Unido; Librarian's Christian Fellowship; Library and Information Research Group; Map Curators; Group of the British Cartographic Society; Sixth Form Colelge Group; e Society of Indexers.

Vejamos agora um pouco como são organizadas suas reuniões, assembléias e eventos. Os Grupos trabalham em cima de projetos concretos de realização que devem ser aprovados nessas Reuniões Anuais. Na reunião em que participei do dia 12 presenciei uma Chefe de Grupo se esgotar na defesa oral de viabilidade do projeto do Grupo, mas finalmente foi aprovado e a cada Reunião todos os Chefes são cobrados, devendo esclarecer o porquê do não andamento e caso não tenha havido progresso, o projeto pode ser cortado com perigo de extinção do Grupo. Eles recebem ajuda de custo, mas trabalham duramente. O andamento dos projetos é divulgado por escrito em folhas amarelas, as yellow papers, não havendo necessidade dos Chefes falarem; só perguntam para se inteirarem de detalhes não expostos no relatório, e como é importante a figura do Chairman, eleito por eles mesmo para presidir a Reunião. O Presidente eleito para 1984, Mr Ron Surrige, que participou do início desses projetos, é apenas um convidado, e o

Chairman, um profissional de experiência, ponderado, por não ter contato frequentemente com os membros dos Grupos, só através dos yellow papers, intervem, arremata as discussões, e os Chefes respeitam-no, não havendo muita liberdade para discussão, e muitas interrupções justamente por não haver amizade, só contato profissional, e o próprio Chairman, Mr Peter Lewis aconselhou a que tivéssemos no Brasil essa figura, de grande responsabilidade, e que por não ser o executor percebe mais facilmente os erros da execução. Por serem muito organizados, numa Reunião Anual de apenas três horas e meia foram resolvidos problemas e aprovados projetos de execução. Já a Assembléia Geral Anual durou menos de uma hora e nela são discutidos apenas problemas como: Aprovação da Ata anterior, da eleição do Conselho para 1985 e do relatório e balanço de 1984, de novos membros, e da anuidade para 1986, Tributo aos bibliotecários falecidos e Moções. Esta foi presidida pelo Presidente eleito do ano de 1985 Sir Harry Hookway, tendo à mesa o Secretário Geral, The Chief Executive Mr. George Cunningham e o Tesoureiro eleito de 1984 Mr Labdon. O Presidente abriu a sessão, agradeceu a presença da representante do movimento associativo brasileiro e seguiu a pauta. Notou-se então a importância do Secretário Geral responsável por todas as atividades, e que é remunerado: daí pensarem que eu era o único elemento remunerado da FEBAB; lá é mais importante o Secretário-Geral, funcionário da LA do que o Presidente eleito apenas por



MOVIMENTO ASSOCIATIVO DO BIBLIOTECÁRIO: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O DO BRASIL E O DO REINO UNIDO

um ano. Nessa Assembléia estavam algumas pessoas não eleitoras; não é fechada mas os não eleitores ficam separados recebendo os "non-voting ticket". Antes da Assembléia houve uma cerimônia de entrega de títulos de FLA, associados há mais de cinco anos e que tenham prestado serviços relevantes à Biblioteconomia e Ciência da Informação.

O Congresso Anual "Information 85", anterior à Assembléia, administrado por Mr Rob Palmer e secretariado por Mrs Nicola Caundry foi muito bem organizado, em local que abrigasse salas das sessões, sala de exposição que servia também de refeitório. Na pasta já havia "tickets" para refeição, refrigerantes, eventos, tudo grátis pois já incluídos no preço da inscrição. Tive oportunidade de presenciar o mesmo no Congresso de Bibliotecários Jurídicos; é muito produtivo; não há dispersão, atraso e há oportunidade de uma convivência maior entre os participantes no horário de refeição e intervalos. Um dos eventos sociais que me chamou a atenção foi o "Informainment", fusão de "Information" e "Entertainment", onde os congressistas são um espetáculo de sátira aos dirigentes do movimento associativo, com o bom humor do inglês, e cujos dirigentes ficam encantados e até se dispõem a corrigir seus erros apontados sutilmente pelos Bibliotecários Artistas.

4 CONCLUSÃO

Foi uma viagem produtiva, pois além de ter atingido o objetivo, fornecendo informações sobre o desenvolvimento da Biblioteconomia e Ciência da Informação na Inglaterra, foram aprendidas técnicas: do uso da automação, da computa-

ção nas áreas de informação geral e especializada, de editoração, de administração, sobre tudo de pessoal, de segurança, contra incendio principalmente, uma das preocupações constantes em toda a Inglaterra em hotéis, escolas, bibliotecas; noções de contabilidade e finanças, e percebeu-se a importância da automação na racionalização do trabalho.

Além disso, o mais importante, essa viagem poderá proporcionar a assinatura de um Convênio Inglaterra versus Brasil nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, pois a Associação Inglesa dispendo de recursos financeiros facilitará o desenvolvimento e aperfeiçoamento dessas áreas no Brasil, desde o ensino, o movimento associativo, até o desenvolvimento e implantação de novas atividades em bibliotecas gerais e especializadas. Tive oportunidade de presenciar o convênio firmado entre a LA e a Hungarian Library Association com a presença do Ministro da Educação e Cultura da Hungria, estando presente um representante da Associação de Bibliotecários da Iugoslávia, que também está pleiteando esse convênio. Pelo exposto vimos que o movimento associativo inglês difere do brasileiro em questões de estrutura e organização; o da Hungria é similar ao brasileiro, mais pobre, membros não remunerados, mas que tem uma vantagem sobre nós: executam um Serviço Nacional de Resumos na área de Biblioteconomia e publicam o Hungarian Library Abstracts. Entretanto, com a vinda de Mr. Russel Bowden ao Brasil poderemos conseguir o convênio mediante nossa recepção, nossa demonstração de responsabilidade, e de boa vontade, o que virá a ser a glória para o movimento associativo bibliotecário brasileiro.



O SER NO MUNDO DO SABER

Maria Odaisa Espinheiro de Oliveira*

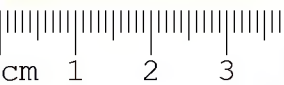
RESUMO

No presente texto tentou-se mostrar a noção de leitura baseando-se na capa do livro de Maria Helena Martins, *O que é leitura*, procurando fazer uma ligação entre o sujeito que observa e o objeto a ser observado. Apresenta dois aspectos sobre a interpretação da figura: O ser — o homem no trampolim o qual está em busca de conhecimento através da comunicação formal e informal e o mundo do saber — a piscina com suas camadas de cores, interpretada após a conscientização do homem, como uma agência social de comunicação, onde contém os registros do conhecimento humano.

Sempre que olhava a capa do livro de Maria Helena Martins, *O que é leitura*, nada me despertava de curioso: via apenas um homem no trampolim e uma piscina. Sua forma, suas cores, o seu conteúdo, não tinham muita importância para mim. Enxergava a sua função decorativa como capa de livro; por ainda não ter se estabelecido uma ligação efetiva entre eu (sujeito) e a capa do livro (objeto).

Ao procurar este objeto para fazer o meu trabalho, fui descobrindo a sua maneira de ser, que despertou em mim uma curiosidade muito grande. E, a partir daí, comecei a enxergá-lo melhor, dando sentido aos detalhes através de minha experiência com o mundo.

* Bibliotecária da UFPA. Aluna do Curso de Mestrado da PUCAMP.



O SER NO MUNDO DO SABER

Enquanto observava a capa do livro, ia percebendo a relação do seu conteúdo com a minha maneira de ver e interpretar as coisas. Por isso, ao indicar meu estudo sobre a representatividade das figuras, observei dois aspectos interessantes: O ser — o homem no trampolim e o mundo do saber — a piscina com suas camadas de cores.

Neste desenvolver de pensamento, fui constatando que para uma pessoa subir uma escada era necessário saber andar e, para pular na piscina, era preciso saber nadar.

Nesta linha de pensamento, o homem sabia andar, porém, não sabia nadar.

O homem estava só; não existiam outras pessoas para que ele pudesse pedir orientação — qual a direção e em que camada deveria pular primeiro. Não existia uma pessoa que já tivesse experimentado a temperatura da água e a profundidade da piscina.

Seus olhos fechados e sua posição reta levavam a pensar se o homem sabia nadar. Então, o que é preciso para aprender a nadar?

O homem só no mundo não podia se comunicar com outras pessoas, expor suas idéias e mostrar suas experiências. Sem diálogo, não podemos saber o que a pessoa está sentindo, quais as suas emoções e sensações.

Inconsciente do valor da piscina e do seu conteúdo, o homem não conhecia o significado de suas camadas, cores e profundidade. Somente o seu autoconhecimento iria refletir maior segurança, maior prazer e facilidade na com-

preensão do seu eu e, conseqüentemente, do mundo em que estava vivendo.

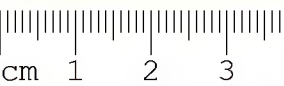
Para que este homem aprenda a nadar é preciso que ele tenha condições de realizar a sua própria aprendizagem. A ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que ainda não estão preparadas para a vida na sociedade é muito importante para desenvolver o estado físico, intelectual e moral do indivíduo. E este desenvolvimento pode ser aprendido através dos vários tipos de saber existentes em sua cultura, para a formação de pessoas, de acordo com as necessidades e exigências da sociedade.

A piscina, aqui, é o lugar que contém a água da sabedoria. Suas camadas de cores, representam o conjunto do conhecimento humano registrado ao longo de sua história. Isto é: o ser no mundo do saber.

O ato de nadar torna-se um ato dinâmico e, ao mesmo tempo, uma prática social em que o ser humano se desenvolve física e mentalmente para atuar na e para a sociedade. É, pois, o exercício de viver e conviver dentro da teoria e da prática.

Dentro de sua cultura, através do envolvimento direito do corpo, da mente e da afetividade, nas situações de relação com a natureza e nas trocas de experiências, os homens se tornam capazes de refletir e agir sobre suas próprias ações.

Para compreender a leitura do mundo, é preciso vir ao encontro de uma sociedade, de um desejo, de uma vontade de conhecer alguma coisa a mais daquilo que se conhece. Sabemos que o homem é um ser que pensa e que precisa de trei-



namento também, semelhante ao quanto necessita seu físico para tornar-se um bom nadador.

A razão pela qual às vezes nos sentimos desanimados diante de uma atitude considerada difícil é porque supomos ser incapazes para compreendê-la e realizá-la. Conquistando o caminho da liberdade, o ser não só pensa, como também age. Este é o ato da reflexão e da ação. E, ao desfrutar do mundo do saber, o homem torna-se consciente de suas atitudes e passa a compreender melhor o seu mundo, evidenciando uma postura política em relação a sua ação.

O homem, ao qual estou me referindo nesta figura, ainda está de olhos fechados, não conseguiu se conscientizar de que a leitura de seu mundo é importante para aprender a nadar.

Nadar, neste tipo de piscina, é penetrar no mundo do conhecimento, onde está a leitura de determinadas pessoas, segundo os seus contextos, incluída nas suas camadas de cores, transformadas em linguagem codificada.

É o processo pelo qual o homem vai dialogar com outros homens através da leitura da palavra e poder assumir uma postura política frente aos obstáculos de sua vida, buscando respostas aos seus questionamentos, Quem sou, o que quero e para onde vou?

O homem, no momento em que procura conhecer-se, começa a ter maior segurança, prazer e facilidade para agir. Chega o momento em que, ao abrir os olhos, enxerga um mundo diferente – o mundo do saber.

É o momento da transformação. O homem passa a ser um agente social. Através da leitura de seu mundo e da experiência de outras pessoas, o homem vai agir melhor em relação à sociedade em que está vivendo.

De acordo com sua concepção de mundo, a piscina passa a ser uma gênica social de comunicação, agindo em função daqueles que buscam o conhecimento para o desenvolvimento da sociedade em que estão vivendo. Surge, então, a mudança social e cultural de um povo. Isto é, uma evolução na maneira de pensar e de agir de uma sociedade. O homem procura desenvolver a sociedade através dos aspectos econômicos, sociais e culturais.

A geração do conhecimento humano, através da comunicação formal e informal, leva a sociedade a um determinado grau de desenvolvimento científico e tecnológico, ocasionando, assim, recursos para a sociedade se desenvolver em todos os aspectos da necessidade do homem. É o homem agindo no mundo do saber. É o homem agindo para o benefício do próprio homem.



Documento

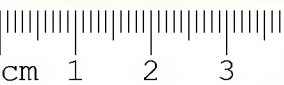
**25 PONTOS ESSENCIAIS PARA A
MELHORIA DAS ATIVIDADES
REGIONAIS DA "IFLA"**

**PB – DOC. 84-51 / IFLA
DOC. 84-51 DA DIRETORIA
PROFISSIONAL IFLA (PB-DOC.
84-51)**

A resposta entusiasmante e a grande representatividade de países do Terceiro Mundo nos programas da IFLA faz com que se torne essencial rever a estrutura da IFLA em relação a programas regionais voltados aos países em desenvolvimento.

A Diretoria Executiva da IFLA decidiu, em reunião de 18 de agosto de 1984, reunir os coordenadores das Seções Regionais em 12 e 13 de setembro de 1984, o que de fato aconteceu.

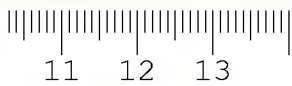
Das discussões, resultou o documento "25 pontos essenciais" aos quais se dará alta prioridade. Uma pequena nota foi acrescida a cada ponto para indicar se será necessária mudança de Estatuto ou de Regulamento.



REGIÕES

MUDANÇAS NO ESTATUTO
OU REGULAMENTO

1. As três seções regionais devem ser mantidas. Entretanto, a Seção regional da Ásia será transformada na "Seção de Atividades Regionais da Ásia e Oceania".
2. Quando necessário serão estabelecidos *Grupos Sub Regionais*. Todo esforço deve ser feito para facilitar cooperação profissional em cada sub região pelo estabelecimento de pontos focais. De acordo com recomendação do Coordenador das Seções Regionais, as seguintes sub regiões foram propostas:
 3. *Ásia e Oceania*
Sudeste Asiático ...Oceania
Sul da Ásia ... Países de língua árabe pertencentes à Região
Ásia Central e Oriental
 4. *África*
África ao Norte do Saara
África Ocidental de língua francesa
África Ocidental de língua inglesa
África Central de língua francesa
África Oriental da língua inglesa
 5. *América Latina e Caribe*
Países do Cone Sul (Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai)
Países Andinos (Venezuela, Colômbia, Equador, Bolívia, Peru)
Países do Caribe
Países da América Central e do Norte (México, Cuba, S. Domingo)
Brasil



DOCUMENTO

REGIÕES

MUDANÇAS NO ESTATUTO
OU REGULAMENTO

6. O limite para cada Seção Regional é de cinco sub regiões.

7. *Escritórios Regionais*

Devem ser criados em maior número possível, em caráter permanente.

R

8. Um gerente regional da IFLA será responsável pela direção do escritório regional. Entretanto, ele ou ela não poderão servir como membro eleito das Diretorias da IFLA. Para preencher adequadamente esta tarefa o gerente regional deve ser um membro *ex-officio* da Seção Regional (Standing Committes), e também da Comissão Coordenadora (CB) da Divisão de Atividades. O gerente regional será apontado pela IFLA acolhendo recomendações da Diretoria Profissional.

R

9. *As tarefas e deveres dos escritórios regionais são:*

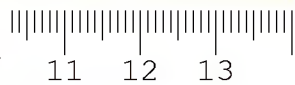
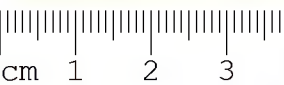
- Agir na Região, como *clearinghouse* para os trabalhos apresentados nas Conferências da IFLA e publicações da IFLA;
- Produzir e distribuir Boletins Regionais;
- Tratar questões financeiras relacionadas com a direção do escritório na Região.

R

10. A Diretoria Executiva da IFLA, com recomendação da Diretoria Profissional, decidirá sobre a localização dos escritórios regionais.

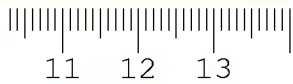
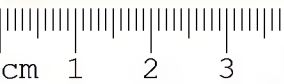
R

11. O gerente regional deverá comparecer às reuniões da IFLA sempre que possível dependendo da disponibilidade de fundos.



DIVISÃO DE ATIVIDADES REGIONAIS E
SEÇÕES REGIONAIS

12. Os membros da IFLA que residem na região, são automaticamente membros da Seção Regional local.
13. Cada seção regional deve ter uma Comissão Permanente (CP) cujos membros serão eleitos de acordo com os Estatutos para as Regiões.
14. Só poderão ser membros das Comissões Permanentes as pessoas residentes nos países pertencentes à Região em questão. R
15. *Colegas de:*
- Países industrializados e de
 - Outras regiões, podem ser membros correspondentes das Comissões Permanentes.
16. Grupos sub regionais (cf. pt 2-5) devem estar representados nas CP. Cada grupo deve ter ao menos dois lugares na CP da Seção Permanente. R
17. Às CP de cada Seção Regional deve ser dada a oportunidade de se encontrarem ao menos uma vez por ano, na Região, caso haja disponibilidade de verbas.
18. De acordo com o procedimento (8.31) colegas de países em desenvolvimento podem ser nomeados como membros das CP das outras Seções da IFLA. Este procedimento deve ser encorajado na medida do possível pois assegurará uma melhor interação entre as seções de cunho profissional e as seções regionais.



19. *A Comissão Coordenadora das Divisões Regionais deve ser constituída de:*

- Presidentes das Seções Regionais;
- Secretários das Seções Regionais;
- Gerentes Regionais.

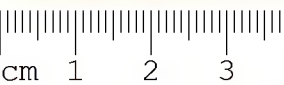
Recomenda-se que a Comissão Coordenadora assegure sua representatividade na Diretoria Profissional por rotação: desta maneira cada Seção Regional terá oportunidade de ter um ou dois dos seus membros servindo na Diretoria Profissional por um período de 2 anos.

R

20. O Presidente da Diretoria Profissional pode exercer sua prerrogativa de, quando necessário, convidar especialistas das Seções Regionais não representados na Diretoria Profissional para participarem das reuniões da Diretoria Profissional durante as conferências gerais da IFLA.

21. As Seções de Atividades Regionais: África, Ásia e Oceania e América Latina e o Caribe, devem estar representadas no Comitê Consultivo para o programa básico da IFLA "desenvolvimento da biblioteconomia no Terceiro Mundo".

22. Nota-se que o Estatuto da IFLA não prevê, qualquer representatividade preferencial do Terceiro Mundo na Diretoria Executiva. Entretanto, de acordo com o papel em expansão da IFLA como uma organização mundial, tendo a representatividade de mais de 80 países do Terceiro Mundo, considera-se desejável que ao menos um colega do Terceiro Mundo seja eleito para a Diretoria Executiva, em Chi-



REGIÕES

MUDANÇAS NO ESTATUTO
OU REGULAMENTO

cago, em 1985. No caso de tal candidato não ser eleito, a Diretoria Executiva poderá acionar o Artigo 16.4 do Estatuto e convidar um representante apropriado do Terceiro Mundo para participar das reuniões da Diretoria Executiva com finalidades de agir como consultor, caso haja disponibilidade de verbas.

Nota: Foi eleito o Sr. da Índia.

23. Os membros da IFLA representantes do Terceiro Mundo, consideram que é essencial sua integração com as seguintes seções da IFLA: Aquisição Intercâmbio; Bibliografia; Bibliotecas de Ciências Médicas e Biológicas; Catalogação; Bibliotecas de Crianças; Classificação; Conservação; Tecnologia da Informação; Empréstimos entre bibliotecas; Bibliotecas para Cegos; Prédios e Equipamentos para Bibliotecas; Teoria e Pesquisa em Biblioteconomia; Bibliotecas Nacionais; Publicações Oficiais; Bibliotecas Parlamentares; Bibliotecas Públicas; Bibliotecas Escolares; Bibliotecas de Ciência e Tecnologia; Publicações Seriadas; Bibliotecas de Ciências Sociais; Estatística; Bibliotecas Universitárias.

Portanto, recomenda-se que os CP destas Seções tenham ao menos, um membro de cada Seção Regional. A Diretoria Profissional deve tomar a iniciativa de escrever para os CPs sobre o assunto.

Ainda mais, os especialistas das regiões devem ser encorajados a se tornarem membros correspondentes das Regiões acima mencionadas.



DOCUMENTO

REGIÕES

MUDANÇAS NO ESTATUTO OU REGULAMENTO

24. Todos os projetos da IFLA orientados para a região, deve ser executados de comum acordo com a Seção da Região envolvida.
25. A IFLA deve encorajar uma cooperação profissional mais estreita com as associações regionais de bibliotecários e explorar meios de promover relações práticas e significativas entre a IFLA e estas organizações.

A FEBAB ao transcrever o presente documento, reitera a importância dos bibliotecários brasileiros cada vez mais se envolverem com os órgãos internacionais da classe.

Do sub grupo Brasil, da Seção Regional da América Latina e do Caribe, fazem parte MAY BROOKING NEGRÃO, Presidente da FEBAB e EMIR JOSÉ SUAIDEN, Presidente da ABDF.

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE ÉTICA PROFISSIONAL – Anteprojeto Reformulação do Código de Ética

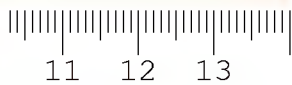
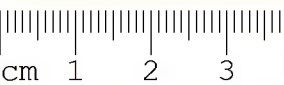
Estudo de reformulação do Código de Ética Profissional do Bibliotecário, com base na Resolução n. 109/74.

Foram analisados os Artigos de cada Seção tendo sido alguns itens suprimidos ou alterados e acrescentados outros.

O trabalho constou não só da análise propriamente dita, como também, de uma confrontação com Códigos de Ética de outras categorias profissionais.

Informamos que este documento não está apresentando ainda um resultado definitivo para apreciação e aprovação dos colegas, tendo em vista este estudo comparativo, que a Comissão está realizando.

Com base nas alterações sugeridas, listamos a posição de cada Artigo e seus respectivos Itens como resultado do estudo feito e apresentamos a seguir o texto resultante dele.



DOCUMENTO

CÓDIGO DE ÉTICA

Posição

Secção I	Art. 1º	Conservado	
	Art. 2º	Conservado	
	Art. 3º	Conservado	
Secção II	Art. 4º	Nova redação	
	Art. 5º	retirados itens: c, e, f, h, j, m, n, f, p, r. Conservados itens: a, b, d, g, i, l, q. Acrescentado um item (letra c).	
	Art. 6º	Retirados itens: b, i, j. Conservados itens: a, c, e, f, g, l, m. Mudança de redação: itens d, h.	
	Art. 7º	Retirado	
	Art. 8º	Retirado parágrafo único.	
	Art. 9º	Retirados itens: e, h. Conservados itens: a, b, c, d, f.	
	Art. 10º	Retirados itens: c, d, e, f, g, h, i, l, m, n, p. Conservados itens: a (ou o) b. Mudança de redação: item j.	
	Art. 11º	Retirados itens: c, e. Conservados: a, b, f. Mudança de redação: item d.	
	Secção III.	Art. 12º	Conservado
		Art. 13º	Conservado com corte
Art. 14º		Conservado sem o parágrafo único	
Art. 15º		Retirado	
Art. 16º		Retirado	
Art. 17º		Retirado	
Secção IV.	Art. 18º	Conservado, sem os parágrafos	
	Art. 19º	Conservado com mudança de redação	
	Art. 20º	Conservado com mudança de redação	
Secções V a IX	Art. 21º	Conservado	
	Art. 22º a 28º	Conservados.	

O Conselho Federal de Biblioteconomia, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei n. 4.084...

Resolve:

Artigo 1º – Fica aprovado o "Código



de Ética Profissional" anexo, a ser adotado e cumprido, em todo o Território Nacional, pelas pessoas físicas e jurídicas que se dediquem, profissionalmente, a atividades biblioteconômicas nos termos e condições da Legislação vigente.

Artigo 2º — O bibliotecário, no exercício de sua atividade, está obrigado a se submeter às normas do presente Código e às sanções nele previstas pelas infrações praticadas.

Artigo 3º — As infrações cometidas pelo bibliotecário serão processadas pelas Comissões de Ética e julgadas pelo Conselho Regional no qual o profissional estiver inscrito.

Artigo 4º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial da União, cabendo aos Conselhos Regionais a incumbência de divulgá-la, inclusive nos jornais e periódicos de maior circulação, em suas áreas de jurisdição.

Artigo 5º — Revogam-se as disposições em contrário, notadamente a Resolução n. 109/74.

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO BIBLIOTECÁRIO

SEÇÃO I

Dos Objetivos

Artigo 1º — O Código de Ética Profissional tem por objetivo fixar a forma pela qual se devem conduzir os profissionais de Biblioteconomia, quando no exercício profissional, indicando normas de conduta que devem inspirar suas atividades regu-

lando suas relações com a classe, com os poderes públicos, a sociedade e o público em particular.

Artigo 2º — Incumbe ao bibliotecário considerar e dignificar a profissão a que pertence como seu mais alto título de honra, tendo sempre em vista a elevação moral e profissional da classe, patenteadas através de seus atos.

Artigo 3º — Obriga o Bibliotecário a observar os ditames da ciência e da técnica, servir à coletividade, respeitar a atividade de seus colegas e de outros profissionais, bem como as leis e normas estabelecidas para o exercício de sua profissão, colaborando eficientemente com o Poder Público em tudo quanto visar ao engrandecimento da Pátria e ao resguardo da Cultura.

SEÇÃO II

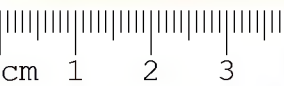
Dos Deveres e Proibições Fundamentais

Artigo 4º — Os deveres do profissional de Biblioteconomia compreendem, além do exercício regular de suas atividades, o zelo e prestígio de sua classe, o respeito à dignidade de sua profissão, e o seu aperfeiçoamento constante.

Artigo 5º — Cumpre ao profissional de Biblioteconomia:

a) preservar o cunho liberal e humanista de sua profissão, fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana;

b) exercer a profissão aplicando todo o zelo, capacidade, diligência e honestidade no exercício de sua atividade, observada a legislação vigente e resguarda-



DOCUMENTO

dos os interesses de seus empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissional;

c) assumir tarefas para as quais esteja capacitado, reconhecendo suas limitações, renunciando ao trabalho que possa se comprometer profissional/ou à classe;

d) cooperar para o progresso da profissão, trazendo seu concurso intelectual e material para as atividades profissionais, mediante o intercâmbio de informações, tirocínio e contribuição de trabalho às associações de classe, escolas e órgãos de divulgação técnica e científica;

e) guardar sigilo profissional sobre o que souber em razão de suas funções;

f) manifestar a qualquer tempo, a existência de seu impedimento para o exercício da profissão, formulando consulta no caso de dúvida;

g) realizar, de maneira digna, a publicidade de sua instituição ou atividade profissional, impedindo toda e qualquer manifestação que possa comprometer o conceito de sua profissão ou do colega;

h) ter em conta que seu comportamento profissional irá repercutir nos juízos que recaiam sobre o conjunto da sua profissão.

Artigo 6º — Não se permite ao profissional de Biblioteconomia:

a) praticar, direta ou indiretamente, atos capazes de comprometer a dignidade, e o renome da profissão;

b) nomear ou contribuir para que se nomeiem pessoas que não tenham a necessária habilitação profissional para cargos privativos do bibliotecário, nem indicar nomes de pessoas que não estejam devida-

mente registrados nos CRBs;

c) expedir, subscrever ou conceder certificados, diplomas ou atestados de capacitação profissional a pessoas que não preencham os requisitos indispensáveis para exercer a profissão;

d) assinar documentos elaborados por terceiros que possam comprometer a dignidade da classe;

e) violar o sigilo profissional;

f) valer-se de sua influência política em benefício próprio, quando comprometer o direito do colega ou da classe em geral;

g) ser conivente com erro e não comunicar aos órgãos competentes as infrações legais e éticas que forem de seu conhecimento;

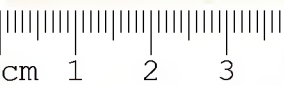
h) deturpar intencionalmente a interpretação do conteúdo explícito ou implícito em documentos, obras doutrinárias, leis, acordos e outros instrumentos de apoio técnico do exercício da profissão, com o intuito de iludir a fé de seus empregadores, colegas ou de terceiros;

i) fazer comentários difamatórios sobre a profissão e suas entidades, quer no País ou no exterior.

DOS DEVERES EM RELAÇÃO AOS COLEGAS E À CLASSE

Artigo 7º — A conduta do bibliotecário em relação aos colegas deve ser pautada nos princípios de consideração, apreço e solidariedade, em consonância com os postulados de harmonia da Classe.

Artigo 8º — O bibliotecário deve, em relação aos colegas, observar as sequin-



tes normas de conduta:

a) ser solidário, contribuindo para a harmonia da profissão;

b) não injuriar outro profissional ou entidade de classe;

c) não oferecer denúncia sem que possua elementos comprobatórios da mesma;

d) respeitar as idéias de seus colegas, os trabalhos e as soluções, jamais usando-os como de sua própria autoria;

e) evitar comentários desabonadores sobre a administração de colega que vier a substituir;

f) abster-se da aceitação de encargo profissional em substituição a colega que dele tenha desistido para preservar a dignidade ou os interesses da profissão ou da classe, desde que permaneçam as mesmas condições que ditaram o referido procedimento.

Artigo 9º — O bibliotecário deve, com relação à classe, observar as seguintes normas:

a) prestigiar as Entidades de classe, contribuindo sempre que solicitado, para o sucesso de suas iniciativas em proveito da profissão, dos profissionais e da coletividade;

b) zelar pelo prestígio da classe, da dignidade profissional e do aperfeiçoamento de suas instituições;

c) facilitar o desempenho dos representantes do órgão fiscalizador, quando no exercício de suas respectivas funções.

DOS DEVERES EM RELAÇÃO AOS USUÁRIOS

Artigo 10 — O bibliotecário deve, em

relação aos usuários, observar a seguinte conduta:

a) aplicar todo o zelo e diligência e os recursos de seu saber, em prol do atendimento ao público;

b) tratar os usuários com urbanidade, não prescindindo de igual tratamento por parte deles, e zelar pelas prerrogativas a que tem direito;

c) ater-se ao que lhe compete na orientação técnica da pesquisa;

d) não se recusar, salvo por relevante motivo, a prestar assistência profissional a quem dela necessitar.

SEÇÃO III

Do Procedimento no Setor Público e Privado

Artigo 11 — Deve o bibliotecário interessar-se pelo bem público e, com tal finalidade, contribuir com seus conhecimentos, capacidade e experiência para melhor servir à coletividade.

Artigo 12 — No desempenho de cargo ou função, cumpre ao bibliotecário dignificá-lo moral e profissionalmente.

Artigo 13 — Quando consultor, o bibliotecário deve atuar dentro da melhor técnica e do mais elevado espírito público, limitando seus pareceres às matérias específicas que tenham sido objeto da consulta.

Artigo 14 — O bibliotecário deve se manter atualizado sobre a legislação que rege o exercício profissional da Biblioteconomia, visando a cumpri-la corretamente e colaborar para sua atualização e aperfeiçoamento.



DOCUMENTO

SEÇÃO IV

Dos Honorários Profissionais

Artigo 15 – Os honorários profissionais devem ser fixados de acordo com as condições locais do mercado de trabalho, e considerando-se a competência e o renome da profissão.

Artigo 16 – O bibliotecário deve exigir justa remuneração por seu trabalho, que deverá ser proporcional às atividades exercidas.

Artigo 17 – Não oferecer ou disputar serviços profissionais, mediante aviltamento de honorários ou em concorrência desleal.

SEÇÃO V

Das Infrações Disciplinares e Penalidades

Artigo 18 – A transgressão de preceito deste Código constitui infração disciplinar, sancionada, segundo a gravidade com aplicação das seguintes penalidades:

- a) advertência confidencial, em aviso reservado;
- b) censura confidencial, em aviso reservado;
- c) suspensão do registro profissional por prazo de até 1 (um) ano;
- d) cassação do registro profissional *ad referendum* do Conselho Federal.

Parágrafo único – As penalidades serão anotadas na Carteira de Identidade Profissional e no Cadastro do Conselho, sendo comunicadas ao Conselho Federal e demais Conselhos Regionais e ao empregador.

Artigo 19 – O julgamento das questões

relacionadas à transgressão de preceito do Código de Ética incumbe, originariamente, aos CRBs, facultado recurso de efeito suspensivo, imposto ao CFB.

Parágrafo único – O recurso deverá ser interposto dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação.

Artigo 20 – Serão igualmente passíveis de penalidade os profissionais com registro provisório.

SEÇÃO VI

Extensão do Código

Artigo 21 – As normas deste Código serão aplicadas às pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades profissionais de Biblioteconomia, no que lhes for aplicável.

SEÇÃO VII

Modificação do Código

Artigo 22 – Qualquer modificação deste Código somente poderá ser feita pelo Conselho Federal, em virtude de proposta de Conselhos Regionais ou de membro do Conselho Federal.

SEÇÃO VIII

Aplicações de Sanções

Artigo 23 – O Conselho Federal de Biblioteconomia deverá baixar resolução estabelecendo normas para apuração das faltas e aplicações das sanções deste Código, no prazo de 6 (seis) meses, contados da data em que for aprovado o presente Código de Ética.



SEÇÃO IX

Vigência do Código

Artigo 24 — O presente Código entrará em vigor em todo o Território Nacional, a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

QUESTÕES DEIXADAS PELO SEMINÁRIO DE LITERATURA

por Edmir Perrotti

(Transcrito do Jornal O Estado de São Paulo, de 12 de outubro de 1985)

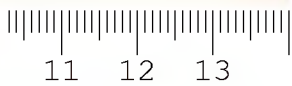
O II Seminário Leitura e Sociedade, promovido pelo Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da USP e tendo como tema "A Leitura e a Literatura Infante-Juvenil: Biblioteca e Escola", deixou como saldo questões importantes que necessitam ser discutidas por aqueles que se ocupam do problema no País. Dentre eles, e a partir das quatro exposições feitas pela pesquisadora francesa da Universidade de Bordeau, Denise Escarpit, parece-me importante ressaltar uma: a das relações entre os termos leitura, literatura infantil, biblioteca e escola, na hora atual.

A especialista mostrou que, embora

haja atualmente na França uma preocupação crescente com a criação de condições favoráveis à leitura e à literatura infante-juvenil, a escola e a biblioteca continuam presas a concepções meramente utilitaristas da cultura, dificultando o surgimento de situações que favoreçam a descoberta do "prazer do texto".

Todavia, há educadores que, afinados com a modernidade, têm buscado criar técnicas que facilitam a aproximação do leitor com o livro. Muitas vezes, contudo, a renovação atinge apenas o nível técnico da questão. Nesses casos, cria-se uma enorme agitação em torno do livro sem se considerar que o texto literário é também, e sobretudo, significação. Trabalhar com este nível pressupõe conhecimento dos textos e, no geral, professores, bibliotecárias, animadores culturais que trabalham com crianças desconhecem a produção, ou seja, não lêem. Assim, em face das solicitações das crianças, estão incapacitados propor obras que poderiam responder às inquietações de cada leitor e, sobretudo, obras que poderiam abrir-lhes perspectivas.

O problema maior dessa falta de conhecimentos dos livros é que, além de impedir a orientação do leitor quando este solicita, ela incentiva um espontaneísmo que não tem nada que ver com liberdade de escolha. Pode-se falar em

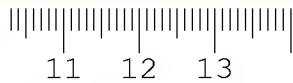
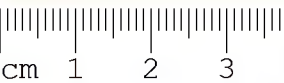


DOCUMENTO

liberdade de escolha quando se sabe que o marketing editorial se desenvolve a ponto de haver editora que reúne grupos de crianças para ouvir-lhes os gostos e depois produzir textos sob medida, encomendados a autores que se submetem a isso, pergunta a pesquisadora?

Enfim, o seminário deixou claro um dado óbvio, mas que, também entre nós é deixado de lado, sem nenhuma cerimô-

nia: a leitura dos livros, o conhecimento da produção é o ponto de partida necessário e essencial a qualquer projeto de incentivo da literatura junto às crianças. Sem conviver com os textos, sem conhecer-lhes as grandezas e limites, a atividade dos agentes culturais corre o risco de fazer da leitura literária puro exercício técnico que vale por si mesmo. Isto pode interessar à indústria editorial, mas terá pouco significado para a vida das crianças.



CONVITE À PARTICIPAÇÃO

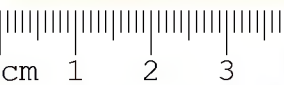
Cléa Dubeux Pinto Pimentel
Vice Presidente do XIV CBBB

O reconhecimento e a institucionalização da BIBLIOTECA será sempre um tema fascinante enquanto o Brasil continuar apresentando um *deficit* tão absoluto de bibliotecas públicas e escolares em relação a outros países e as bibliotecas universitárias continuarem relegadas a um segundo plano quanto à colocação de recursos para seu desenvolvimento.

Em uma área tão vasta como a do território brasileiro e com regiões tão diferentes é evidente que teremos que ter muitos programas distintos embora todos com um só objetivo: criar bibliotecas e dar condições de pleno funcionamento a já existentes.

Nossa idéia é que o planejamento dessas ações deverá ser bem visível, técnica e politicamente. Só assim, poderemos propor medidas para permitir que as Instituições e Governos possam examinar o assunto sobre novos ângulos e visões e passem a explorar ao máximo as oportunidades de serviços que as bibliotecas oferecem.

Isto significa saber qual a real deman-



da por informações em cada região, tanto por parte da população como por segmentos específicos. Assim, conhecendo-se o nível dessa demanda bastará comparar com o número de bibliotecas existentes na Região, a tecnologia empregada nas mesmas para prestação de serviços, os recursos financeiros e de pessoal à disposição e a partir daí incentivar ações criando o ambiente propício à análise do problema, visando o início de uma campanha de conscientização para a institucionalização da Biblioteca.

Será que estamos em condições de iniciarmos um Programa como este? Temos certeza que sim, embora com dificuldades e falhas.

Mas, achamos que deveremos começar a trabalhar se quisermos mudar o quadro atual.

Felizmente, a classe bibliotecária está unida e embora o desafio tenha uma vasta dimensão, temos que encontrar o caminho que nos conduzirá aos fins pretendidos. Temos a FEBAB e as Associações de Bibliotecários com grandes potencialidades para desenvolver este Programa além das bibliotecas que certamente vão colaborar.

Quantas pessoas poderão se beneficiar com as novas bibliotecas e com a melhoria dos serviços que as bibliotecas existentes poderão prestar? Precisamos saber esses percentuais e preparar essas pessoas para receberem tais benefícios.

E os Bancos de Dados e Bases de Dados? As Bases de Dados são apenas uma forma de "democratização" da informação. Não são uma finalidade.

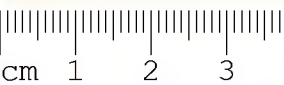
em si mesmos. Com a mistura de informação e teleinformática, com o bibliotecário, biblioteca, poderemos ter em vezes mais condições de oferecer à população o acesso à informação que necessitam. Com os Bancos de Dados poderemos aumentar a eficácia das bibliotecas, o número de empregos, possibilitar melhores condições para realização de estudos e pesquisas e menor custo operacional das bibliotecas.

Quantos empregos existem nas bibliotecas? Quantos bibliotecários estamos precisando? Quantos Auxiliares de Bibliotecas? Quantos de outras áreas "parabibliotecárias"?

É evidente que precisamos ter tecnologia, capacitação, infraestrutura que permitam fazer funcionar um programa de valorização e institucionalização da biblioteca. E para que o Bibliotecário possa participar é preciso que as Associações sejam mobilizadas e fortalecidas, que sejam os bibliotecários capacitados para a autogestão de suas Associações, que possam gritar, não só seus órgãos de classe, como também os Programas que surgirão.

Precisamos forçar a tomada de decisão por parte de governantes e dirigentes de empresas para o papel saliente que a Biblioteca deve assumir como veículo de transformações sociais através da informação.

Tanto o setor educacional, como o setor científico e tecnológico, particularmente, renovado e moderno, muito se beneficiarão com a biblioteca. O setor industrial, como novo mercado



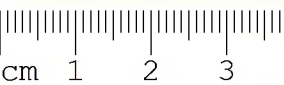
MOVIMENTO ASSOCIATIVO

consumidor de informação, viabilizará a criação de novas bibliotecas e permitirá uma maior integração da rede de bibliotecas brasileiras, de maior acesso às Bases de Dados nacionais e estrangeiras.

Este 14º CBBB, com a participação de todos os bibliotecários brasileiros, representará o encontro de todas as vontades para que a Biblioteca conquiste, finalmente, o seu espaço. A preocupação com o seu desenvolvimento em todas as cidades brasileiras, com o reconhecimento de sua importância e do acesso rápido à informação para desenvolvimento de projetos, será o ponto fundamental do nosso Congresso.

Não será nossa proposta, mudar o

panorama do Brasil a curto prazo. Há um duro caminho a percorrer. Não nos preparamos em todos esses anos para adotarmos modernas práticas de planejamento de serviços e bibliotecas autenticamente voltadas para o alcance de objetivos imediatos dos seus usuários. Mas, pelos debates que o 14º CBBB irá proporcionar iremos testemunhar, com alegria, que uma nova mentalidade está surgindo entre os bibliotecários, nos dando a confiança de que será esse o caminho certo. Urge, pois, desenvolver trabalhos para que o 14º CBBB, propicie um amplo debate sobre o assunto e a Biblioteca seja a grande vencedora final.



XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

COMISSÃO ORGANIZADORA

Esta é a Comissão Organizadora do 14º CBBDD. Sua constituição foi consequência da vontade coletiva de todos os bibliotecários pernambucanos em trabalhar conjuntamente para obtermos os resultados finais tão esperados. Cada subcomissão é integrada por vários bibliotecários, que irmanados, estão se organizando estrategicamente para garantir a concretização das metas estabelecidas.

Presidente:

Edna Sitônio Pimentel

Vice Presidente:

Cléa Dubeux Pinto Pimentel

Secretária Geral:

Maria das Graças de Lima Melo

Relatora Geral:

Myriam Gusmão de Martins

Subcomissões

de Finanças:

Julita Valentim de Souza

de Divulgação:

Maria Lúcia Mendonça Melo



de Editoração:

Lúcia Maria Mota Menezes

de Atividades Sociais

Gleyde Costa Victor

de Hospedagem:

Margarida Maria Matheos Lima

de Transportes

Sandra Jatobá

de Apoio

Lais Galvão Laureano

de Cursos

Mirtes de Andrade Garrido Cid

Técnica

Fernanda Ivo Neves

Relações Internacionais

Gavan MacCarthy

de Captação de Recursos

Vera Chianca

de Recepção

Luba Diniz

Relações Públicas e Imprensa

Gilka Brasileiro

TEMÁRIO DO 14º CBBDD

Tema Central

BIBLIOTECA E DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Subtemas

INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

PRESERVAÇÃO DO ACERVO CULTURAL

NOVAS TECNOLOGIAS EM BIBLIOTECAS E CENTROS DE INFORMAÇÕES

POLÍTICA BIBLIOTECÁRIA

IBICT DIVULGA A PRODUÇÃO BRASILEIRA

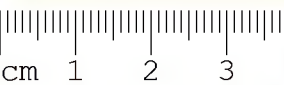
O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), órgão vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), seguindo uma linha de prestação de serviços que atenda ao conjunto da comunidade de ciência e tecnologia, e com o objetivo de divulgar os resultados das pesquisas realizadas no País, iniciou em janeiro último a publicação dos *Sumários Correntes Brasileiros*, divididos em duas séries: uma para Ciências Exatas e Biológicas e outra para Ciências Sociais e Humanas.

Cada fascículo reproduz, em *fac-símile*, o conteúdo das mais importantes revistas especializadas brasileiras, numa forma prática e compacta. Um simples folhear desta publicação permitirá ao seu consulente identificar os artigos de seu interesse. Recorrendo à biblioteca de sua instituição, poderá obter os textos desejados.

A assinatura anual dos *Sumários Correntes Brasileiros* poderá ser feita diretamente no IBICT, no seguinte endereço: SCN, Quadra 2, Bloco K, 70710 – Brasília, DF Tel. (061) 2266074.

Preço da assinatura de uma série:
para pessoas físicas: Cz\$ 30,00
para pessoas jurídicas: Cz\$ 20,00

Preço da assinatura de duas séries:
para pessoas físicas: Cz\$ 50,00
para pessoas jurídicas: Cz\$ 30,00



VISITA DE ESPECIALISTA EM I.T.I.

A FIESP/CIESP – Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, através do DETEC – Departamento de Tecnologia, a STI – Secretaria de Tecnologia Industrial/ MIC, o IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/MCT, o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Nacional e o IPT – Instituto de Pesquisa Tecnológica do Estado de São Paulo S/A, apoiaram através do Programa de Cooperação Técnica com o Governo da Dinamarca, a vinda do especialista em Informação Tecnológica Industrial, Dr. Ingmann Pedersen, do DTO – Danish Technical Information Service.

A referida Instituição é vinculada ao Ministério da Indústria da Dinamarca, destacando-se por um dos melhores serviços de informação industrial já implantados. Dentre os diversos serviços que são prestados pelo DTO incluem-se a extensão tecnológica e a difusão das informações dispensáveis nas áreas de tecnologia, ciências afins, economia e administração, com o intuito de apoiar as empresas industriais e os serviços públicos e privados da Dinamarca.

Considerando o alto nível daquela missão e a impossibilidade da mesma em permanecer no Brasil por um longo período, as entidades brasileiras planejaram um evento compacto onde foram repassadas a um grupo seletivo de técnicos brasileiros, envolvidos com a informação industrial, as técnicas e metodologias

operacionais daqueles serviços, nos dias 19 a 23 de maio p.p., no Auditório do SENAI-SP na Avenida Paulista.

As palestras cobriram os seguintes tópicos:

- 1 Serviço de Extensão:
 - clientes em potencial
 - técnicos de aproximação com as empresas
 - visitas
 - identificação das necessidades da empresa
 - estratégia para solução dos problemas industriais
 - marketing da informação
- 2 Serviço de Informação à Indústria
 - perguntas e repostas
 - serviço interno de informação
 - importação de tecnologia
 - diagnósticos
- 3 O papel da Informação tecnológica para o desenvolvimento industrial
- 4 Estudos de casos

IBICT – FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Programa de Formação de Recursos Humanos e Fomento à Pesquisa:

Iniciação Científica
de 1/7 a 21/8/86

Aperfeiçoamento
de 1/7 a 21/8/86



Mestrado

de 1/8 a 8/9/86

Doutorado

de 3/3 a 18/4/86
de 1/8 a 8/9/86

Pós-Doutorado

de 3/3 a 18/4/86
de 1/8 a 12/9/86

Pesquisa

de 18/10 a 3/13/85
de 6/6 a 8/8/86

Para maiores informações:

CNPq — Av. W/3 Norte — Quadra 511
Bloco "A" — Edif. Bittar II — Gerência
de Operações — GOP
70750 — Brasília, DF.

XLIII CONGRESSO DA FID

Será no Canadá de 14 a 18 de setembro
de 1986, com o tema "Informação,
Comunicações e Transferência de Tecno-
logia".

PUBLICAÇÃO DA C.D.U.

O IBICT está efetuando estudos
para republicar em meados de 1986,
a Edição Média da CDU com dados re-
vistos por especialistas.

**CONVÊNIO COM A LIBRARY
ASSOCIATION**

De 16 a 30 de maio p.p., esteve no
Brasil Mr. Russell Bowden, Deputy
Chief Executive da L.A. com o objetivo
de conhecer o movimento associativo
bibliotecário,

FEIRA DO LIVRO DE FRANKFURT

Uma gigantesca perspectiva da cultura
humana às vésperas do terceiro milênio,
demonstrando quanto é falsa a afirmação
de que a mídia eletrônica significa neces-
sariamente uma ameaça à existência do
livro". (Frederico Mengozzi, enviado es-
pecial do jornal "O Estado de São Paulo")



GUIA AOS COLABORADORES

1 INFORMAÇÕES – INSTRUÇÕES

1.1 – *Finalidade da Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.*

A RBBB é órgão oficial da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) e tem a finalidade precípua de publicar trabalhos sobre biblioteconomia, documentação e área afim, e registrar a legislação nacional corrente da área em vista à atualização profissional.

1.2 – *Tipos de Colaboração*

1.2.1 – A 1ª Secção da RBBB é constituída de ARTIGOS ORIGINAIS, ENSAIOS, COMUNICAÇÕES TÉCNICAS, REVISÕES E TRADUÇÕES;

1.2.2 – *Outras Secções;*

1.2.2.1 – **LEGISLAÇÃO:** referenciação (leis, decretos, portarias etc.), seguida de emenda e resumo. Sempre que necessário, a espécie legislativa será publicada na íntegra e comentários serão feitos. O arranjo será por descritores;

1.2.2.2 – **REPORTAGEM E ENTREVISTAS:** pessoas e fatos em evidência de interesse ao fascículo em foco;

1.2.3 – **NOTICIÁRIO:** notícias diversas

sobre as associações estaduais e regionais, conselhos, grupos de trabalhos, organismos nacionais e internacionais, congressos, cursos etc.;

1.2.2.4 – **RESENHAS:** livros relevantes, teses, publicados nos últimos 5 anos; conforme normas próprias da RBBB;

1.2.2.5 – **LEVANTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS:** assuntos de interesse da área, conforme PNB – 66/1970.

1.3 – *Escolha da matéria dos fascículos*

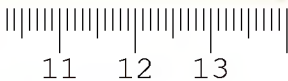
Sempre que possível a matéria dos ítems 1.2.1, 1.2.2.3, 1.2.2.4 e 1.2.2.5, será encomendada pelo Editor e haverá uma coerência na escolha dos temas. Cerca de 30% da matéria (1.2.1 e 1.2.2.3) estará sob a responsabilidade de um Estado ou região, através do respectivo Correspondente.

2 – REGULAMENTO

2.1 – *Artigos originais, ensaios, comunicações técnicas, revisões, traduções.*

Devem ser entregues em duas vias (um original e uma cópia) endereçados ao Editor Carminda Nogueira de Castro Ferreira, Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), Rua Avanhadava, 40, conj. 110, São Paulo, SP – CEP 01306.

2.1.2 – *A matéria deve ser inédita e desti-*



GUIA AOS COLABORADORES

nar-se exclusivamente à RBBB, não sendo permitida a publicação simultânea em outro periódico.

2.1.3 – Os conceitos emitidos são de inteira responsabilidade dos autores.

2.1.4 – Os trabalhos recebidos são submetidos à apreciação de, pelo menos, dois Relatores do Conselho Editorial, dentro da especialidade destes. Caberá ao Conselho decidir sobre sua publicação.

2.1.5 – Os trabalhos não aceitos ficarão à disposição dos autores, pelo prazo de um ano.

2.1.6 – Os trabalhos aceitos e publicados tornam-se propriedade da RBBB, vedada tanto a reprodução, mesmo que parcial, como a tradução para outro idioma, sem a devida autorização do Editor ouvido antes o Conselho Editorial.

2.1.7 – O parecer do Conselho Editorial, sob anonimato, será comunicado aos autores. Ao Conselho é reservado o direito de devolver os originais quando se fizer necessária alguma correção ou modificações de ordem temática e/ou formal.

2.1.7.1 – A RBBB se reserva o direito de proceder a modificações de ordem puramente formal, ortográfica e gramatical realizada por Revisores especializados, no texto dos artigos que porventura exigirem tais correções, antes de serem encaminhados à publicação. De tais modificações (“copidescagem”) será dada ciência ao autor.

2.1.8 – Os autores recebem somente a primeira prova para correção.

2.1.9 – As colaborações a cada fascículo obedecerão: 1) à programação encomendada pelo Editor-Responsável; 2) à data de entrega da matéria adicional.

2.1.10 – A cada trabalho serão reservadas 10 separatas; entregues ao autor ou primeiro autor.

2.2 – Traduções

Devem ser submetidos à apreciação do responsável pelas Traduções, ouvido, se for o caso, o Conselho Editorial. Cópia de autorização do autor original deve ser encaminhado ao Editor, junto com a tradução.

2.3 – Reportagens, noticiário, resenhas e levantamentos bibliográficos

O planejamento editorial destas Seções, para cada fascículo, é feito em conjunto com o Editor, mas a coleta e organização da matéria é de responsabilidade do respectivo encarregado de cada Seção.

3 – NORMAS DE APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

Os artigos devem:

3.1 – limitar-se a 20 páginas datilografadas para os artigos originais; 5 páginas para comunicações técnicas e 60 para ensaios e/ou revisões e traduções;

3.2 – ser datilografadas, em espaço duplo, numa só face de folhas tamanho ofício, mantendo margens laterais de aproximadamente 3 cm. Todas as páginas devem ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos, no canto superior direito;

3.3 – ser escritos em língua portuguesa;

3.4 – conter somente nomenclaturas, abreviaturas e siglas oficiais ou consagradas pelo uso. Inovações poderão ser empregadas, desde que devidamente explicitadas;



GUIA AOS COLABORADORES

3.5 – conter dois resumos, datilografados em folhas separadas, um em português e outro em inglês. No máximo constituído de 300 palavras, devem expressar os pontos relevantes ao artigo, e serem acompanhados de Descritores que traduzam as facetas temáticas do conteúdo. Obedecer as recomendações da NB-88/ABNT. À Comissão de Redação, sempre que for necessário, é reservado o direito de fazer modificações para fins de indexação.

3.6 – apresentar à parte uma página de rosto, na qual contenha:

- símbolo de classificação bibliográfica (CDU);
- título do artigo (e subtítulo, se necessário) seguido de um asterisco;
- autor ou autores, seguidos de dois asteriscos;
- data, de apresentação do artigo à Redação.
- o rodapé da página devem ser apresentadas informações sobre o trabalho e credenciais do autor(es).

Exemplo:

ANTES QUE AS MÁQUINAS CHEGUEM*

D. J. Simpson**

* Do artigo "Before the machines come", publicado em *Aslib Proceedings* 20 (a): 21-33, 1968. Traduzido pelo Prof. Eduardo José Wense Dias, da Escola de Biblioteconomia da UFMG;

** Bibliotecário e Diretor do Media Resources of The Open University Library, Inglaterra.

3.7 – apresentar as tabelas, quando for o caso, seguindo as "Normas de Apresentação Tabular" estabelecidas pelo Conselho Nacional de Estatística. V. *Revista Brasileira de Estatística*, 24:42-60, jan./jun. 1963). Devem ser numeradas consecutivamente, em algarismos arábicos, e encabeçadas por um título;

3.8 – apresentar as ilustrações numeradas consecutivamente, em algarismos arábicos, e suficientemente claras para permitir sua eventual redução.

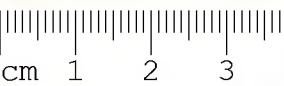
Os desenhos devem ser feitos a tinta nanquim preta e as letras traçadas com normógrafo ou letras decalcáveis (tipo *letraset*);

3.9 – devem ser feitas as citações de texto, por uma chamada numérica, que corresponderá às respectivas referências bibliográficas. Estas devem ser apresentadas no fim do texto, em ordem alfabético-numérica. As chamadas no texto, são numeradas em função desta numeração prévia, não seguindo, portanto, ordem consecutiva.

Comunicações pessoais, entrevistas, trabalhos inéditos ou em andamento, poderão ser citados quando necessário, mas apenas serão citados no texto ou em nota de rodapé. Se um manuscrito estiver em via de publicação, poderá ser incluído na lista de referências-bibliográficas, com indicação do título do periódico, ano e outros dados disponíveis;

3.10 – as legendas das ilustrações e tabelas devem vir todas datilografadas em folha à parte, com indicações entre parênteses que permitam relacioná-las às tabelas ou ilustrações (fotos ou desenhos) respectivos;

3.11 – seguir as normas de referência bibliográfica, pela ABNT: P-NB 66/1970. Os títulos dos periódicos devem ser apresentados por completo e seguidos do local de publicação. À Comissão de Redação é reservado o direito de uniformizar o aparato bibliográfico dos artigos, quando se fizer necessário.



GUIA AOS COLABORADORES

Exemplos:

1 – Livros:

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 2. ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1969. 502p. Biblioteca de Administração Pública, 14).

2 – Traduções:

FOSKETT, Douglas John. *Serviço de Informação em bibliotecas*. Information services in libraries. Trad. Antonio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo, Polígono, 1969. 160p.

3 – Parte de obra:

AZEVEDO, Fernando de. A escola e a literatura. In: COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Sul Americana, 1955. v. 1, t.1, p. 129-53.

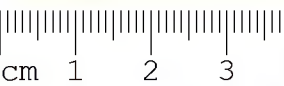
4 – Artigos de periódico:

CAMARGO, Nelly de. Comunicação: uma nova perspectiva no campo das ciências do comportamento. *Revista da Escola de Comunicações Culturais USP*. São Paulo, 1(1):152-8, 1968.

3.12 – seguir, sempre que for possível as normas da ABNT:PNB-69, para a numeração progressiva do artigo;

3.13 – usar notas de rodapé, através de asteriscos, somente quando indispensáveis;

3.14 – apresentar os agradecimentos a pessoas ou instituições, quando necessário, no fim do artigo, logo após o resumo em inglês.



QUILAS INVESTIGADORAS

4 - Lista de trabalhos

EMILIANO, Nelly de. Comportamento de...

111-122A-1988

111 - Analises de...

114 - Aspectos de...

115 - Aspectos de...

116 - Aspectos de...

117 - Aspectos de...

118 - Aspectos de...

119 - Aspectos de...

120 - Aspectos de...

121 - Aspectos de...

122 - Aspectos de...

123 - Aspectos de...

124 - Aspectos de...

125 - Aspectos de...

126 - Aspectos de...

127 - Aspectos de...

128 - Aspectos de...

129 - Aspectos de...

130 - Aspectos de...

131 - Aspectos de...

132 - Aspectos de...

133 - Aspectos de...

134 - Aspectos de...

135 - Aspectos de...

136 - Aspectos de...

137 - Aspectos de...

138 - Aspectos de...

139 - Aspectos de...

140 - Aspectos de...

141 - Aspectos de...

142 - Aspectos de...

143 - Aspectos de...

144 - Aspectos de...

145 - Aspectos de...

146 - Aspectos de...

147 - Aspectos de...

148 - Aspectos de...

149 - Aspectos de...

150 - Aspectos de...

151 - Aspectos de...

152 - Aspectos de...

153 - Aspectos de...

154 - Aspectos de...

155 - Aspectos de...

156 - Aspectos de...

157 - Aspectos de...

158 - Aspectos de...



Pede-se acusar o recebimento a fim de não ser interrompida a remessa

Please acknowledge the receipt, so that the remittance may not be interrupted

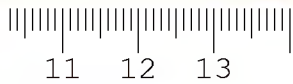
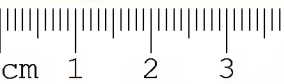
Recebemos a R. Bras. Bibliotecon. e Doc. v. 19 nº: 1/4, jan./dez. 1986

Nome/Name:

Endereço/Address:

Data/Date:

(a)





(1)

DIA 19/04/2000

REPUBLICA DE GUATEMALA

MINISTERIO DE SALUD

DECLARACION DE EMERGENCIA SANITARIA POR LA GRIPE A (H5N1) EN GUATEMALA 1999

El presente documento tiene como objetivo informar a las autoridades sanitarias de los departamentos de Guatemala sobre la presencia de la Gripe A (H5N1) en el país.

Se recomienda a las autoridades sanitarias de los departamentos de Guatemala que tomen las medidas necesarias para prevenir la propagación de la Gripe A (H5N1) en el país.



A Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação é indexada por:
Information Science Abstracts (ISA),
Library and Information Science
Abstracts (LISA) e
Library Libérature (LL).

**REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA
E DOCUMENTAÇÃO**

(Federação Brasileira de Associações de
Bibliotecários)

São Paulo, 1, 1973 – 10, 1977;

N. Ser. 11, 1978.

Cont./ de BOLETIM da FEDERAÇÃO
BRASILEIRA de ASSOCIAÇÕES de
BIBLIOTECÁRIOS, 1, 1960/26 (5/6), 1972.

1973/77, 1–10

1978, 11 (1/4)

1979, 12 (1/4)

1980, 13 (1/4)

1981, 14 (1/4) CDU:02.061.25(81) (05)

1982, 15 (1/4)

1983, 16 (1/4)

1984, 17 (1/4)

1985, 18 (1/4)

1986, 19(1/4)

Composição

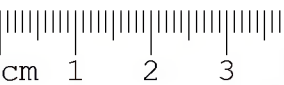
Angela Maria Costa dos Santos

Impressão e Acabamento:

grafistyl editora gráfica ltda.

tel.: 66-0220

são paulo – sp



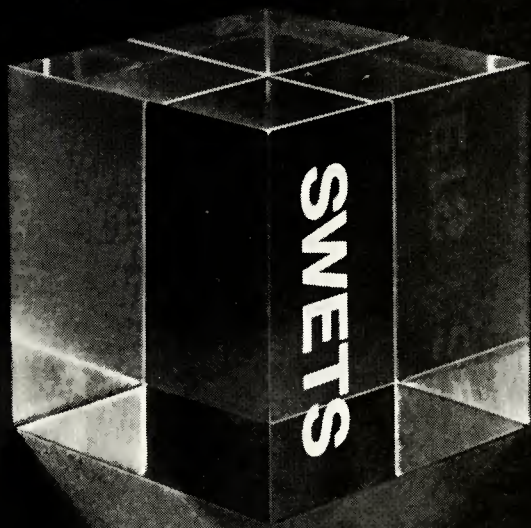
Digitalizado
gentilmente por:



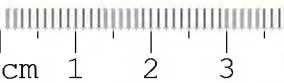
Swets...

Uma agência especializada no fornecimento de revistas científicas em todas as matérias, publicadas na Europa, América do Norte e resto do mundo.

Teremos muito prazer em enviar-lhe o nosso folheto informativo assim como documentação detalhada sobre os nossos serviços.



Telefone ou escreva para:
Swets Serviços para Bibliotecas Ltda.
Rua Anfilóbio de Carvalho, 29
Grupo 409/Castelo
20.030 RIO DE JANEIRO - RJ
Telefone: (021) 2627538



Digitalizado
gentilmente por:

